

Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

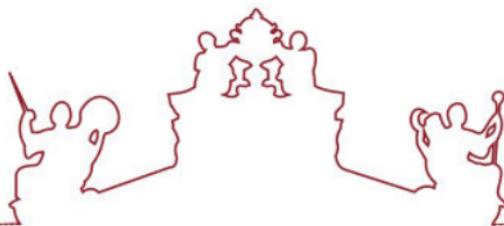
Dissertação

**Domínio e defesa da barra do Tejo. A Fortaleza de São
Julião da Barra, estudo arquitetónico.**

Ana Sofia Santana Piteira

Orientador(es) | João Barros Matos

Évora 2023



Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

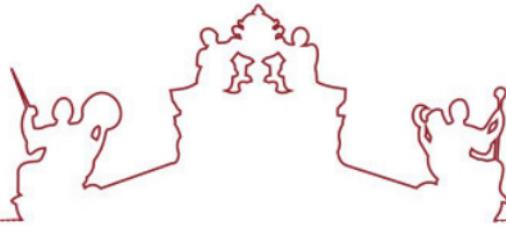
Dissertação

**Domínio e defesa da barra do Tejo. A Fortaleza de São
Julião da Barra, estudo arquitetónico.**

Ana Sofia Santana Piteira

Orientador(es) | João Barros Matos

Évora 2023



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Artes:

Presidente | João Rocha (Universidade de Évora)

Vogais | João Barros Matos (Universidade de Évora) (Orientador)
Nuno Ribeiro Lopes (Universidade de Coimbra - Faculdade de Ciência e Tecnologia) (Arguente)

Domínio e defesa da barra do Tejo.
A Fortaleza de São Julião da Barra, estudo arquitetónico.

Agradecimentos:

Ao professor João Matos, orientador desta dissertação, pela ajuda e conhecimentos partilhados comigo.

A todos os colegas, docentes e auxiliares que me acompanharam ao longo deste percurso.

A todos os meus amigos, pela sua amizade e companheirismo.

À minha família, em especial aos meus pais e irmã, pelo apoio incondicional e por acreditarem sempre em mim, por todos os valores que me transmitiram e por sempre me ensinarem que nada se consegue sem trabalho.

**Domínio e defesa da barra do Tejo.
A Fortaleza de São Julião da Barra, estudo arquitetónico.**

ÍNDICE

p 010 | Resumo

p 011 | Abstract

00 INTRODUÇÃO

p 014 | Objeto de Estudo

p 015 | Objetivo

p 016 | Metodologia de Investigação

p 017 | Estado da Arte

01 ENQUADRAMENTO NA EVOLUÇÃO DA ARQUITETURA MILITAR

p 020 | O período de transição para o modelo abaluartado

p 026 | O desenvolvimento do modelo abaluartado entre os séculos XVI e XVIII

02 A DEFESA DA BARRA DO TEJO

p 032 | Enquadramento e situação geográfica

p 036 | Evolução histórica

03 A FORTALEZA DE SÃO JULIÃO DA BARRA

p 054 | Situação geográfica e relação com o território

p 058 | Enquadramento no sistema defensivo da barra do Tejo

p 068 | História da Fortaleza

p 090 | Documentos gráficos - Análise e interpretação

p 110 | A evolução do conjunto - Análise arquitetónica

p 134 | **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

p 136 | **BIBLIOGRAFIA**

p 144 | **ÍNDICE DE IMAGENS**

Resumo

Domínio e defesa da barra do Tejo.
A Fortaleza de São Julião da Barra, estudo arquitetónico.

No panorama da arquitetura militar portuguesa a Fortaleza de São Julião da Barra teve um papel de destaque pela sua importância na defesa do acesso marítimo e do porto da cidade de Lisboa.

Implantada na margem direita da barra do estuário do rio Tejo, na ponta de São Gião, a Fortaleza de São Julião da Barra é composta por um complexo sistema defensivo, tendo sido uma das primeiras fortificações abaluartadas construídas em Portugal continental.

Partindo de um primeiro núcleo, construído a partir da década de 1550, a fortificação foi alvo de diversas obras de ampliação, adaptação, reforço e renovação ao longo do tempo.

O presente trabalho de investigação centra-se na análise e na interpretação arquitetónica da Fortaleza de São Julião da Barra, tendo como objetivo central aprofundar o conhecimento sobre este complexo militar que se encontra integrado no sistema defensivo da barra do Tejo.

PALAVRAS-CHAVE: PATRIMÓNIO; ARQUITETURA MILITAR; TEJO; FORTALEZA; SÃO JULIÃO DA BARRA.

Abstract

Mastery and defence of the Tagus bar.
The Fortress of São Julião da Barra, architectural study.

In the panorama of portuguese military architecture, the Fortress of São Julião da Barra had a prominent role due to its importance in the defense of the maritime access and the port of the city of Lisbon.

Implanted on the right bank of the Tagus estuary bar, at the tip of São Gião, the Fortress of São Julião da Barra is composed by a complex defensive system, having been one of the first bulwarked fortifications built in Portugal. Starting from a first nucleus, built from the 1550s, the fortification was the target of several expansion, adaptation, reinforcement and renovation works over time.

This research work focuses on the analysis and architectural interpretation of the Fortress of São Julião da Barra, with the main objective of deepening knowledge about this military complex that is integrated in the defensive system of Tagus bar.

KEYWORDS: HERITAGE; MILITARY ARCHITECTURE; TAGUS; FORTRESS; SÃO JULIÃO OF BARRA

00 INTRODUÇÃO

00 INTRODUÇÃO

Objeto de Estudo

A investigação tem como objeto de estudo a Fortaleza de São Julião da Barra, mais especificamente a sua arquitetura e os sistemas construtivos adotados na mesma.

Localizada no extremo oeste de Oeiras e implantada estrategicamente numa ponta rochosa sobre a água, a Fortaleza de São Julião da Barra domina a entrada da barra do Tejo. A fortificação constitui o elemento principal de todo o conjunto de estruturas fortificadas que formam o sistema defensivo que reforçava a proteção da cidade de Lisboa e do seu porto, tendo sido uma das primeiras estruturas abaluartadas a ser edificada em Portugal continental.

A fortificação começou a ser construída na década de 1550. Foi posteriormente sujeita a diversas ampliações, que permitiram reforçar a sua defesa ao longo dos séculos, que a transformaram na construção que ainda hoje se mantém.

Composta por uma complexa junção de diversos elementos defensivos, nos vários espaços desta construção são visíveis linguagens construtivas híbridas, o que lhe permite ser qualificada como monumento de grande importância da arquitetura militar portuguesa. Embora considerada património nacional, não tem a visibilidade merecida, sendo bastante limitada a sua visita, e conhecimento, pelo público em geral.

Objetivo

O principal objetivo da dissertação é aprofundar o conhecimento sobre a Fortaleza de São Julião da Barra através de uma análise arquitetónica do conjunto no seu todo e dos diversos elementos defensivos que a compõe, valorizando esta peça de património. Pretende-se ainda compreender a evolução histórica do monumento em questão e enquadrá-lo no contexto da arquitetura militar em território português, percebendo a sua relevância no sistema defensivo da capital.

A produção de documentação gráfica original, fundamentada na iconografia disponível - cartografia e outras fontes - permitirá desenvolver uma análise da evolução construtiva da fortaleza e ainda desvendar alguns aspetos em termos arquitetónicos, construtivos e de relação com o território envolvente.

Espera-se que deste estudo resulte um documento que possa ter utilidade em futuros trabalhos de investigação sobre este conjunto fortificado.

00 INTRODUÇÃO

Metodologia de Investigação

A metodologia aplicada partiu da recolha e compilação de elementos gráficos históricos, no estudo, análise e interpretação de documentação arquitetónica e histórica, na realização de um levantamento fotográfico e de peças desenhadas in situ, na execução de elementos gráficos rigorosos e no desenvolvimento de um modelo digital em 3D.

Numa primeira fase da investigação foi elaborado um enquadramento temático relacionado com a evolução da arquitetura militar no período em causa, o qual se relevou uma base importante para a interpretação das várias fases construtivas da fortaleza.

A segunda fase da investigação debruçou-se sobre a descrição e interpretação da evolução histórica do conjunto de estruturas defensivas da barra do Tejo, como sistema de grande importância estratégica para a proteção da cidade de Lisboa.

A terceira parte da investigação corresponde à descrição e interpretação da Fortaleza de São Julião da Barra, nomeadamente com o desenvolvimento de uma análise sobre a sua evolução morfológica ao longo dos séculos. Neste âmbito foi realizada uma compilação e interpretação dos documentos iconográficos existentes. Ao mesmo tempo foram desenvolvidos diversos elementos gráficos com base na cartografia antiga mais significativa, na importante informação histórica existente e nos levantamentos realizados no local, os quais tiveram um papel fundamental no processo de interpretação do conjunto e da sua evolução morfológica. Nesta fase foram ainda apresentados vários exemplos que retratam as diferenças das várias fases construtivas da fortaleza, documentados através de imagens, identificados durante a visita ao local.

Estado da Arte

No capítulo que trata o Enquadramento na evolução da arquitetura militar, as obras consultadas, nomeadamente “Guia de Inventário – Fortificações Medievais e Modernas” de Paula Noé e “A arquitectura militar” de Rafael Moreira, permitiram, entre outras coisas, a compreensão das características e dos diferentes constituintes do modelo abaluartado que foram aparecendo ao longo dos séculos. Nesse sentido, contribuíram para a identificação da fase construtiva de vários elementos presentes na fortaleza, sendo assim possível indicar o espaço temporal em que surgiram.

No tema da Defesa da barra do Tejo, que consistiu principalmente no estudo e análise da evolução do conjunto de estruturas militares construídas ao longo da barra e que foram constituindo consecutivos sistemas defensivos, destacamos duas obras. “Fortificações marítimas do concelho de Oeiras” de Carlos Pereira Callixto e “A Barra do Tejo. O Eixo São Julião/Bugio: Navegabilidade, Defesa e Alumiamiento” de Joaquim Boiça, contribuem para a compreensão de vários aspetos pertinentes relacionados com o complexo defensivo da barra do Tejo, bem como a sua evolução, no qual desde logo a Fortaleza de São Julião da Barra se fixou como elemento central.

Relativamente ao estudo desta fortificação, são várias as publicações que se debruçam sobre a sua história. Destacamos “São Julião da Barra: os primeiros 100 anos” de Carlos Pereira Callixto e “O Escudo do Reino: a Fortaleza de São Julião da Barra” de Rui Carita, que correspondem a importantes contributos para o conhecimento histórico da fortaleza, sendo possível identificar pormenores importantes para o desenvolvimento do trabalho.

Fundamental para o desenvolvimento do presente trabalho de investigação foi a compilação e interpretação do conjunto de iconografia e cartografia existente. Neste âmbito, é de destacar uma planta, de autor desconhecido, datada do ano de 1580 (Arquivo Geral de Simancas, MPD, 16, 007). Este desenho, o primeiro que se conhece do conjunto fortificado, permite-nos ter uma noção do núcleo inicial da fortificação, sendo possível identificar os seus elementos constituintes. Um outro desenho que se evidencia, pelo grau de pormenor e rigor que possui, nomeadamente com a representação dos vários níveis da fortaleza, é o documento que pertence ao Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar (PT-GEAEM/DIE-3964/I-3-31-43/g) e está datado de 1828-1829. Este conjunto de elementos gráficos foram imprescindíveis para o entendimento e interpretação da evolução morfológica da Fortaleza de São Julião da Barra, funcionando como base no desenvolvimento das plantas evolutivas apresentadas.

01 ENQUADRAMENTO NA EVOLUÇÃO DA ARQUITETURA MILITAR

01 ENQUADRAMENTO NA EVOLUÇÃO DA ARQUITETURA MILITAR

O período de transição para o modelo abaluartado

¹ BARROCA, Mário Jorge - Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521). In *Portugália*, vol. 24, 2003, pp. 95-112

² *Ibidem*, p.96

³ *Ibidem*

A evolução das armas de fogo e o desenvolvimento das tecnologias e da arte da guerra marcaram a passagem do período medieval para o moderno no campo da arquitetura militar. Esta época trouxe consigo uma grande transformação na conceção das estruturas defensivas, nomeadamente em termos de sistemas de defesa, morfologia e na própria linguagem arquitectónica.

Esta transformação, gradual, começou pela tentativa de adaptação das estruturas fortificadas medievais, adaptação esta que se tornou inviável perante a constante impossibilidade prática da reestruturação das construções pré-existentes, sendo necessária a construção de novas obras.

Em meados do século XIV a pólvora começou a ser utilizada na Europa em contexto de guerra, possibilitando um importante progresso da artilharia e impulsionando novas formas de guerrear. As convencionais armas neurobalísticas, dispositivos que utilizavam como propulsão a força resultante da flexão e torção, foram progressivamente substituídas por engenhos pirobalísticos em que a força propulsora derivava da combustão da pólvora. Estes engenhos, as armas de fogo, caracterizavam-se pela capacidade de alcance de tiro superior. O aparecimento da pólvora surgiu como revolucionária na arte da guerra, abrindo as portas da arquitetura militar moderna.

No processo de adaptação das estruturas fortificadas tardo-medievais à artilharia pirobalística são identificadas duas fases. Na primeira fase, iniciada em meados do século XV, as estruturas militares foram dotadas de alguns ajustes, indispensáveis à instalação de armas de fogo.¹ Estas intervenções pontuais consistiram essencialmente na adaptação das paredes existentes, nomeadamente no rebaixamento e espessamento destas, e na introdução de troneiras, "(...) aberturas cónicas, por vezes duplamente abocinadas, numa primeira fase dotadas de um simples rasgo vertical (para mirada), mais tarde com rasgo em T ou, mais comumente, em cruz - as troneiras cruzetadas e as troneiras recruzetadas".² (fig. 1 e 2)

Em Portugal as troneiras surgiram nos últimos anos da primeira metade do século XV, durante o reinado de D. Afonso V, tomando as construções medievais capazes de receber armas de fogo. A sua difusão pelas fortificações portuguesas aconteceu na segunda metade desse século, alcançando três reinados, o de D. Afonso V, o de D. João II e o de D. Manuel I.³



Fig. 1 | Troneiras com rasgo em T no castelo do Sabugal



Fig. 2 | Troneira cruzetada no Castelo de Viana do Alentejo

⁴ BARROCA, Mário Jorge - Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521). In *Portugália*, vol. 24, 2003, pp. 95-112

⁵ *Ibidem*

⁶ NOÉ, Paula - Guia de Inventário – Fortificações Medievais e Modernas. Sacavém: IHRU, 2014

⁷ BARROCA, Mário Jorge - Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521). In *Portugália*, vol. 24, 2003, pp. 95-112

⁸ MOREIRA, Rafael - A arquitectura militar. In *História da Arte em Portugal - O Maneirismo*, vol.7. Lisboa: Alfa, 1986

Inicialmente colocadas em zonas ao ar livre, nos adarves das muralhas dos castelos, nos muros das barbacãs ou no cimo das torres de menagem, estas aberturas foram ao longo do século XV sendo também aplicadas no corpo das construções, permitindo o fogo quase ao nível do solo. Posteriormente, foram feitas aberturas retangulares no corpo das torres e das muralhas e entre merlões - as canhoeriras.⁴

Nesta primeira fase foram construídas algumas obras mais complexas, como é o caso de barbacãs extensas, de barbacãs de porta e de couraças. A construção de todos estes elementos aconteceu num período em que embora as armas de fogo se considerassem suficientemente importantes na proteção dos edifícios, sendo constante a sua instalação nas fortificações, não havia necessidade de alterar consideravelmente a estrutura destas obras, dado o fraco poder ofensivo das armas.⁵

Ainda nesta fase foram erguidas duas construções perto de Lisboa com o propósito de defenderem esta cidade, a Torre de São Sebastião da Caparica e a Torre de Santo António em Cascais, ambas mandadas construir por D. João II na década de 1480.⁶ Embora adaptadas à utilização da artilharia mais evoluída, ainda não correspondiam a sistemas defensivos autónomos capazes de resistir a investidas inimigas. Na sua concepção foram aliados os princípios medievais de uma torre de menagem a uma barbacã.

A evolução das peças de artilharia, que cada vez mais se mostravam capazes de danificar profundamente, ou até mesmo provocar a derrocada parcial das estruturas medievais, impunha a necessidade de se realizarem reformas mais profundas nas fortificações, era fundamental repensar e redesenhar novas formas arquitetónicas que respondessem às necessidades provocadas pelo novo armamento piobalístico. Surgiu então no início do século XVI a segunda fase, onde novas estruturas foram criadas de raiz.⁷

O castelo, um elemento medieval, foi então substituído pela fortaleza, um elemento mais moderno de muros baixos e espessos, com merlões e canhoeriras, sem ameias ou torre de menagem.

A solução para o novo modelo de fortificação passava por abandonar o sistema medieval de defesa e ajustar o desenho de forma que do cruzamento de tiros flanqueante e afastado não resultassem ângulos mortos⁸, não podia haver um único ponto que não fosse controlado pelo fogo de

outro ponto da mesma construção (fig. 3). Surgiu assim o baluarte, um elemento revolucionário que permitia o aumento da superfície de tiro e que terminava com este tipo de ângulos.

O sistema abaluartado surgiu em Itália no final do século XV⁹ após um processo longo e complexo de diversas experiências de engenheiros italianos na conceção, ou adaptação, de estruturas arquitetónicas capazes de resistir às investidas das novas armas de fogo e teve um papel fundamental no desenvolvimento da arquitetura militar. Durante as duas primeiras décadas do século XVI, nesse país, debateu-se a utilização dos vários tipos de baluartes¹⁰, desde os redondos aos pentagonais, tendo numa primeira fase prevalecido a ideia dos baluartes semicirculares e posteriormente sido introduzido o baluarte moderno, que culminou na evolução dos baluartes pentagonais reforçados junto à gola, através de orelhões. Esta tipologia de sistema foi desenvolvida até meados do século XVI.¹¹

A Escola de Fortificação Italiana surge como a mais influente nas obras da arquitetura de transição¹² tanto em Portugal como no resto da Europa, tornando as fortificações italianas construídas na segunda metade do século XV, e o sistema abaluartado, numa inspiração e referência para fortificações espalhadas por diversos países. Muitos deles recorreram nesta época a engenheiros italianos uma vez que estes tinham os conhecimentos mais avançados das técnicas e formas de construção.

O sistema abaluartado, uma solução arquitetónica e construtiva completamente nova, era composto por um sistema geométrico proporcional, pela harmonização de vários elementos arquitetónicos construídos a partir do baluarte. Elemento fundamental da fortificação pirobalística e base do sistema abaluartado, “estrutura construída com planta pentagonal irregular, que se destaca nos ângulos salientes de duas cortinas contíguas, o baluarte é constituído por três partes principais: faces (as linhas salientes), flancos (linhas recolhidas onde se colocam as peças de artilharia) e gola (linha de ligação à cortina).”¹³ A trajetória de tiro, que partia dos flancos, permitia o fogo cruzado entre cada baluarte da fortificação, concretizando o princípio do flanqueamento. Esta proteção recíproca era a base do sistema abaluartado.

Durante esta segunda fase do período de transição, para além de terem sido construídas estruturas abaluartadas padronizadas, surgiram algumas fortificações singulares, exemplos isolados da arquitetura militar portuguesa bastante interessantes e que se destacam pelas suas plantas inovadoras.

⁹ QUARESMA, António Martins – Alexandre Massai: A “Escola Italiana” de Engenharia Militar no Litoral Alentejano (Séculos XVI e XVII). Sines: Centro Cultural Emérico Nunes, 2007

¹⁰ NOÉ, Paula - Guia de Inventário – Fortificações Medievais e Modernas. Sacavém: IHRU, 2014

¹¹ CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da - A fortificação no contexto da cultura arquitectónica portuguesa entre os séculos XVI e XVIII: uma leitura geral. In História da Arquitectura: Perspectivas temáticas, 2018, pp. 189-212. Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CIT-CEM) - Universidade do Porto

¹² NOÉ, Paula - Guia de Inventário – Fortificações Medievais e Modernas. Sacavém: IHRU, 2014

¹³ CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da - A fortificação no contexto da cultura arquitectónica portuguesa entre os séculos XVI e XVIII: uma leitura geral. In História da Arquitectura: Perspectivas temáticas, 2018, pp. 189-212. Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CIT-CEM) - Universidade do Porto, p.190

¹⁴ BARROCA, Mário Jorge - Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521). In *Portugália*, vol. 24, 2003, pp. 95-112

Destas evidenciam-se a Torre de Belém, o Castelo Novo de Évora, o Castelo Roqueiro de Vila Viçosa e a Torre de Évora Monte.

A Torre de Belém, inicialmente designada por “Baluarte de São Vicente a par de Belém” ou por “Baluarte do Restelo”, da autoria de Francisco de Arruda, foi construída perto da margem direita do Tejo, de forma a ficar completamente rodeada de água. Composta pela harmonização de dois corpos distintos, esta estrutura conjuga uma torre quadrangular com uma plataforma de tiro baixa de forma poligonal, que se assemelha à forma e função de um baluarte. Foi nesta plataforma poligonal, virado para o rio, que se rasgaram todas as canhoeriras desta fortificação, controlando o acesso fluvial a Lisboa. A existência de um pátio retangular central rasgado no seu interior, sem cobertura, com o qual comunicam todas as câmaras de tiro, permitia controlar os problemas derivados da acumulação de fumos após os disparos das peças de artilharia, proporcionando o rápido escoamento dos mesmos. A torre, localizada na face virada para terra, mantém os traços mais conservadores da estrutura, característicos da era medieval.

O Castelo Novo de Évora foi encomendado por D. Manuel I a Diogo de Arruda que desenhou um grande quadrilátero com quatro poderosas torres quadradas angulares. Por sua vez, tanto o Castelo Roqueiro de Vila Viçosa como a Torre de Évora Monte apresentavam plantas quadradas, com potentes torreões cilíndricos angulares adaptados à artilharia moderna. Enquanto em Vila Viçosa se ergueram duas torres, em ângulos opostos, em Évora Monte foram edificadas quatro, ficando todos os ângulos da construção salvaguardados. Nas paredes do Castelo de Vila Viçosa foram abertas amplas canhoeriras, em quatro cotas distintas, que permitiam o tiro flanqueado. No caso da Torre de Évora Monte, as canhoeriras foram abertas nos torreões, entre três e cinco em cada um. Esta foi a primeira construção adaptada ao disparo das bocas de fogo em espaços fechados, comprovando um desenvolvimento eficaz dos sistemas de ventilação.¹⁴

O período de transição estava nesta altura a terminar, avizinhavam-se novos tempos com novas lógicas arquitetónicas. Na década de 40 do século XVI, os arquitetos e engenheiros portugueses, entre os quais Miguel de Arruda, tiveram a oportunidade de realizar no Norte de África as primeiras fortificações “à italiana”, com baluartes em angulo, de acordo com o desenho e o conhecimento do engenheiro militar Benedetto da Ravena.

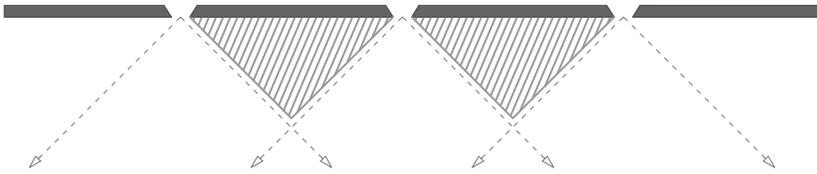
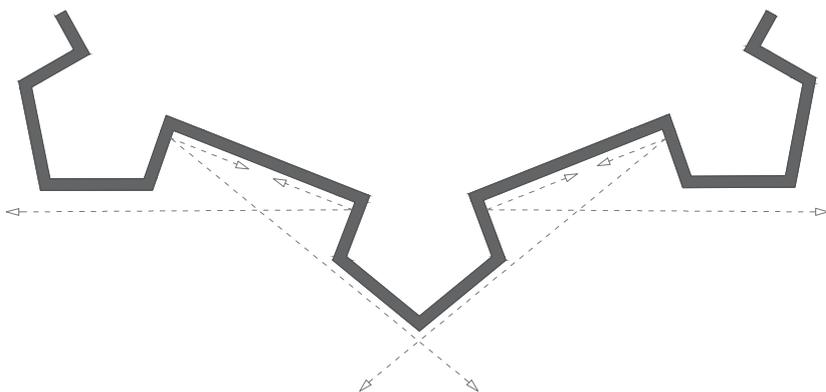
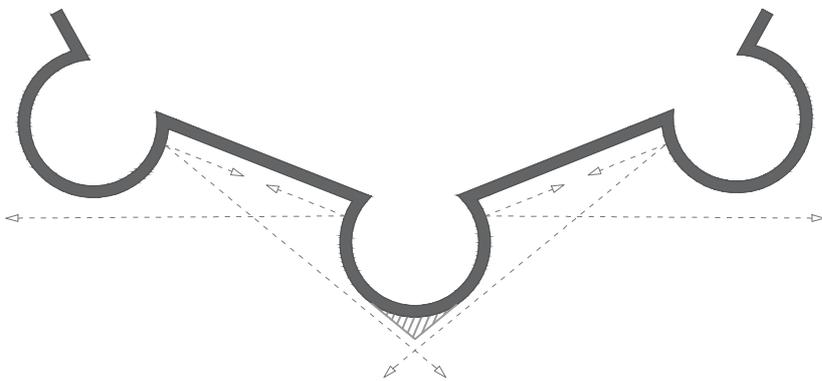
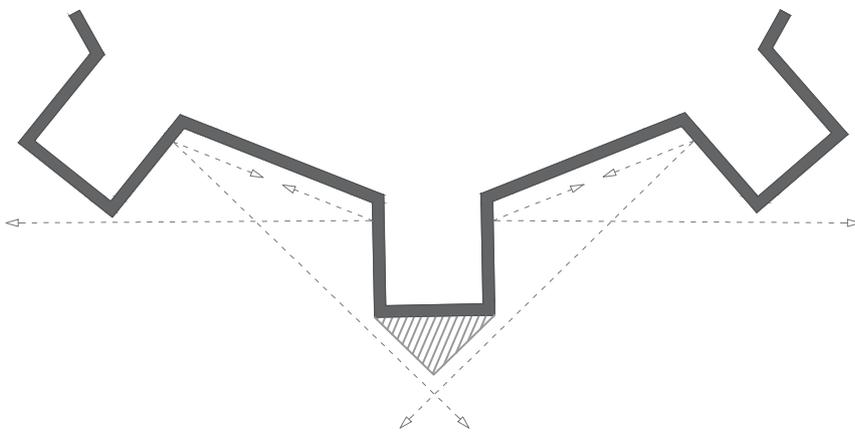


Fig. 3 | Esquema da trajetória de tiro e dos ângulos mortos em 4 tipos de estrutura: estrutura sem baluartes, estrutura com baluartes quadrangulares, estrutura com baluartes semicirculares e estrutura com baluartes pentagonais



01 ENQUADRAMENTO NA EVOLUÇÃO DA ARQUITETURA MILITAR

O desenvolvimento do modelo abaluartado entre os séculos XVI e XVIII

¹⁵ NOÉ, Paula - Guia de Inventário – Fortificações Medievais e Modernas. Sacavém: IHRU, 2014, p.27

¹⁶ MOREIRA, Rafael - A arquitetura militar. In História da Arte em Portugal - O Maneirismo, vol.7. Lisboa: Alfa, 1986, p. 147

¹⁷ CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da - A fortificação no contexto da cultura arquitectónica portuguesa entre os séculos XVI e XVIII: uma leitura geral. In História da Arquitectura: Perspectivas temáticas, 2018, pp. 189-212. Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CIT-CEM) - Universidade do Porto

¹⁸ MOREIRA, Rafael - A arquitetura militar. In História da Arte em Portugal - O Maneirismo, vol.7. Lisboa: Alfa, 1986, p. 150

A década de 1540 foi marcada pelo auge do desenvolvimento do baluarte poligonal. Foi a partir daí que a nível global foram colocados em prática novos conceitos na fortificação.

De um modo geral as fortificações modernas caracterizam-se por “cortinas baixas, espessas e com a escarpa exterior em talude, por vezes com ressalto, rematada por cordão e parapeito simples ou com merlões e canhoneiras. Nos ângulos flanqueados, sobre as portas ou outras zonas mais frágeis, dispõem-se guaritas, de diferentes formas e coberturas.”¹⁵

Da arquitetura militar portuguesa moderna são características as fortificações de planta estrelada, com baluartes robustos e irregulares e muralhas grossas. Durante este período, no reinado de D. Sebastião, “é característico do novo estilo de fortificar o uso de baluartes terraplenados com escarpa e ângulo flaqueante proporcionado às cortinas envolvendo construções preexistentes.”¹⁶

No reinado deste jovem monarca identifica-se uma mudança relativamente à contratação dos técnicos das construções militares, recorrendo-se a diversos engenheiros militares estrangeiros.¹⁷ Durante o período da união ibérica, iniciado em 1580, intensificou-se o recurso a estes profissionais, particularmente italianos, como Filippo Terzi, Leonardo Turriano, Giovanni Vincenzo Casale, Alexandre Massai, entre outros.

No final do século XVI a teoria italiana regia-se pelo princípio de que “um perímetro é tanto mais forte quanto mais regular for o polígono e maior o número dos seus lados, ao permitir que os baluartes tenham ângulo muito obtuso e que as cortinas contíguas formem quase uma recta”.¹⁸ O valor dos ângulos do baluarte dependia do número de lados do polígono fortificado em que estes se inseriam, havendo assim uma relação entre a forma do baluarte e a da fortificação abaluartada.

O conceito, e desenho, de fortaleza abaluartada alastrou-se por toda a Europa. No entanto, cada país aplicou determinadas alterações convenientes conforme a morfologia e a estratégia, tanto de ataque como de defesa, que possuía. Assim, foram criadas diversas variantes da fortaleza abaluartada e à Escola Italiana juntaram-se outras com particular destaque para a Escola Francesa e para a Escola Holandesa ou Flamenga. Esta última, por exemplo, desenvolveu um sistema abaluartado que incluía os elementos preconizados em Itália e acrescentava-lhes o elemento água, através de

fossos quase sempre alagados.¹⁹ Embora cada país tenha a sua própria história dentro da área da arquitetura militar, todas se ajustam, de certa forma, aos aspetos do domínio italiano do século XVI, bem como às características flamengas e francesas do século XVII.

A fortificação moderna surgiu no século XVI e prolongou-se até ao século XVII, altura em que atendeu por completo às exigências do ponto de vista defensivo daquela época, atingindo o seu auge. Embora em meados do último século referido tenha surgido o “método lusitano”, as obras construídas no país foram produto das diferentes práticas construtivas que foram chegando a solo nacional, uma conjugação de influências provenientes das três escolas mais relevantes, anteriormente já mencionadas. As fortificações construídas, principalmente na raia alentejana, apresentam características mistas das Escolas Holandesa e Francesa, e simultaneamente uma certa flexibilidade e adaptação ao terreno, atributos da prática portuguesa.

Para além do baluarte as fortificações modernas dispõem de outras estruturas. Ao polígono abaluartado foram acrescentados de forma progressiva, a partir das experiências flamengas que decorreram na primeira metade do século XVII, vários elementos como a barbacã, a bateria, o caminho coberto e o redente, no seu recinto principal, a contra-guarda, a coroadá, o fosso, o hornaveque, a meia-lua, o revelim e a tenalha, no seu exterior (fig. 4). O revelim é a obra externa mais comum sendo classificado em três tipos, revelim com faces, revelim com faces e flancos e revelim duplo, este último composto por dois revelins separados por um fosso.²⁰

Em Portugal continental, embora predominem as estruturas abaluartadas, nesta altura também foram construídas fortificações com outros traçados, como por exemplo circular, caso do Forte de São Lourenço da Cabeça Seca, quadrangular, caso do Forte de São João Baptista, triangular, caso da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, e tenalhado, caso do Forte da Consolação.

Pouco antes do início da Guerra da Restauração surgiu um novo tipo de obras de defesa militar em Portugal, pequenas fortificações marítimas normalmente de planta retangular e com uma bateria direcionada para o mar. Neste período, a defesa do território português foi sustentada por dois tipos de construções, por um lado imponentes fortificações, rodeando vilas e cidades, localizadas em pontos estratégicos ao longo da fronteira, e por outro, pequenos fortes marítimos dispostos em locais importantes e estratégicos ao longo da costa.²¹

¹⁹ SANTOS, Cristina Andreia Duarte de Coimbra Neves Próspero dos – Fortificações da foz do Tejo. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa. 2014. Dissertação de Mestrado

²⁰ NOÉ, Paula - Guia de Inventário – Fortificações Medievais e Modernas. Sacavém: IHRU, 2014

²¹ *Ibidem*

²² SAMPAIO, Augusto Cordeiro Diniz – A Evolução da Engenharia Militar: Principais características da sua atuação em campanha. Lisboa: Tip. Henry Gris, 1940

²³ SANTOS, Cristina Andreia Duarte de Coimbra Neves Próspero dos – Fortificações da foz do Tejo. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa. 2014. Dissertação de Mestrado

Ao longo da faixa litoral também foram erguidas grandes fortificações de desenho bastante mais irregular e anguloso.

Entre os engenheiros militares que mais se destacaram durante o século XVII surge Sébastien Le Prestre de Vauban, engenheiro francês responsável pela introdução de um novo estilo de fortificação, o estilo *Vauban*. Apoiando-se e desenvolvendo o *trace Italienne*, um estilo fortificado que surgiu em meados do século XV em Itália e que consistia numa fortificação poligonal com baluartes nos cantos de forma a eliminar zonas mortas, o estilo *Vauban* ficou completo após a construção de vários elementos de reforço, destacando-se a aplicação de orelhões e de flancos curvos nos baluartes, a construção de cavaleiros e trincheiras interiores sobre o mesmo elemento e a utilização de revelins e de tenalhas nos fossos.²² Sébastien Vauban, ao se aperceber dos limites da fortificação abaluartada, defendeu a construção de várias obras exteriores que transformassem a estrutura fortificada num campo entrincheirado mais amplo.

Durante os séculos XVII e XVIII a estrutura das fortificações praticamente não sofreu alterações, porém, as suas obras externas, bem como a utilidade do baluarte, foram adaptadas ao progresso das armas de fogo e das táticas de guerra. A primeira metade do séc. XVIII marca o último período de intervenções nas estruturas fortificadas com propósitos bélicos.²³ No final deste século surgem edifícios complementares ou de apoio logístico às fortificações, nomeadamente aquartelamentos, construídos preferencialmente nas ruas próximas à estrada de armas.

Devido à inexistência de conflitos mais graves que impunham a utilização de armas com pólvora, ou apenas pela evolução das técnicas de guerra, assistiu-se à construção de obras que prescindiam dos baluartes para dar mais relevância às baterias de longo alcance.

O desenho e forma das fortificações, tanto medievais como modernas, nunca se sustentou na beleza nem no aspeto do conjunto fortificado, sendo a sua função o fator mais valorizado.



Fig. 4 | Os diversos elementos que compõe a fortificação abaluartada

- a. Glacis ou Declive;
- b. Caminho Coberto;
- c. Contraescarpa;
- d. Tenalha simples;
- e. Tenalha composta;
- f. Hornaveque;
- g. Praça de armas;
- h. Fosso;
- i. Revelim;
- k. Meia-lua;
- l. Coroada;
- m. Chapéu de bispo;
- n. Contraguarda;
- o. Baluarte regular;
- p. Baluarte com orelhões;
- q. Cortina;
- r. Muralha;
- s. Ponte.

02 A DEFESA DA BARRA DO TEJO

02 A DEFESA DA BARRA DO TEJO

Enquadramento e situação geográfica

²⁴ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira - A Barra do Tejo. O Eixo São Julião/Bugio: Navegabilidade, Defesa e Alumiamto. 1ª ed. Oeiras: Câmara Municipal-DASC/DCT-Sector de Ação Cultural, 2000

²⁵ *Ibidem*

O rio mais extenso da Península Ibérica, o Tejo, percorre cerca de 1070 quilómetros. Antes de alcançar o oceano, este rio difunde-se por um amplo estuário de configuração afunilada, após um alargamento progressivo que atinge cerca de 15 quilómetros de largura, segue-se um estreitamento gradual que culmina num canal com cerca de 2 quilómetros de largura. É precisamente no término deste canal, na foz do rio, que se encontra uma formação geológica constituída por um banco de sedimentos aí depositados por acção das correntes marítimas - a barra do Tejo. Esta barra, em constante alteração, mudou de morfologia ao longo do tempo e atualmente encontra-se quase toda submersa, estando emersa apenas no local onde se ergue o Forte do Bugio.

A embocadura do Tejo ocorre em frente à zona costeira do concelho de Oeiras. O limite imaginário do rio é marcado por duas estruturas fortificadas, a Fortaleza de São Julião da Barra e o Forte do Bugio, símbolos de defesa nacional que em tempos controlaram o acesso marítimo à capital.

Entre os séculos XV e XVI, altura das viagens e explorações marítimas levadas a cabo pelos portugueses durante a Época dos Descobrimentos, a capital do reino assumiu-se como uma renomada urbe marítima e no seu movimentado porto desembarcavam inúmeros navios que carregavam mercadorias vindas dos mais diversos lugares.

A navegação na foz do rio Tejo foi em tempos, e durante vários séculos, condicionada pelo movimento das marés. A força das águas, tanto oceânicas como fluviais, provoca intensas correntes na barra que ao atuarem neste local originam dois fenómenos "(...) a drenagem dos canais por onde é possível navegar e a distribuição das areias e demais depósitos para as margens ou para as áreas menos profundas do leito do rio."²⁴

O assoreamento na barra do Tejo sempre foi uma realidade que, condicionando a navegação, se resolveu naturalmente. Apesar disso, quem tencionava chegar à capital sabia por onde navegar, as zonas perigosas eram conhecidas e evitadas. Destacam-se os baixios, também conhecidos por cachopos, formações pétreas e arenosas que condicionam a navegação, obstruindo e tornando perigoso o acesso aos portos.²⁵

Existem dois baixios à entrada da barra junto a Lisboa e que delimitam os 3 canais de navegação por onde é possível entrar no rio Tejo a partir do oceano Atlântico. (fig. 5)



Fig. 5 | A barra do rio Tejo e sua envolvência em 1807, por John Luffman

²⁶ BOIÇA, Joaquim; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de - O Forte e farol do Bugio: São Lourenço da Cabeça Seca. Linda-a-Velha: Fundação Marquês de Pombal, 2004

²⁷ *Ibidem*

²⁸ *Ibidem*, p.13

Um dos baixios localiza-se, aproximadamente, a sudoeste da ponta de São Julião. O denominado Cachopo Norte é de pedra e atrai areias que se concentram e que podem, por vezes, despontar à superfície. Este elemento delimita, com a costa, um canal de navegação pouco profundo e não muito largo denominado Carreira de São Gião ou Barra Pequena, onde a navegação é difícil e perigosa.²⁶

O outro baixio, o Cachopo Sul ou do Alpeidão, consideravelmente maior, estende-se ao longo da barra e estabelece com o Cachopo Norte um canal de navegação grande e profundo apelidado de Carreira da Alcáçova, Alcacere ou Barra Grande. Entre este baixio e a margem esquerda do rio Tejo existe um outro canal, o canal do Torrão ou do Barreiro, um canal estreito que permite a circulação apenas de pequenas embarcações costeiras.²⁷

O Cachopo Sul, também conhecido por “Cabeça Seca”, desde sempre se distinguiu do Cachopo Norte uma vez que “uma parte da extensa formação arenosa existente à entrada da barra permanecia, invariavelmente, acima da linha de água.”²⁸, um fenómeno que, ao contrário do Cachopo Norte, não acontecia apenas ocasionalmente. Esta particularidade ocasionou a construção, no final do século XVI, de um forte nesse areal, o Forte de São Lourenço da Cabeça Seca, vulgarmente conhecido por Forte do Bugio.

02 A DEFESA DA BARRA DO TEJO

Evolução histórica

²⁹ BOIÇA, Joaquim; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de - O Forte e farol do Bugio: São Lourenço da Cabeça Seca. Linda-a-Velha: Fundação Marquês de Pombal, 2004

³⁰ TEIXEIRA, André; GARCIA, José Manuel - A defesa de Lisboa nos séculos XV e XVI. Lisboa: Ciudad Autónoma de Ceuta – Consejería de Educación y Cultura | Câmara Municipal de Lisboa - Direção Municipal de Cultura, 2015

Embora a ocupação humana nas margens do estuário do Tejo remonte há muitos milhares de anos, foi apenas após 1147, ano em que Lisboa foi tomada aos árabes pelos cristãos, que, passando a ser considerada a capital do Reino, teve condições para que o seu porto se desenvolvesse. Este porto, com características que lhe possibilitavam ser considerado como um dos melhores da Europa, tais como a sua posição geográfica ou o seu fácil acesso, ganhou destaque quando o comércio marítimo se tornou a principal atividade no mar.

A ampliação do domínio territorial do país foi um objetivo ambicionado, e concretizado, pela grande maioria dos monarcas portugueses até ao século XVI. Se inicialmente as fronteiras terrestres eram o limite principal, sendo fundamentais para garantir a independência e a consolidação do país, o interesse em alargar o império além-mar, a partir do século XIV, levou à necessidade de se defender a costa portuguesa.

No planeamento da defesa do litoral português, duas perspetivas estratégicas opuseram-se ao longo do tempo. Enquanto uma privilegiava a defesa fixa, a partir da costa, através da construção de fortificações na foz dos rios e em redor dos principais núcleos urbanos ribeirinhos, a outra priorizava a defesa móvel, a partir do espaço marítimo, por meio da organização de uma frota que guardaria os mares e os portos portugueses.²⁹ Apesar de o ideal ser a conjugação destas duas estratégias, devido à escassez de meios, financeiros e humanos, priorizou-se a defesa fixa. Nesse sentido, foi necessário aumentar o número de estruturas fortificadas ao longo do litoral, assim como preservar e adaptar estas estruturas à evolução da arte da guerra e da artilharia.

Lisboa, cidade voltada para a vida marítima durante séculos, ganhou outra dimensão na Era dos Descobrimentos. O processo expansionista português iniciou-se com a conquista de Ceuta em 1415, durante o reinado de D. João I, e a cidade de Lisboa cresceu substancialmente nos séculos XV e XVI, numa altura em que no movimentado porto da capital portuguesa desembarcavam inúmeros navios que carregavam mercadorias vindas dos mais diversos locais. Lisboa, tal como o território envolvente, crescia com o desenvolvimento do seu porto, tornando-se, cada vez mais, cosmopolita e mercantil. A sua defesa era assegurada por uma cerca fernandina, embora durante esses dois séculos a malha urbana se tenha desenvolvido principalmente na frente ribeirinha do Tejo e ultrapassado os limites da mesma.³⁰

No entanto, era evidente a fragilidade do ponto de vista defensivo da capital relativamente à frente marítima. Era fundamental garantir a segurança da cidade e do seu porto através do reforço da defesa da costa adjacente a Lisboa perante possíveis ameaças externas, sendo esta a prioridade relativamente à defesa da frente terrestre.

D. Fernando I, no poder entre 1367 e 1383, foi o primeiro monarca que, devido aos conflitos com Castela, controlou o acesso à barra do Tejo. Com esse fim, fechou a entrada do rio com duas grossas cadeias de ferro.³¹ Antes disso, a defesa de Lisboa era conseguida por embarcações carregadas com artilharia que patrulhavam a embocadura do Tejo. Mais tarde, D. João I terá mandado erguer rudimentares baterias nos locais onde as margens do rio estão mais próximas. Porém, com a evolução da pirolística, foi necessário reajustar as formas arquitetónicas e os sistemas defensivos. Surgem então, entre 1481 e 1482, as primeiras construções de defesa de carácter permanente, à beira-mar, para proteger a barra do Tejo.³²

Embora a construção de pontos de defesa para o acesso à cidade e ao seu porto tenha seguido uma sequência cronológica bem definida, em termos geográficos foi bastante alternada. As fortificações construídas desde Lisboa até à foz do Tejo não são todas progressivamente mais recentes ou vice-versa, o processo de conceção deste sistema foi complexo.

Portugal encontrava-se numa situação de grandeza económica e social quando a defesa da cidade de Lisboa foi repensada, considerava-se fundamental a construção de fortificações marítimas, com o objetivo de fazerem frente aos navios que, armados, deixaram de fazer apenas o transporte de homens, podendo atacar a partir do mar.

Nesse sentido, no final do século XV, altura em que D. João II estava no poder, foi implementado um plano de defesa para o porto de Lisboa que consistia no controlo do acesso marítimo da cidade através do cruzamento de fogos entre três fortalezas situadas junto aos principais portos comerciais de apoio ao acesso à capital.³³ Inicialmente, na década de 1480, o monarca mandou construir, na margem esquerda do rio, a Torre de São Sebastião da Caparica, mais tarde conhecida como “Torre Velha”, num pequeno forte já existente junto à água no Porto Brandão, e em Cascais, na margem direita, a Torre de Santo António.

³¹ CARITA, Rui; CARDOSO, António Homem - O Escudo do Reino: a Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, D.L. 2007

³² RAMALHO, Margarida de Magalhães – A Barra do Tejo e a defesa de Lisboa. In Oceanos, Lisboa, nº11, p. 71-75, 1992

³³ TEIXEIRA, André; GARCIA, José Manuel - A defesa de Lisboa nos séculos XV e XVI. Lisboa: Ciudad Autónoma de Ceuta – Consejería de Educación y Cultura | Câmara Municipal de Lisboa - Direção Municipal de Cultura, 2015

³⁴ LOURENÇO, Manuel Acácio Pereira - As fortalezas da costa marítima de Cascais. Cascais: Câmara Municipal, 1964

³⁵ PIEDADE, Isabel Maria Silva da - Abordagem Histórico-cultural do Património Arquitectónico da Barra de Lisboa - Bateria da Parede. Lisboa: FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. 2011. Dissertação de Mestrado

³⁶ LOURENÇO, Manuel Acácio Pereira - As fortalezas da costa marítima de Cascais. Cascais: Câmara Municipal, 1964

³⁷ *Ibidem*

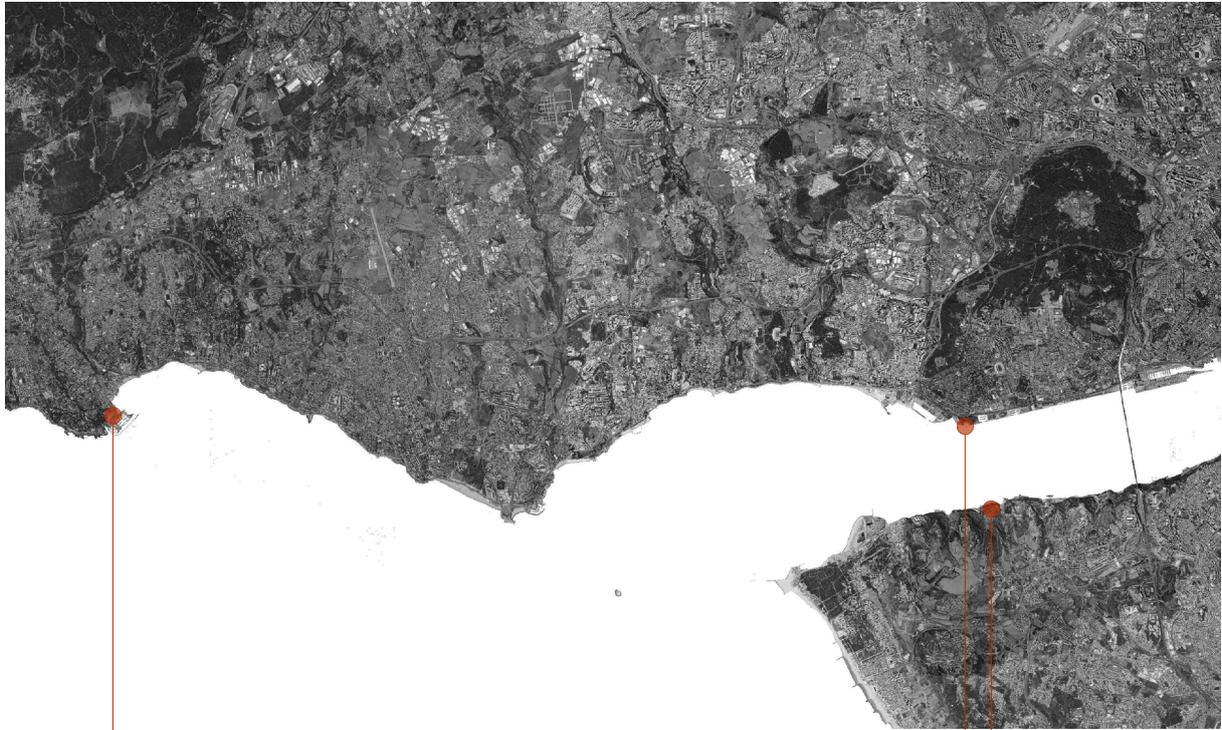
³⁸ PIEDADE, Isabel Maria Silva da - Abordagem Histórico-cultural do Património Arquitectónico da Barra de Lisboa - Bateria da Parede. Lisboa: FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. 2011. Dissertação de Mestrado

Esta torre foi construída com dois objetivos: salvaguardar tanto a vila como o seu porto e controlar os navios que, obrigatoriamente, aí passavam para entrar na barra, ou que permaneciam abrigados enquanto aguardavam as condições ideais de vento e de maré que lhes permitissem seguir viagem.³⁴ Estas duas torres, em conjunto com um navio fortemente artilhado ancorado a meio do Tejo, que serviria como bateria flutuante e que também D. João II tinha mandado construir para defesa do porto de Lisboa³⁵, assegurariam a proteção do mesmo, serviriam de barreira fluvial a qualquer ataque que viesse do mar.

Para completar o projeto de defesa do porto de Lisboa deveria ser construída uma outra fortificação do lado oposto do rio, na zona do Restelo, no alinhamento da Torre Velha, de forma que cruzasse fogos com esta. Foi ainda no reinado de D. João II que surgiu o primeiro projeto, não consumado, da Torre de São Vicente³⁶, comumente conhecida como Torre de Belém. Com um novo plano, a construção desta torre foi iniciada já com D. Manuel no poder, num afloramento rochoso nas águas do Tejo, estando concluída em 1520.³⁷ Ficou assim completo o triângulo defensivo estratégico da barra, compreendido entre Porto Brandão, Cascais e Restelo. (fig. 6)

No final do reinado de D. João II, e durante o reinado de D. Manuel I, surgiu um avanço significativo da artilharia, fator que impulsionou uma nova fase na construção das fortificações, ou na adaptação das já existentes.³⁸ Em meados do século XVI, quando o sistema defensivo concebido por estes dois monarcas se mostrou incapaz de fazer frente aos sucessivos ataques realizados não só ao longo da costa mas também na barra do Tejo, foi necessário construir novas fortificações adaptadas àquele tempo e às novas tecnologias - “à maneira italiana” - constituídas por baluartes angulares e traçados regulares. Para além da urgente necessidade de se construírem fortificações abaluartadas, foi traçada uma nova estratégia de defesa da barra do Tejo: avançar a linha de defesa marítima até à entrada da barra, onde se estreitam os canais de navegação.

Quando D. João III chegou ao poder considerou-se a possibilidade de se expandir a linha de defesa marítima de Lisboa até à ponta rochosa de São Gião, na entrada da barra. Mandou então edificar nesse esporão rochoso o Forte, ou Torre, de São Gião, a primeira fortaleza de estrutura abaluartada na foz do Tejo.



Torre de Santo António

Torre de São Vicente

Torre de São Sebastião
da Caparica

Fig. 6 | Esquema da defesa da barra do Tejo em 1520

³⁹ TEIXEIRA, André; GARCIA, José Manuel - A defesa de Lisboa nos séculos XV e XVI. Lisboa: Ciudad Autonoma de Ceuta – Consejería de Educación y Cultura | Câmara Municipal de Lisboa - Direção Municipal de Cultura, 2015

⁴⁰ PIEDADE, Isabel Maria Silva da - Abordagem Histórico-cultural do Património Arquitectónico da Barra de Lisboa - Bateria da Parede. Lisboa: FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. 2011. Dissertação de Mestrado

⁴¹ CALLIXTO, Carlos Pereira - Fortificações marítimas e fluviais do concelho de Oeiras. Oeiras: Câmara Municipal, 1988

⁴² RAMALHO, Margarida de Magalhães – A Barra do Tejo e a defesa de Lisboa. In Oceanos, Lisboa, nº11, p. 71-75, 1992

Erguida num ponto estratégico, dominando a entrada da barra, esta fortificação foi alvo de diversas intervenções estruturais importantes tais como sucessivas ampliações feitas posteriormente, de modo a adaptá-la às necessidades da altura e ao desenvolvimento da artilharia.

Para consolidar a defesa da entrada marítima de Lisboa foi construída outra fortaleza, nos baixios arenosos existentes no meio do rio, em frente a São Gião, de forma a cruzarem fogos. Erguido por volta de 1580³⁹, no cachopo da Cabeça Seca, o Forte de São Lourenço da Cabeça Seca, também conhecido como Torre do Bugio, foi inicialmente construído em madeira. Porém o eixo defensivo que este constituía com a Fortaleza de São Gião era, nessa altura, incapaz de resistir e proteger a barra do Tejo.

Ainda durante essa época, em 1570⁴⁰, reedificou-se e adicionou-se uma bateria superior à Torre Velha, passando esta a designar-se Forte de São Sebastião da Caparica.

O projeto defensivo da barra do Tejo prosseguiu durante o domínio filipino em Portugal. Perante um reino caracterizado por uma frágil defesa e um sistema defensivo bastante ineficaz, a prioridade passava por tentar solucionar as deficiências defensivas deste através da realização de um conjunto de ações de fortalecimento defensivo da costa. Nesse sentido, ocorreram simultaneamente diversas obras de fortificação, reforço e ampliação ao longo da barra do Tejo.⁴¹

Após a Restauração da Independência, quando D. João IV subiu ao poder, no contexto da reorganização da defesa das fronteiras do reino foi definida uma nova estratégia para a proteção da barra do Tejo baseada na construção de pequenos fortes ao longo da costa entre Lisboa e Peniche, em locais de possível desembarque das tropas inimigas, desenhando a paisagem fortificada da costa. Este conjunto fortificado servia como complemento às defesas principais e permitia a proteção localizada de praias e enseadas espalhadas essencialmente na margem norte do rio, reforçando o poder de fogo na barra do Tejo. Para além desta medida, foram reforçadas, ou concluídas, as fortalezas já existentes nas margens do rio e ampliadas as mais importantes. Este projeto construtivo, que começou a ser executado na segunda metade do século XVII e que consistiu na construção de 48 fortes, foi dividido em 3 fases definindo prioridades: em primeiro lugar o troço Belém-Guincho, depois Belém-Xabregas e por fim o litoral compreendido entre o cabo Raso e Peniche.⁴²

No final do século XVII a Barra do Tejo encontrava-se dotada de 2 linhas defensivas de maior relevância: a primeira, localizada no eixo de Belém, era marcada pela Torre de Belém e pelo Forte de São Sebastião da Caparica; a segunda, que permitia fechar todas as entradas fluviais possíveis, era marcada por três pontos estratégicos, a Fortaleza de São Gião, o Forte do Bugio e o Forte da Trafaria.⁴³

Os pequenos fortes erguidos no reinado de D. João IV raramente atuaram em ações militares tendo um carácter principalmente dissuasor. Largados ao esquecimento durante longos períodos, e em épocas distintas, os pequenos fortes foram-se deteriorando, acabando por ficar arruinados. A partir do final do século XVIII, após perderem o interesse enquanto espaços de valor militar, muitos deles foram progressivamente desativados. Enquanto alguns foram adaptados a novas utilizações e ainda se encontram preservados, conservando os traços gerais das estruturas primitivas, outros foram deixados ao abandono ou até mesmo arrasados para dar lugar a outros edifícios ou à estrada marginal.⁴⁴

Desde o final do século XVI que o foco da defesa da capital era virado para a via marítima e, assim sendo, o esforço desenvolvido era destinado a impedir um avanço naval sobre Lisboa. No entanto, este sistema defensivo totalmente virado ao mar mostrava-se bastante vulnerável por lado de terra. Apenas no começo do século XIX, com a construção da Linha Defensiva de Oeiras, é que esta situação foi alterada.⁴⁵ Esta foi a terceira das afamadas Linhas de Torres, um plano para defender a capital por via terrestre, e tinha como função principal permitir uma eventual evacuação das tropas inglesas em caso de retirada. Com um desenho semicircular, apoiada a oeste no forte de São Domingos de Rana e a leste no Forte de São João das Maias, tinha em vista a defesa da Fortaleza de São Julião da Barra e dos ancoradouros montados na praia fronteira a esta. (fig. 7)

O último conjunto de intervenções de carácter bélico nas fortalezas aconteceu na primeira metade do século XIX, inicialmente devido às invasões francesas e posteriormente decorrente da guerra civil entre D. Miguel e D. Pedro V, que teve lugar entre 1832 e 1834.⁴⁶

Durante o reinado de D. Miguel, enquanto sucedia a guerra civil, e temendo um eventual desembarque das forças liberais, o monarca mandou restaurar muitas fortificações ao longo da costa. Devido às fragilidades evidenciadas, a grande maioria dessas construções foram reforçadas.

⁴³ CALLIXTO, Carlos Pereira - São Julião da Barra: os primeiros 100 anos. Oeiras: Câmara Municipal, 1989

⁴⁴ RAMALHO, Margarida de Magalhães – A Barra do Tejo e a defesa de Lisboa. In Oceanos, Lisboa, nº11, p. 71-75, 1992

⁴⁵ *Ibidem*

⁴⁶ SANTOS, Cristina Andreia Duarte de Coimbra Neves Próspero dos – Fortificações da foz do Tejo. Lisboa: Universidade Lusitana de Lisboa. 2014. Dissertação de Mestrado

⁴⁷ PIEDADE, Isabel Maria Silva da - Abordagem Histórico-cultural do Património Arquitectónico da Barra de Lisboa - Bateria da Parede. Lisboa: FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. 2011. Dissertação de Mestrado

Foram ainda construídas e artilhadas algumas baterias na margem sul do rio Tejo e um forte, perto da Boca do Inferno.

Com as fortalezas da barra cada vez mais arcaicas e desatualizadas relativamente aos rápidos avanços da artilharia, D. Pedro V mandou elaborar um plano baseado num novo estudo da defesa de Lisboa, que só teve seguimento no reinado seguinte. Desse plano de fortificação surgiu o Campo Entrincheirado de Lisboa e para a defesa marítima deste foi construída, entre outras, a Bateria da Parede, que garantia a defesa do porto da capital. Esta Bateria defendia um grande trecho costeiro, desde São Julião da Barra até Cascais.⁴⁷

Por essa altura, devido ao desenvolvimento das armas e da arte da guerra, as novas construções militares já não possuíam baluartes, contavam nesse momento com baterias de longo alcance.



Fig. 7 | As Linhas de Torres

03 A FORTALEZA DE SÃO JULIÃO DA BARRA

















03 A FORTALEZA DE SÃO JULIÃO DA BARRA Situação geográfica e relação com o território

⁴⁸ ROCHA, Filomena Isabel L. C. Serrão - Oeiras, o património - a história. Oeiras: Câmara Municipal, 1996

Com uma longa extensão de território junto ao mar, Portugal possui diversos pontos fortificados ao longo da linha de costa que dominam a paisagem. Para além de poderem atuar individualmente, estas estruturas fortificadas atuavam mais eficazmente em conjunto com outras, de forma a (tentar) impedir o sucesso dos inimigos.

Localizada junto à Avenida Marginal, no limite entre o concelho de Oeiras e Cascais, e erguida numa ponta rochosa que avança pelo mar na foz do Tejo - o que permite alcançar um vasto campo de visão, desde Cascais a Lisboa - a Fortaleza de São Julião domina a entrada da barra. A posição estratégica onde foi implantada permitiu-lhe cruzar fogo ao longo da sua atividade militar com três fortes, com o Forte de São Lourenço da Cabeça Seca a Sul, com o Forte do Junqueiro a Oeste e com o Forte de Catalazete a Este. Foi então considerada o principal ponto de defesa da foz do Tejo, a fortaleza mais poderosa do sistema de defesa do litoral de Lisboa.

A sua localização, na margem norte do rio, caracteriza-se por um relevo com valores altimétricos baixos que variam em torno do nível médio das águas do mar. É assim ao longo de toda a linha de costa. Relativamente à geologia, esta construção encontra-se implantada num local constituído principalmente por rochas calcárias e arenitos.

A Fortaleza de São Julião da Barra esteve sempre próxima às principais vias existentes naquela zona. Inicialmente junto à Estrada Real, um importante elo de ligação criado em 1640 que ligava várias estruturas fortificadas ao longo da margem norte do Tejo, esteve posteriormente perto da estrada militar, que fazia a ligação dos vários fortes e de outros dispositivos que defendiam Lisboa, e que veio a ser substituída pela Estrada Marginal.⁴⁸

Foi principalmente a partir da construção desta via, no final do século XIX e que liga a cidade de Lisboa à vila de Cascais, que as zonas fronteiras à Fortaleza se foram desenvolvendo do ponto de vista urbanístico, sendo que até então muitos dos terrenos eram baldios e as construções de carácter militar (fig.12). Este fenómeno, que se verificou pelo crescente fluxo de população que desejava habitar ao longo da costa, transformou completamente a periferia da Fortaleza de São Julião da Barra, como é possível constatar após comparação das figuras 12 e 13 que representam a fortificação e as suas imediações em 1815 e em 2022, respetivamente.

A construção da maior fortificação marítima portuguesa foi iniciada na se-

gunda metade do século XVI. Partindo de um núcleo inicial de reduzidas dimensões, do qual ainda hoje se mantêm bastantes vestígios, foi ao longo do século XVI e XVII ampliada e adaptada aos progressos da artilharia e da arte da guerra. Composta por uma complexa junção de diversos elementos defensivos, nos seus espaços são visíveis linguagens construtivas híbridas. Idealizada para exclusiva defesa marítima, não estava preparada para resistir às forças inimigas a partir do lado da terra, sendo este o ponto fraco da Fortaleza. Destacava-se então o Outeiro da Medrosa, uma zona alta a partir de onde se conseguia fazer frente à construção erguida na ponta de São Gião.

Embora esta fragilidade tenha sido preponderante na conquista desta fortificação em 1580 e em 1640, só no início do século XIX é que veio a ser corrigida através da «Linha Defensiva de Oeiras» que incluiu a construção de um reduto no Outeiro da Medrosa. Denominada de Reduto do Algueirão, esta construção de considerável dimensão encontrava-se localizada a nordeste da Fortaleza de São Julião da Barra (fig. 12), local onde atualmente se erguem edifícios da Nato.

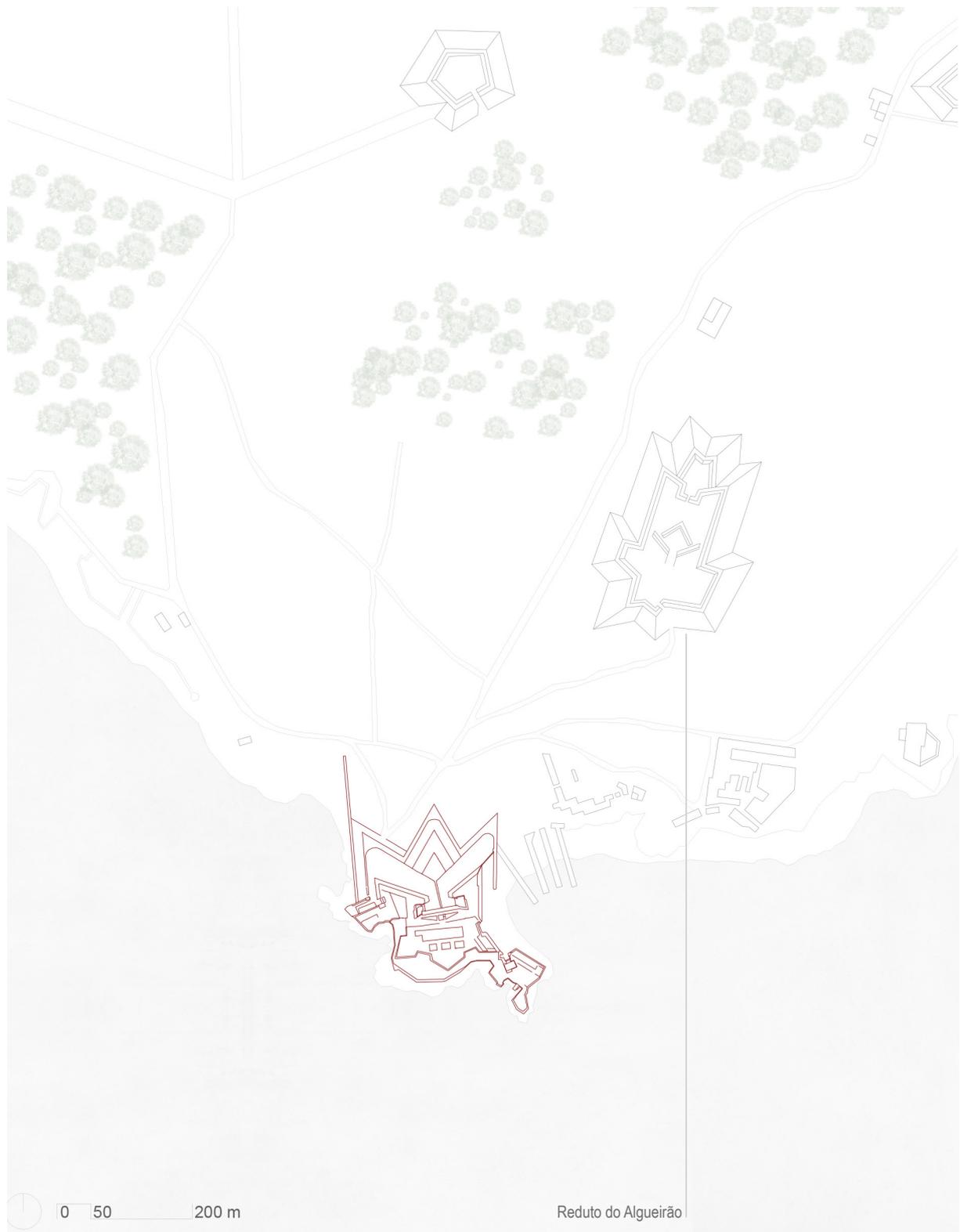


Fig. 12 | Planta de Localização - 1815



Fig. 13 | Planta de Localização - 2022

03 A FORTALEZA DE SÃO JULIÃO DA BARRA

Enquadramento no sistema defensivo da barra do Tejo

⁴⁹ CALLIXTO, Carlos Pereira - Resumo histórico da Torre ou Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: Estado Maior General das Forças Armadas, 1980

Idealizada para controlar de forma autónoma o acesso à barra do Tejo a quem vinha por mar, a Fortaleza de São Julião da Barra nunca conseguiu desempenhar essa função eficientemente. Entre os séculos XV e XX, as margens da embocadura do Tejo, bem como as zonas costeiras próximas a este local, foram munidas de estruturas fortificadas que em conjunto formavam linhas defensivas, construídas para colaborar na proteção do porto e da cidade de Lisboa.

Em meados do século XVI, aquando da construção do Forte de São Gião, foi traçada uma nova estratégia para a defesa da barra do Tejo, que até então passava pela ação defensiva conjunta de três construções: Torre de Cascais, Torre de São Sebastião da Caparica e Torre de São Vicente de Belém. Esta nova estratégia consistia no avanço da linha de fortificação até à entrada da barra do Tejo, onde os canais de navegação se tornam mais estreitos, e previa a construção de uma fortaleza nos baixios arenosos existentes no meio do rio. Nesse sentido, para consolidar a defesa da entrada marítima da cidade de Lisboa, foi construída no areal da Cabeça Seca uma torre – o atual forte de São Lourenço da Cabeça Seca, ou do Bugio. Esta construção, situada em frente à ponta rochosa de São Gião, tinha o propósito de cruzar fogos com o forte aí erigido de forma a tornarem quase impossível forçar a entrada na barra do Tejo (fig. 14). Contudo, o eixo defensivo que estas duas construções constituíram nesse momento inicial mostrou-se insignificante e incapaz de resistir e proteger a barra do Tejo.

Durante o Domínio Filipino em Portugal, entre 1580 e 1640, foi desenvolvido um novo conjunto de ações de fortalecimento defensivo da costa ao longo da Barra do Tejo e, após a Restauração da Independência, quando D. João IV chegou ao poder, foi definido um novo plano com vista a ampliação da defesa costeira, de Lisboa até Peniche, que consistia na construção de pequenos fortes em todos os locais de possível desembarque de tropas inimigas.⁴⁹ Em ambos os períodos a Fortaleza de São Julião da Barra funcionou como um dos pilares dos sistemas defensivos da barra do Tejo.

Esta fortificação funcionou enquanto estrutura militar até ao início do século XX, desempenhando sempre um papel importante na salvaguarda do acesso marítimo à capital do reino.



Fig. 14 | O Forte de São Gião e a Torre de São Lourenço da Cabeça Seca em 1572, por Georg Braun e Frans Hogenberg



Fig. 15 | Perspetiva da barra do Tejo em 1763, por Bernardo de Caula



- 01. Torre de São Vicente de Belém
- 02. Forte de São Sebastião da Caparica
- 03. Forte do Torrão
- 04. Forte de São Lourenço da Cabeça Seca
- 05. Forte de São Gião
- 06. Forte de Santo António da Barra
- 07. Torre de Santo António



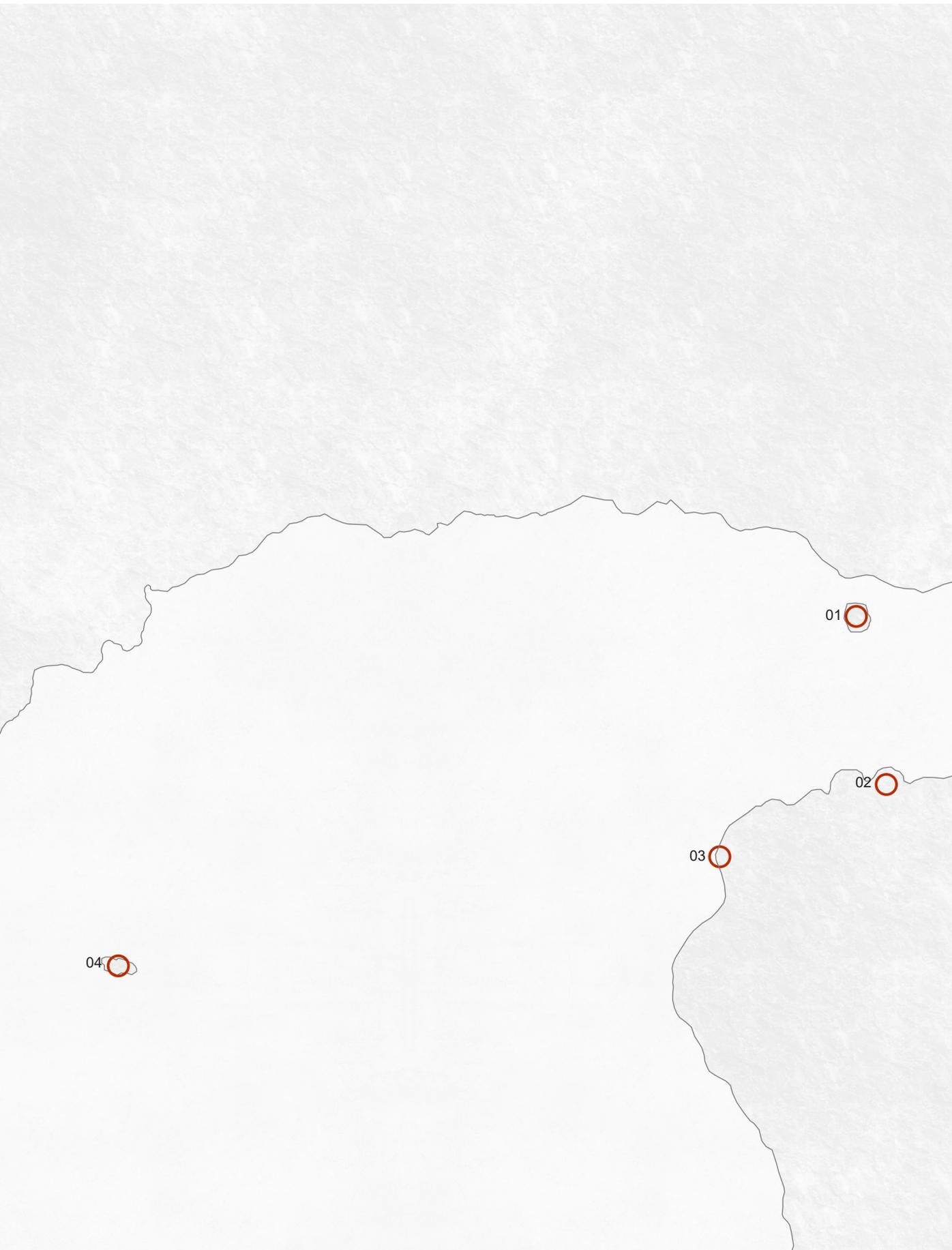
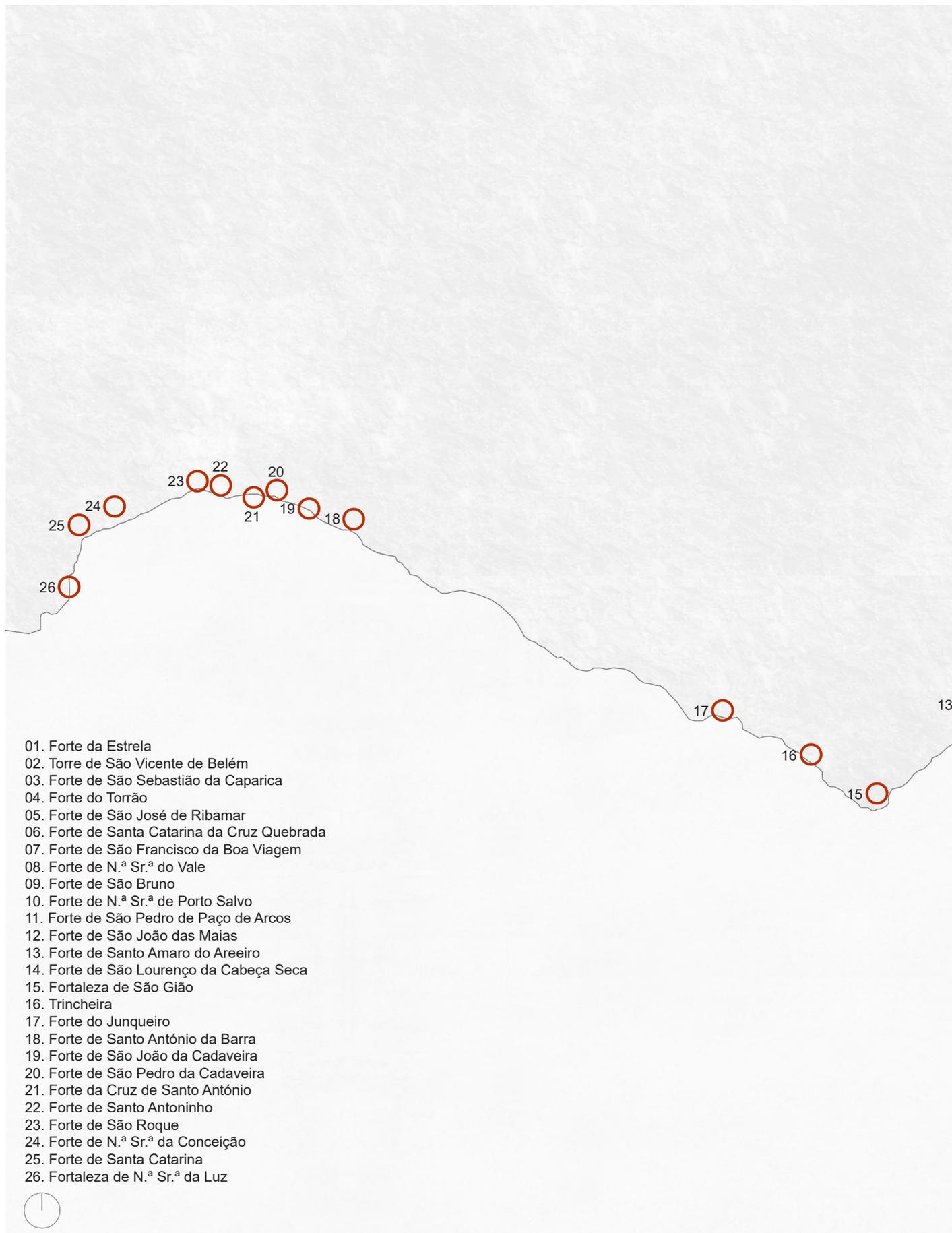


Fig. 16 | Esquema das fortificações existentes na barra do Tejo em 1590



01. Forte da Estrela
02. Torre de São Vicente de Belém
03. Forte de São Sebastião da Caparica
04. Forte do Torrão
05. Forte de São José de Ribamar
06. Forte de Santa Catarina da Cruz Quebrada
07. Forte de São Francisco da Boa Viagem
08. Forte de N.ª Sr.ª do Vale
09. Forte de São Bruno
10. Forte de N.ª Sr.ª de Porto Salvo
11. Forte de São Pedro de Paço de Arcos
12. Forte de São João das Maias
13. Forte de Santo Amaro do Areeiro
14. Forte de São Lourenço da Cabeça Seca
15. Fortaleza de São Gião
16. Trincheira
17. Forte do Junqueiro
18. Forte de Santo António da Barra
19. Forte de São João da Cadaveira
20. Forte de São Pedro da Cadaveira
21. Forte da Cruz de Santo António
22. Forte de Santo Antoninho
23. Forte de São Roque
24. Forte de N.ª Sr.ª da Conceição
25. Forte de Santa Catarina
26. Fortaleza de N.ª Sr.ª da Luz

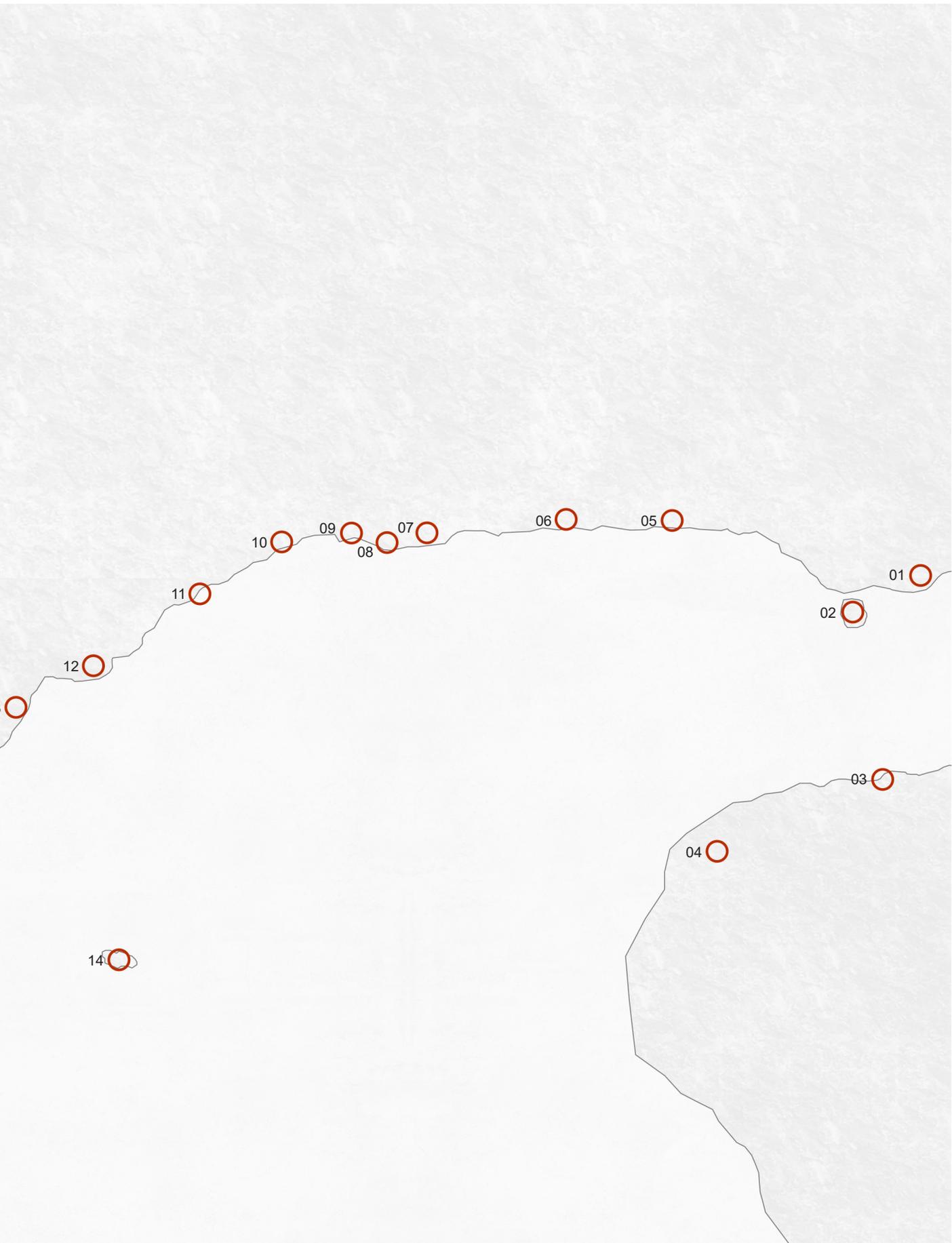
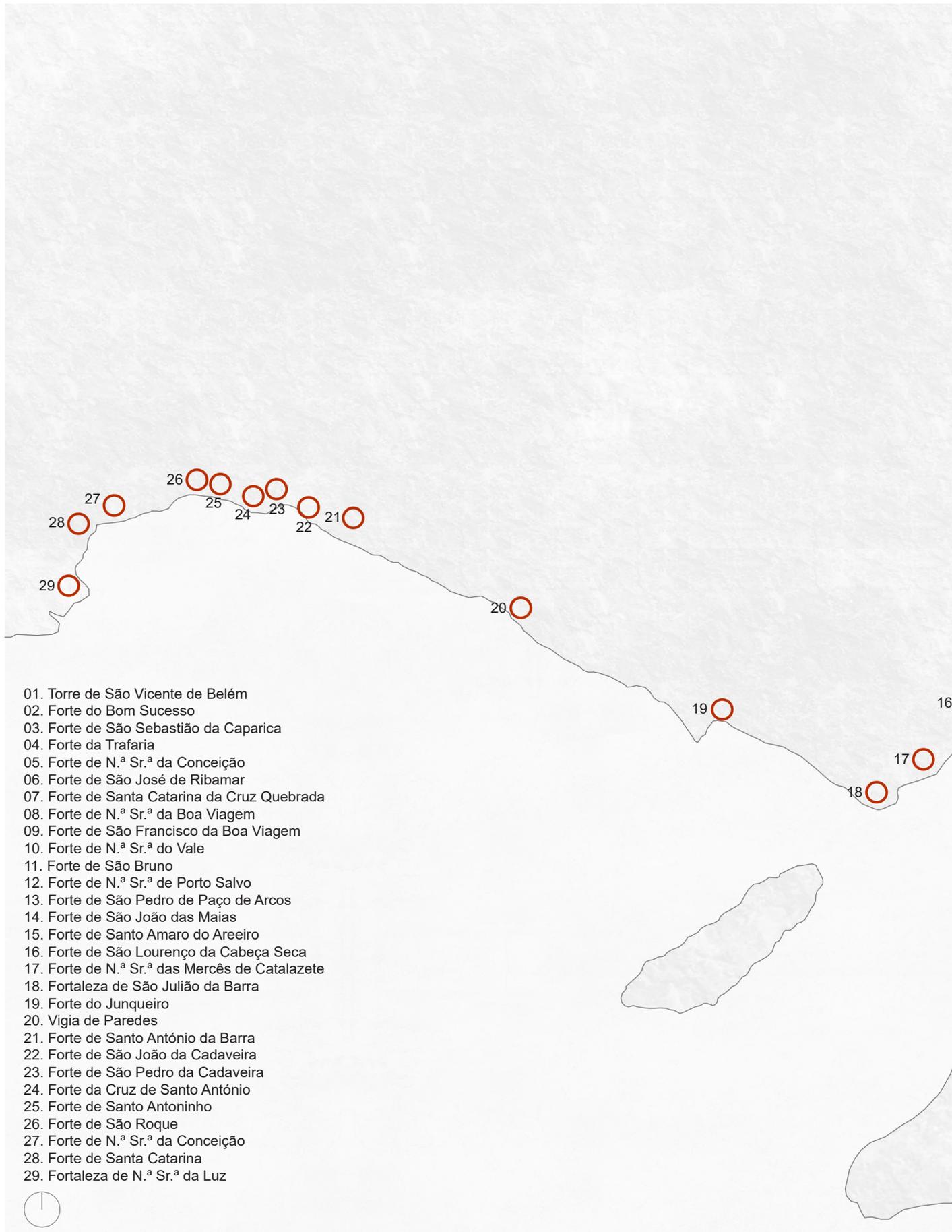


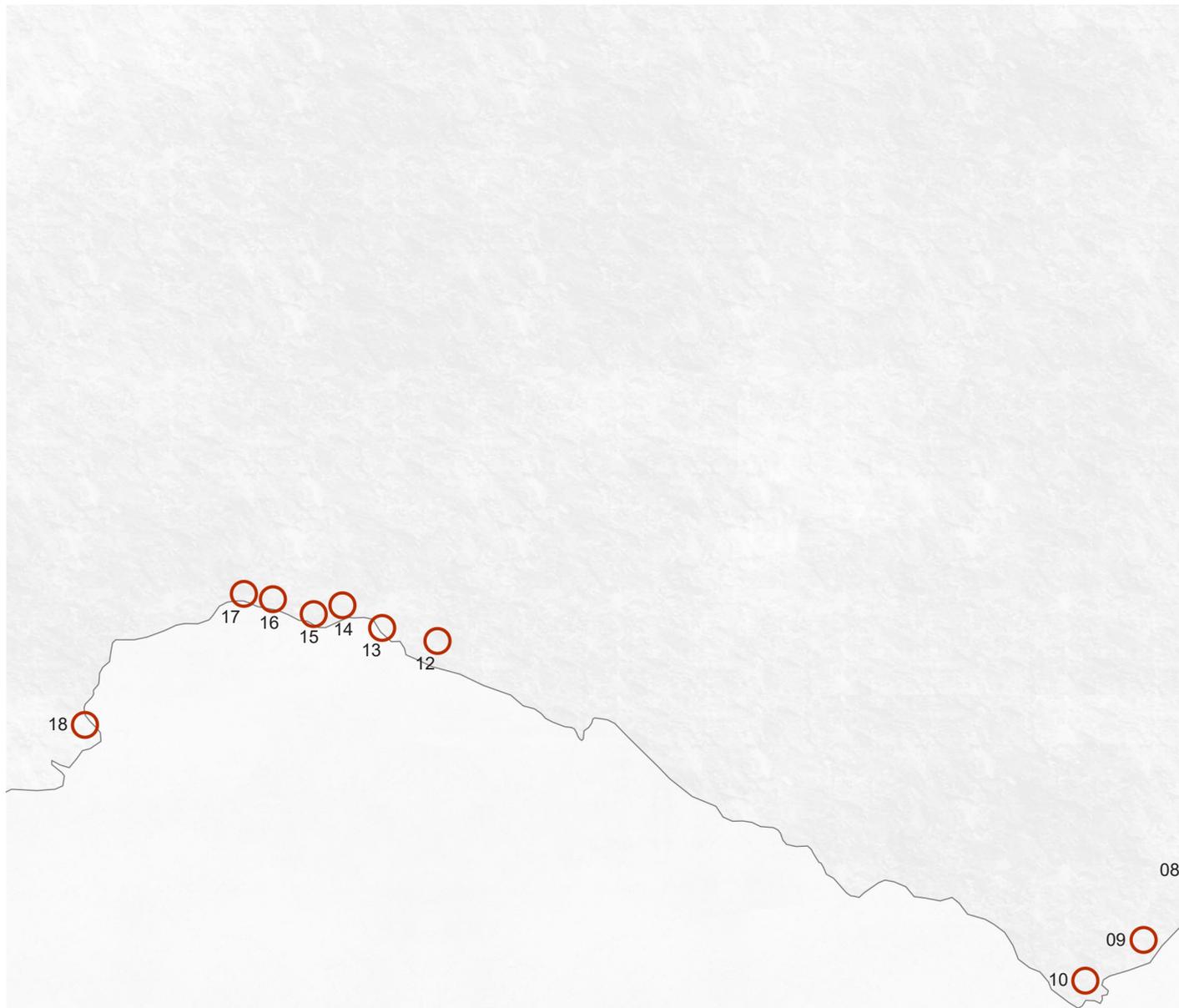
Fig. 17 | Esquema das fortificações existentes na barra do Tejo em 1661



01. Torre de São Vicente de Belém
02. Forte do Bom Sucesso
03. Forte de São Sebastião da Caparica
04. Forte da Trafaria
05. Forte de N.ª Sr.ª da Conceição
06. Forte de São José de Ribamar
07. Forte de Santa Catarina da Cruz Quebrada
08. Forte de N.ª Sr.ª da Boa Viagem
09. Forte de São Francisco da Boa Viagem
10. Forte de N.ª Sr.ª do Vale
11. Forte de São Bruno
12. Forte de N.ª Sr.ª de Porto Salvo
13. Forte de São Pedro de Paço de Arcos
14. Forte de São João das Maias
15. Forte de Santo Amaro do Areeiro
16. Forte de São Lourenço da Cabeça Seca
17. Forte de N.ª Sr.ª das Mercês de Catalazete
18. Fortaleza de São Julião da Barra
19. Forte do Junqueiro
20. Vigia de Paredes
21. Forte de Santo António da Barra
22. Forte de São João da Cadaveira
23. Forte de São Pedro da Cadaveira
24. Forte da Cruz de Santo António
25. Forte de Santo Antoninho
26. Forte de São Roque
27. Forte de N.ª Sr.ª da Conceição
28. Forte de Santa Catarina
29. Fortaleza de N.ª Sr.ª da Luz



Fig. 18 | Esquema das fortificações existentes na barra do Tejo em 1812



01. Torre de São Vicente de Belém
02. Forte do Bom Sucesso
03. Forte de São Sebastião da Caparica
04. Forte da Trafaria
05. Forte de São Bruno
06. Forte de N.^a Sr.^a de Porto Salvo
07. Forte de São João das Maias
08. Forte de Santo Amaro do Areeiro
09. Forte de São Lourenço da Cabeça Seca
10. Forte de N.^a Sr.^a das Mercês de Catalazete
11. Fortaleza de São Julião da Barra
12. Forte de Santo António da Barra
13. Forte de São João da Cadaveira
14. Forte de São Pedro da Cadaveira
15. Forte da Cruz de Santo António
16. Forte de Santo Antoninho
17. Forte de São Roque
18. Fortaleza de N.^a Sr.^a da Luz



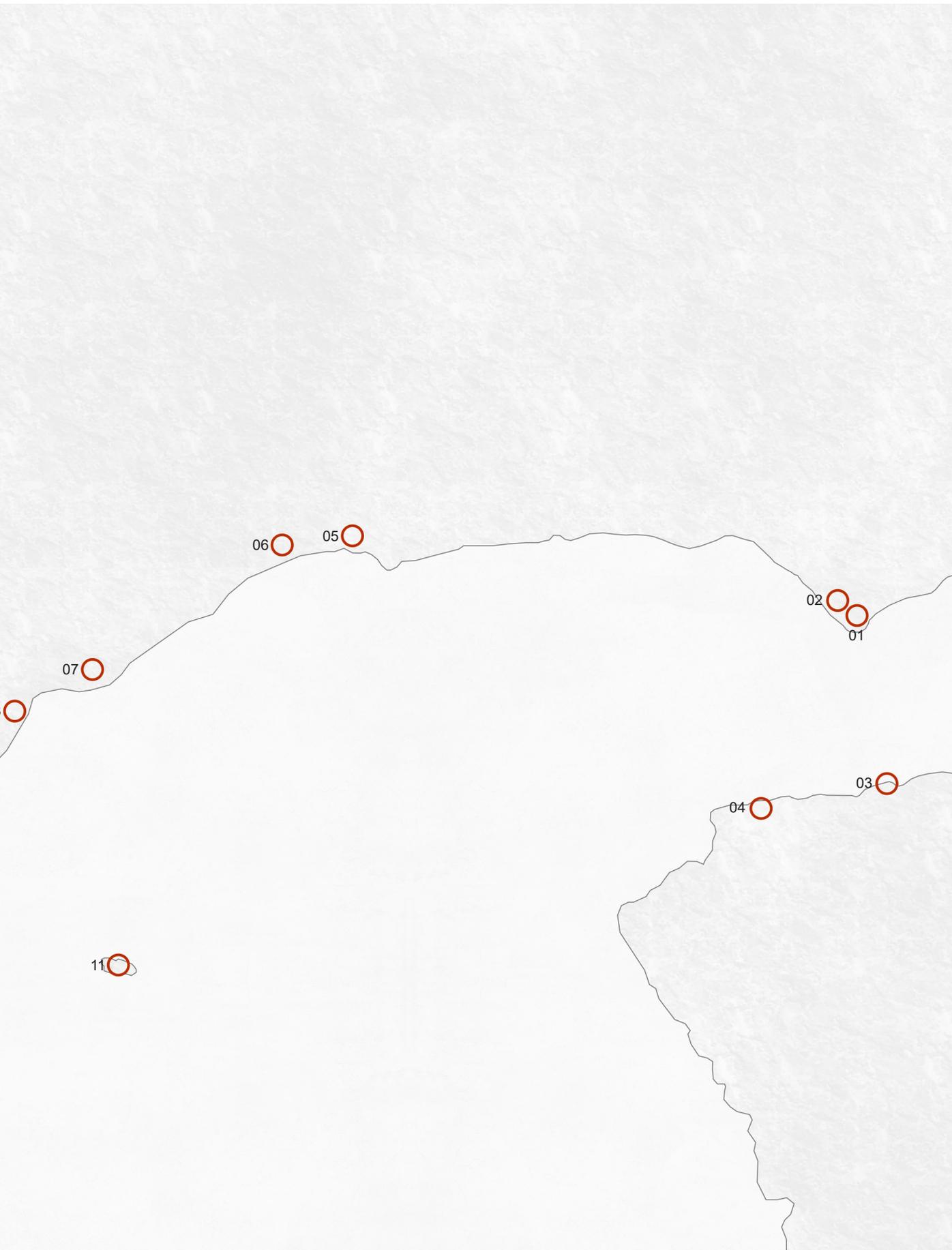


Fig. 19 | Esquema das fortificações existentes na barra do Tejo em 2022

03 A FORTALEZA DE SÃO JULIÃO DA BARRA

História da Fortaleza

⁵⁰ AA. VV. [Câmara Municipal de Oeiras] - 1º Ciclo De Estudos Oeirenses: Oeiras - A Terra e os Homens. Oeiras: Celta, 1998

⁵¹ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de - O Bugio e São Julião da Barra. In Oceanos, Lisboa, nº11, p. 78-89, 1992

⁵² CALLIXTO, Carlos Pereira - São Julião da Barra: os primeiros 100 anos. Oeiras: Câmara Municipal, 1989

⁵³ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de - O Bugio e São Julião da Barra. In Oceanos, Lisboa, nº11, p. 78-89, 1992

⁵⁴ *Ibidem*

⁵⁵ CALLIXTO, Carlos Pereira - São Julião da Barra: os primeiros 100 anos. Oeiras: Câmara Municipal, 1989

⁵⁶ *Ibidem*

⁵⁷ *Ibidem*

A construção de uma estrutura fortificada na ponta rochosa de São Gião foi recomendada a D. João III pelo seu progenitor, D. Manuel.⁵⁰ Entrando pelo mar, este seria estrategicamente um excelente ponto para implantar uma fortaleza que deveria controlar a entrada no rio Tejo, servindo como defesa avançada da cidade e do porto de Lisboa.

A intenção do monarca em construir um forte no local foi demonstrada pela primeira vez em 1546⁵¹. Porém, essa intenção teve de ser adiada para um período mais propício, em que já estavam reunidas as condições para fazer face aos custos da obra.

Foi no reinado de D. João III, entre 1502 e 1557, que se deram início às obras de construção do Forte, ou Torre, de São Gião. O ano atribuído a este acontecimento não é unânime, existindo incertezas se foi no ano de 1553 ou de 1556. Apesar desta incerteza “Nada há a contradizer terem os trabalhos desta fortificação começado, a 9 de janeiro de 1553, dia litúrgico consagrado a São Gião”⁵² sendo esta a data mencionada por muitos dos autores que já abordaram esta questão.

Sem qualquer certeza, considera-se que a utilização do topónimo «Torre» poderá ser resultante da existência de uma torre com características de transição entre a arquitetura medieval e a moderna, em tempos de D. João III, posteriormente sacrificada.⁵³

As obras realizadas durante a vigência de D. João III foram pouco significativas⁵⁴, não se sabendo em concreto a dimensão que a construção atingiu, e com a morte do monarca em 1557 os trabalhos foram suspensos. Os recursos financeiros ao dispor da coroa para assegurar a sua continuação escasseavam quando assumiu a regência a rainha D. Catarina - D. Sebastião, o então sucessor à coroa, tinha apenas três anos de idade. Com um orçamento de 30 000 cruzados para a construção da nova fortificação da barra do Tejo, a Rainha D. Catarina decretou em 1559, para o financiamento desta grande construção, um imposto de 1% sobre todas as mercadorias que saíssem da cidade de Lisboa para fora do reino e que devia continuar até a Torre de São Gião estar concluída.⁵⁵ As obras arrancaram no ano de 1560⁵⁶ e o valor previamente estabelecido, estimado a partir do traçado que se mandou fazer da obra, não tardou a ser ultrapassado. O imposto em 1584 continuava a ser cobrado.⁵⁷

O projeto ficou a cargo do arquiteto Miguel de Arruda, sendo-lhe posterior-

mente atribuído o cargo de «Mestre e Vedor» das obras. Após a sua morte sucedeu-lhe no cargo António Mendes⁵⁸ que, eventualmente, poderá ter introduzido alterações aos planos inicialmente traçados. Sem qualquer documento ou referência esta questão é uma verdadeira incógnita.

Quando as obras retomaram, já com a rainha D. Catarina enquanto regente, priorizaram-se os trabalhos na frente virada ao mar, através do desbaste e ajuste do esporão rochoso. A construção dos dois baluartes virados a terra seria efetuada numa fase posterior, sendo necessário adquirir uma parcela de terreno adjacente à estrutura fortificada. Esta parcela possuía um poço que já era útil à mesma.⁵⁹

As obras prosseguiram nos reinados de D. Sebastião e do Cardeal D. Henrique. Devido ao grande impulso que o Cardeal-Rei concedeu às obras de construção da Torre de São Gião, esta também foi conhecida como Fortaleza do Cardeal.⁶⁰No final da regência deste monarca, em 1568, a fortaleza já se encontrava minimamente operacional, capaz de receber guarnição.⁶¹

Concluídos os três baluartes virados ao mar, alguns dos diversos aquartelamentos e armazéns e provavelmente a ampla cisterna, em 1579 continuavam vagarosamente as obras no forte.⁶² Em 1580 ainda não se encontravam acabados nem os dois baluartes virados a terra nem as principais obras exteriores, a contraescarpa e a estrada coberta. Alguns destes elementos viriam a ser terminados apenas no início do século XVII.⁶³

A notável cisterna, que com as dependências que a envolvem constitui o cerne da fortaleza, foi em parte escavada na rocha.⁶⁴ Disposta longitudinalmente, possui 3 naves de diversos tramos “devido à sua configuração irregular, as naves possuem 8, 10 e 12 tramos, tendo como medidas máximas 65 m de comprimento por 15 m de largura”⁶⁵ cobertas por abóbadas sustentadas em robustas colunas toscanas de quase 3 metros de altura. A água da chuva, recolhida por caleiras, escorria de bicas para degraus altos onde era filtrada. Era depois direcionada para a cisterna que armazenava uma grande quantidade de água para consumo.⁶⁶

Eram duas as portas existentes no forte primitivo, que ainda hoje se mantêm. Bem proporcionadas e elegantes, dispõem de esmerados trabalhos de cantaria, destacando-se um esbelto almofadado a compor as suas ombreiras. Encimam-nas despojados frontões triangulares no centro dos quais é possível encontrar os escudos com as armas do Reino.

⁵⁸ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira - A Barra do Tejo. O Eixo São Julião/Bugio: Navegabilidade, Defesa e Alumramento. 1ª ed. Oeiras: Câmara Municipal-DASC/DCT-Sector de Ação Cultural, 2000

⁵⁹ *Ibidem*

⁶⁰ CABRITA, Augusto; GIL, Júlio - Os Mais Belos Castelos e Fortalezas de Portugal. 5ª ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1998

⁶¹ CARITA, Rui; CARDOSO, António Homem - O Escudo do Reino: a Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, D.L. 2007

⁶² BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira - A Barra do Tejo. O Eixo São Julião/Bugio: Navegabilidade, Defesa e Alumramento. 1ª ed. Oeiras: Câmara Municipal-DASC/DCT-Sector de Ação Cultural, 2000

⁶³ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de - O Bugio e São Julião da Barra. In Oceanos, Lisboa, nº11, p. 78-89, 1992

⁶⁴ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira - A Barra do Tejo. O Eixo São Julião/Bugio: Navegabilidade, Defesa e Alumramento. 1ª ed. Oeiras: Câmara Municipal-DASC/DCT-Sector de Ação Cultural, 2000

⁶⁵ *Ibidem*

⁶⁶ BORGES, Augusto Moutinho; CARDOSO, António Homem - Azulejaria da Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: By the Book, 2021

⁶⁷ CALLIXTO, Carlos Pereira - São Julião da Barra: os primeiros 100 anos. Oeiras: Câmara Municipal, 1989

⁶⁸ CARITA, Rui; CARDOSO, António Homem - O Escudo do Reino: a Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, D.L. 2007

⁶⁹ AA. VV. [Câmara Municipal de Oeiras] - 1º Ciclo De Estudos Oeirenses: Oeiras - A Terra e os Homens. Oeiras: Celta, 1998

⁷⁰ CALLIXTO, Carlos Pereira - Resumo histórico da Torre ou Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: Estado Maior General das Forças Armadas, 1980

⁷¹ *Ibidem*

⁷² *Ibidem*

⁷³ *Ibidem*

⁷⁴ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira - A Barra do Tejo. O Eixo São Julião/Bugio: Navegabilidade, Defesa e Alumiamto. 1ª ed. Oeiras: Câmara Municipal-DASC/DCT-Sector de Ação Cultural, 2000

A chamada Porta dos Cardeais, em tributo ao Cardeal D. Henrique, era a principal da fortaleza e é datada de 1575.⁶⁷ Nesta, o formoso almofadado contrasta com o muro desenhado por Fratino cerca de 5 anos depois.

Equipada com trinta peças de artilharia e com Tristão Vaz da Veiga como seu capitão, o Forte de São Gião opunha-se assim a uma possível invasão em 1580.⁶⁸

Foi neste ano que pela primeira vez a fortaleza foi posta militarmente à prova, durante o cerco das tropas castelhanas que tinham invadido o território português. Embora as obras do núcleo primitivo da Fortaleza de São Gião estivessem inacabadas, a fortificação já se encontrava operacional. No entanto, revelar-se-ia menos forte do que se esperava, tendo resistido ao cerco do lado de terra por apenas cinco dias, entre 8 e 12 de agosto.⁶⁹

Com estatuto de uma das mais importantes construções fortificadas portuguesas, sendo considerada a «Chave do Reino», era vista como um dos pontos chave para a conquista de Portugal.

Foi em meados de junho que as tropas invasoras entraram em solo nacional, tendo como destino Lisboa. Depois de conquistada a Torre de Cascais, sem grande resistência, as tropas dirigiram-se para a Fortaleza de São Gião, com o objetivo de controlar a entrada no Tejo, permitindo o livre acesso à esquadra espanhola.

A Torre de São Gião foi então cercada dia 8 de agosto.⁷⁰ Desprovida de uma boa defesa pelo lado de terra, contava apenas com um pequeno fosso e muralhas nessa zona.⁷¹ As tropas inimigas ocuparam um monte fronteiro, montando uma bateria provisória de 24 peças de artilharia.⁷² Este, que constituía o calcanhar de Aquiles da fortaleza, era considerado o monte padrasto - designação em linguagem militar da altura para as elevações que colocavam em perigo os pontos fortificados e que, caso ficassem em posse do inimigo, facilitava-lhes a sua conquista.⁷³

Razoavelmente artilhada, com uma guarnição de cerca de quinhentos homens e trinta peças de artilharia nos baluartes que a constituíam, o Forte de São Julião da Barra ofereceu resistência durante cinco dias, travando momentaneamente a marcha dos invasores em direção a Lisboa.⁷⁴



Fig. 20 | A cisterna da Fortaleza de São Julião da Barra



Fig. 21 | Uma das duas portas de acesso ao recinto primitivo do Forte de São João do Forte de São João

⁷⁵ CARITA, Rui; CARDOSO, António Homem - O Escudo do Reino: a Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, D.L. 2007

⁷⁶ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de - O Bugio e São Julião da Barra. In Oceanos, Lisboa, nº11, p. 78-89, 1992

⁷⁷ *Ibidem*

⁷⁸ CARITA, Rui; CARDOSO, António Homem - O Escudo do Reino: a Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, D.L. 2007

⁷⁹ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de - O Bugio e São Julião da Barra. In Oceanos, Lisboa, nº11, p. 78-89, 1992

A guarnição portuguesa abandonou a fortificação com as suas armas na tarde do dia 12. Eram, naquele momento, cerca de quatrocentos e cinquenta soldados e algumas mulheres e frades.⁷⁵ No dia seguinte, a esquadra castelhana entrou no Tejo.

Perante uma construção incapaz de exercer eficazmente o seu importante papel e devido à posição estratégica onde se encontrava, a sua ampliação desde cedo se tornou uma prioridade. Estas obras, incrementadas no ano de 1582⁷⁶, viriam a transformá-la na maior fortificação marítima portuguesa, estando integradas num plano para reforçar a defesa do litoral português.

Embora o encarregado deste importante projeto de reforço e ampliação tenha sido o engenheiro italiano Giacomo Paleari, também chamado de Capitão Fratino, vários foram os arquitetos e engenheiros militares que intervieram na direção deste vasto conjunto de obras após a sua morte, nomeadamente Leonardo Turriano, Filippo Terzi ou Vincenzo Casale, sem nunca terem sido introduzidas alterações ao plano inicialmente traçado.⁷⁷

O projeto idealizado consistia na construção de um conjunto de extensas baterias a envolver a fortaleza primitiva, apoiadas em vários rochedos existentes, e em dois imponentes baluartes. Ao lado de terra foi-lhe novamente dada pouca importância, não sofrendo alterações significativas.

As obras foram iniciadas em 1582 com a correção do fosso e ampliação das defesas do flanco poente, onde se viria a abrir a entrada, e prolongaram-se por vários anos.⁷⁸ Rapidamente a fortaleza adquiriu uma nova configuração e envergadura, atuando como elemento dissuasor a todos os que se aproximavam da capital.

Embora as intervenções decorressem em diferentes pontos da fortificação, teve-se como prioridade o desenvolvimento da frente marítima, temendo-se mais as investidas de armadas inglesas, do que os ataques provenientes de terra. As obras desenvolveram-se com grande rapidez.

No final da década de oitenta muito já se havia construído, nomeadamente os dois baluartes assentes em parte do esporão rochoso que avançava mar adentro.⁷⁹ Estes, ao acompanharem o recorte da rocha, bloqueando nalguns casos a natural passagem da água, viriam a trazer alguns problemas relacionados com a acumulação de grandes quantidades de areias.

Chegando a ser possível a circulação em torno da fortaleza a pé, o recorte pronunciado da muralha veio a ser corrigido, sem certeza do ano em concreto, entre 1617 e 1640.⁸⁰

O traçado deixava assim de ter uma parte avançada na zona mais reentrante formada pelos dois baluartes, tendo-se também rebaixado alguns rochedos dessa área, de forma a evitar a acumulação de areias. Porém, há quem afirme que o traçado atual da muralha continua a ser aquele que o Capitão Fratino desenhou.⁸¹ A entrada no recinto fortificado continuou a ser feita pela tenalha virada a poente, tendo a comunicação com o exterior que passar sempre pelo fosso.

Ainda no ano de 1582 foi levantada a esplanada baixa e aberto o fosso da zona norte, do lado de terra, onde foi necessário cortar rochas.⁸² Em 1590 foi concluída a construção de alguns armazéns e da casa da pólvora. Na primeira década do século XVII a Fortaleza de São Julião da Barra já estava, de forma generalizada, concluída.⁸³

Durante a década de oitenta foram realizadas obras na face poente da fortaleza.⁸⁴ Aumentou-se o baluarte primitivo voltado a terra e, articulado com esse, construiu-se um novo, passando a fortaleza a ocupar todo o terreno entre as duas praias. Seria neste, erguido sobre rocha e a acompanhar o recorte da mesma, onde se rasgaria a nova porta da fortaleza. A partir das suas baterias era possível defender a sul os cachopos, a oeste a barra pequena e a praia, e a norte a extensa planície. Os novos baluartes, posteriormente designados por Perdigão de Cima e Perdigão de Baixo, tornaram necessária a abertura de um conjunto de portas de acesso à Bateria dos Apóstolos.

As intervenções do lado norte da fortaleza foram dirigidas, sobretudo, por Leonardo Turriano, nomeado em 1598 Arquiteto-Geral do Reino de Portugal.⁸⁵ Foi com este engenheiro italiano que se concluiu a construção dos baluartes de terra, bem como grande parte das obras exteriores: o fosso, a tenalha, a estrada coberta, entre outros.

O poder defensivo e ofensivo da fortaleza, na frente virada a terra, era obtido principalmente através dos dois baluartes primitivos de maiores dimensões, bem como por um conjunto de obras exteriores. As obras de desenvolvimento desta frente surgiram num período mais tardio, tendo-se estendido até ao início do século XVII.⁸⁶

⁸⁰ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de - O Bugio e São Julião da Barra. In *Oceanos*, Lisboa, nº11, p. 78-89, 1992

⁸¹ CALLIXTO, Carlos Pereira - São Julião da Barra: os primeiros 100 anos. Oeiras: Câmara Municipal, 1989

⁸² BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de - O Bugio e São Julião da Barra. In *Oceanos*, Lisboa, nº11, p. 78-89, 1992

⁸³ *Ibidem*

⁸⁴ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira - A Barra do Tejo. O Eixo São Julião/Bugio: Navegabilidade, Defesa e Alumramento. 1ª ed. Oeiras: Câmara Municipal-DASC/DCT-Sector de Ação Cultural, 2000

⁸⁵ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de - O Bugio e São Julião da Barra. In *Oceanos*, Lisboa, nº11, p. 78-89, 1992

⁸⁶ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira - A Barra do Tejo. O Eixo São Julião/Bugio: Navegabilidade, Defesa e Alumramento. 1ª ed. Oeiras: Câmara Municipal-DASC/DCT-Sector de Ação Cultural, 2000

⁸⁷ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira - A Barra do Tejo. O Eixo São Julião/Bugio: Navegabilidade, Defesa e Alumramento. 1ª ed. Oeiras: Câmara Municipal-DASC/DCT-Sector de Ação Cultural, 2000

⁸⁸ *Ibidem*

⁸⁹ *Ibidem*

⁹⁰ CALLIXTO, Carlos Pereira - São Julião da Barra: os primeiros 100 anos. Oeiras: Câmara Municipal, 1989

⁹¹ ESAGUY, Augusto Isaac de - S. Julião da Barra. Cascais: Junta de Turismo de Cascais, 1956

⁹² CALLIXTO, Carlos Pereira - São Julião da Barra: os primeiros 100 anos. Oeiras: Câmara Municipal, 1989

⁹³ *Ibidem*

Os baluartes, continuando com a mesma forma, foram aumentados em altura.⁸⁷ Devido à necessidade que existia em reduzir-se a diferença de altitudes relativamente às elevações nas imediações, que eventualmente poderiam servir como monte padrasto aquando de um ataque, acrescentou-se de forma significativa a massa e o alçado destes elementos.

Para facilitar tanto a comunicação como a ação conjunta destes baluartes abriu-se um corredor subterrâneo a uni-los. A partir desta passagem poderia ainda aceder-se a duas canhoeriras, abertas na reentrância dos orelhões dos baluartes, que protegiam a cortina que ligava estes dois elementos. Este conceito é repetido noutros pontos vulneráveis da fortaleza, tanto no seu recinto interior como na estrutura exterior, utilizando por vezes apenas uma canhoerira e por outras canhoeriras duplas.⁸⁸

Relativamente ao espaço interior da fortaleza, nesta fase embora se tenham reaproveitado algumas estruturas existentes, construíram-se diversos edifícios de diferentes funções, tais como “as casas do Governador, do despacho e da justiça, quartéis, armazéns, prisões, paióis, fornos, cisternas, uma nova igreja, uma torre para aviso dos mareantes, etc.”⁸⁹ Contudo, poucos foram os vestígios que restaram deste conjunto de edificações.

A Fortaleza de São Julião da Barra serviu simultaneamente de elemento de defesa da barra do Tejo e de cárcere militar e político ocasionalmente, desde o governo dos Filipes até ao início do Estado Novo.⁹⁰ Na época dos Filipes, entre os anos de 1581 e 1582, esta fortaleza foi palco de grandes atrocidades, com prisioneiros a serem lançados ao mar.⁹¹

Decorria o ano de 1640 quando, após a revolução que restituiu a independência a Portugal, a fortaleza voltou a ser cercada por terra, desta vez pelos portugueses. A ocupação de São Gião era fundamental para fechar a Barra do Tejo a reforços espanhóis que pudessem chegar à capital.

Cercada dia 3 de dezembro⁹², de forma a apressar a sua rendição, começou a ser bombardeada a partir do monte padrasto, a mesma elevação ocupada em 1580. Porém, a distância a que foi montada a bateria, juntamente com a fraca potência da artilharia aí colocada, demonstrou não ser suficiente para conquistar a poderosa Fortaleza. Esta encontrava-se bem abastecida em material de guerra, com cerca de 6 000 armas e um armazém de pólvora.⁹³



Fig. 22 | Baluartes de São Pedro e de São Filipe, que avançam sobre o mar



Fig. 23 | Uma das zonas da fortaleza erguida sobre o afloramento rochoso

⁹⁴ CALLIXTO, Carlos Pereira - São Julião da Barra: os primeiros 100 anos. Oeiras: Câmara Municipal, 1989

⁹⁵ CALLIXTO, Carlos Pereira - Resumo histórico da Torre ou Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: Estado Maior General das Forças Armadas, 1980

⁹⁶ *Ibidem*

⁹⁷ CALLIXTO, Carlos Pereira - São Julião da Barra: os primeiros 100 anos. Oeiras: Câmara Municipal, 1989

⁹⁸ *Ibidem*

Embora cercada pelo lado de terra, o que impedia qualquer comunicação terrestre da guarnição presente na Fortaleza de São Gião com o exterior, o mesmo não acontecia pelo lado do mar. A escassez de embarcações em posse dos portugueses permitiu o envio de uma caravela até Cádiz a pedir socorro ao General da Armada do rei de Castela. O auxílio só viria a chegar dia 25 de dezembro, em vão, uma vez que a fortaleza já se encontrava em poder dos portugueses.⁹⁴

Devido ao seu valor estratégico e importância militar, o comando da Fortaleza de São Julião da Barra esteve sempre entregue, durante a dinastia filipina, a governadores castelhanos. Em dezembro de 1640, na ausência do Governador Joseph de Sarat, encontrava-se no comando o Tenente-Governador D. Fernando Cuevas de La Cueva⁹⁵, que, sem experiência, hesitava entre resistir ao cerco, aguardando o auxílio pedido aos navios da Esquadra, e a rendição, solução adotada por outros oficiais com maior experiência militar que a sua.

Entre os vários prisioneiros de Estado, encontrava-se D. Fernando de Mascarenhas, o 1º Conde da Torre.⁹⁶ Este militar português de alta categoria, apercebendo-se da oportunidade para conseguir a liberdade, interveio, levando o Tenente da fortaleza a negociar a rendição. Várias fontes exaltam a atitude de D. Fernando afirmando que, caso ele não se encontrasse prisioneiro, São Julião teria sido bastante difícil de conquistar.

D. Fernando Cuevas de La Cueva acabou por concordar em entregar a fortificação sem disparar nem um tiro. O facto de todos os artilheiros serem portugueses pode ter ajudado na decisão do Tenente uma vez que embora tivesse uma guarnição numerosa, esta não oferecia confiança e não tencionava resistir. Sem informações concretas que o possam comprovar, a maioria dos autores indica o dia 12 de dezembro como a provável data da rendição de São Gião da Barra às tropas portuguesas.⁹⁷ Nesse dia rendeu-se ainda a Fortaleza de Cascais.

Após este feito, tomou posse da Torre, ainda que por poucos dias, D. Francisco de Sousa, que tinha participado no cerco enquanto Mestre de Campo.⁹⁸ Após uma longa ocupação de sessenta anos pelas tropas castelhanas, a Fortaleza de São Julião da Barra voltava a ser governada por um português.

Para o lugar de Governador da Torre de São Julião foi nomeado, dia 28 de

dezembro de 1640, D. José de Meneses.⁹⁹

Suspeito de querer entregar a Fortaleza aos castelhanos, devido a uma denuncia que viria a ser desmentida, foi destituído e preso em 1643, sendo libertado em 1644. Para o seu lugar foi eleito, em março de 1644, o Capitão Baltazar Barbosa de Palhares.¹⁰⁰

Os episódios militares ocorridos em 1640 demonstraram, novamente, a vulnerabilidade da Fortaleza de São Julião pelo lado de terra, uma vez que o monte padraço não contava com nenhuma ocupação militar nem com qualquer obra defensiva. Nesse sentido, D. João IV promoveu um conjunto de intervenções que deveriam resolver definitivamente essa questão e que se inseriam num plano de reforço militar do litoral contíguo a Lisboa. Embora muitos tenham sido os planos traçados, a maioria não se concretizou.¹⁰¹

Nos anos que seguiram a Restauração da Independência, a Fortaleza de São Julião da Barra não foi objeto de trabalhos de manutenção ou de reparação significativos. A exposição aos efeitos do mar tinha causado estragos às muralhas, degradando especialmente a Praça Baixa. No ano de 1645, D. João IV determinou que se fizessem os reparos possíveis em São Julião sem parar a obra do Forte de São Lourenço da Cabeça Seca.¹⁰² Provavelmente, estes reparos só foram realizados bastante tempo depois.

O ambicioso projeto de ampliação e reforço da capacidade ofensiva e defensiva da fortaleza foi projetado por Nicolau de Langres. Pretendia-se, através de sucessivas e complexas obras-córneas, ocupar o monte padraço, denominado Outeiro da Medrosa ou do Algueirão, bem como alastrar o corpo da fortificação às enseadas das praias confinantes. Do projeto delineado pelo engenheiro militar e arquiteto francês apenas viria a ser concluído o Revelim - também referido como Meia-Lua - para onde foi transferida algum tempo depois a entrada principal da fortaleza e o respetivo fosso. Os trabalhos começaram em 1650 e prosseguiram com bastante lentidão.¹⁰³ No ano de 1655, quando foram lançadas novas obras no seu recinto, nomeadamente quartéis, armazéns e alojamentos, os trabalhos ainda se encontravam significativamente atrasados.¹⁰⁴ Pouco depois foi erguida uma ponte de madeira assente em pilares de alvenaria que viabilizava a comunicação entre o Revelim e a Fortaleza, rasgando-se nesta, para esse propósito, uma porta seguida de um corredor abobadado que termina junto à Torre do Farol.

⁹⁹ CALLIXTO, Carlos Pereira - São Julião da Barra: os primeiros 100 anos. Oeiras: Câmara Municipal, 1989

¹⁰⁰ *Ibidem*

¹⁰¹ AA. VV. [Câmara Municipal de Oeiras] - 1º Ciclo De Estudos Oeirenses: Oeiras - A Terra e os Homens. Oeiras: Celta, 1998

¹⁰² CALLIXTO, Carlos Pereira - São Julião da Barra: os primeiros 100 anos. Oeiras: Câmara Municipal, 1989

¹⁰³ *Ibidem*

¹⁰⁴ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de - O Bugio e São Julião da Barra. In *Oceanos*, Lisboa, nº11, p. 78-89, 1992

¹⁰⁵ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira - A Barra do Tejo. O Eixo São Julião/Bugio: Navegabilidade, Defesa e Alumramento. 1ª ed. Oeiras: Câmara Municipal-DASC/DCT-Sector de Ação Cultural, 2000

¹⁰⁶ *Ibidem*

¹⁰⁷ CABRITA, Augusto; GIL, Júlio - Os Mais Belos Castelos e Fortalezas de Portugal. 5ª ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1998

¹⁰⁸ CARITA, Rui; CARDOSO, António Homem - O Escudo do Reino: a Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, D.L. 2007

¹⁰⁹ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira - A Barra do Tejo. O Eixo São Julião/Bugio: Navegabilidade, Defesa e Alumramento. 1ª ed. Oeiras: Câmara Municipal-DASC/DCT-Sector de Ação Cultural, 2000

¹¹⁰ BORGES, Augusto Moutinho; CARDOSO, António Homem - Azulejaria da Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: By the Book, 2021

Não é possível determinar quando se ergueu a torre faroleira de São Julião da Barra, porém acredita-se que tenha sido em meados do século XVII, sendo que em 1673 já aparecida representada num desenho.¹⁰⁵

Levantada no meio da fortaleza, no ponto intermédio entre os dois baluartes virados a terra, a torre faroleira de São Julião da Barra possuía inicialmente dois pisos, ambos abobadados, e uma escada interior em caracol de pedra. Enquanto o primeiro andar era destinado ao serviço da fortaleza, servindo como prisão, o segundo estava destinado ao farol e servia como arrumos de diversos apetrechos.¹⁰⁶

Esta torre acabou por ficar bastante danificada com o terramoto de 1755 e permaneceu inoperacional por alguns anos, em estado de ruína. A sua reedificação veio a acontecer entre 1760 e 1761, sendo-lhe acrescentado um novo piso - a lanterna do farol passou a assentar por cima deste. Para além disso, no topo da torre foram também acrescentados cunhais, cimailhas e cachorros feitos de pedras de cantaria. A torre estava, nessa altura, ladeada por alojamentos da guarnição.¹⁰⁷

Após esta intervenção, a torre do farol de São Julião da Barra em pouco foi alterada até aos dias de hoje. Destacam-se, nas pequenas alterações efetuadas, o rasgar de aberturas rematadas em arco em todas as faces do último piso, onde foram dispostos sinos, e mais recentemente a colocação de guaritas no topo da construção, que conferem um aspeto militar à torre que esta nunca possuiu.

Embora o projeto traçado por Langres para a Fortaleza de São Julião da Barra nunca tenha sido completado, este foi alvo de várias cópias por outros engenheiros e militares ao serviço de Portugal. Este documento foi posteriormente difundido e editado em diversas cidades europeias, ficando demonstrada assim a importância desta fortaleza na arquitetura militar europeia dos meados do século XVII.¹⁰⁸

A Fortaleza de São Julião da Barra adquiriu, no período da Restauração, uma configuração relativamente próxima à que se apresenta nos dias de hoje.¹⁰⁹ Porém, posteriormente foi objeto de diversas intervenções e os seus espaços conheceram novas funções. Para além das constantes obras de recuperação e restauro de alguns panos das muralhas, principalmente nos virados ao mar, estes trabalhos também se efetuaram nos aquartelamentos, casamatas e cisterna durante todo o século XVIII.¹¹⁰



Fig. 24 | Frente da fortaleza voltada a Oeste, à Praia de Carcavelos. Baluartes do Perdigão de Cima e Baluarte do Perdigão de Baixo



Fig. 25 | O antigo fosso da fortaleza

¹¹¹ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira - A Barra do Tejo. O Eixo São Julião/Bugio: Navegabilidade, Defesa e Alumramento. 1ª ed. Oeiras: Câmara Municipal-DASC/DCT-Sector de Ação Cultural, 2000 p.58

¹¹² *Ibidem*

¹¹³ *Ibidem*

¹¹⁴ CALLIXTO, Carlos Pereira - São Julião da Barra: os primeiros 100 anos. Oeiras: Câmara Municipal, 1989

¹¹⁵ BORGES, Augusto Moutinho; CARDOSO, António Homem - Azulejaria da Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: By the Book, 2021

¹¹⁶ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira - A Barra do Tejo. O Eixo São Julião/Bugio: Navegabilidade, Defesa e Alumramento. 1ª ed. Oeiras: Câmara Municipal-DASC/DCT-Sector de Ação Cultural, 2000

¹¹⁷ *Ibidem*

Na segunda metade deste século foram construídas duas baterias casamatadas abobadadas “no terraplano junto à muralha onde se rasgava a porta principal e no recanto do ramal que fechava o fosso”.¹¹¹

Também a fortaleza sofreu graves danos com o terramoto de 1755, só sendo sujeita a obras de recuperação no início da década de sessenta. Na reconstrução da bateria baixa de São Filipe, desenhada por Fratino e que em parte ruiu, “foi eliminado o recorte agudo de alguns dos muros e ampliou-se, ligeiramente, a sua plataforma”.¹¹² Porém, a violenta ação do mar impôs diversas intervenções nesta estrutura. Na década de 1830 “modificou-se, em muito, o perfil da bateria, ao proceder-se ao desmantelamento das cerca de vinte canhoneiras que esta possuía.”¹¹³

Ainda durante o século XVIII foi aumentado o número de edifícios nas esplanadas da Fortaleza, condicionando a sua funcionalidade enquanto plataformas de peças de artilharia. São Julião da Barra era, nesse momento, a principal Praça de Guerra da Linha Fortificada de Defesa da Barra do Tejo.¹¹⁴

Após a Restauração, a Fortaleza continuou a funcionar como prisão de Estado, acolhendo presos tanto militares como políticos. Um dos seus detidos mais popular foi o general Gomes Freire de Andrade, acusado de estar envolvido numa conspiração contra a monarquia absolutista, que acabou executado em 1817. A cela onde esteve presa esta personalidade tinha sido transformada nesse mesmo ano, anteriormente esta sala na base da torre teria tido funções de caixa-forte.¹¹⁵

No século XIX tiveram lugar as obras de maior impacto na Fortaleza no período compreendido entre meados do século XVII e a atualidade. Estas envolveram a construção de baterias casamatadas em redor dos baluartes quinhentistas de Santo António e de Nossa Senhora da Conceição, que foram removidas em meados do século XX quando São Julião perdeu definitivamente o seu valor militar.¹¹⁶ O deslocamento da entrada principal da fortaleza para o revelim, que provavelmente também ocorreu durante este século, impôs a abertura de um túnel de passagem neste, bem como a construção de um corredor num dos baluartes.

A necessidade de adaptar a Fortaleza de São Julião da Barra à evolução da arte da guerra resultou em diversos projetos entre meados do século XIX e o início do século XX, que não se vieram a realizar.¹¹⁷

Nestes, apresentavam-se propostas de modernização que propunham transformar radicalmente a configuração da Fortaleza.

Em 1807 foi tomada pelas tropas francesas passando no ano seguinte, após a Convenção de Sintra, para poder dos Ingleses.¹¹⁸

Foi apenas no ano de 1809, embora por uma estrutura de carácter provisório, a «Linha Defensiva de Oeiras», que a Fortaleza de São Julião da Barra ficou defendida pelo lado de terra. Levantada aquando das invasões francesas de forma a permitir o embarque das tropas inglesas caso o exército francês chegasse a Lisboa, estendia-se desde o Forte de São João das Maias até ao Forte de São Domingos de Rana, incluindo o Outeiro da Medrosa - tendo aí sido erguido um reduto - local onde atualmente está situado um edifício da NATO. Devido às primeiras duas Linhas de Torres, que detiveram o inimigo, esta construção nunca chegou a desempenhar a sua função.¹¹⁹

Durante a regência de D. Fernando, após o falecimento da sua esposa D. Maria II, foram dados novos nomes aos principais baluartes de São Julião da Barra. Por exemplo, os Baluartes dos Cavaleiros foram rebatizados como Baluartes do Príncipe e dos Marechais.¹²⁰

As últimas ações bélicas em que a Fortaleza de São Julião da Barra esteve envolvida aconteceram em 1831 e 1833 enquadradas nas guerras civis, quando navios franceses provocaram bombardeios à entrada da barra do Tejo.¹²¹

Em 1865 a antiga ponte que ligava a fortaleza ao Revelim foi refeita com os materiais em voga, que eram utilizados para a construção das linhas-férreas. Para possibilitar a circulação de materiais pesados e das suas munições entre o interior e o exterior da fortificação foi necessário criar uma passagem no Revelim, sendo fundamental construir carris na ponte sobre o fosso, assim como no interior da fortaleza.¹²²

Continuando a ser considerada Praça de Guerra de 1ª Classe, a Fortaleza de São Julião da Barra foi integrada no sistema de Campo Entrincheirado de Lisboa, erguido a partir de 1876.¹²³ O conceito deste sistema seria semelhante ao das Linhas de Torres, diferenciando-se através da edificação de fortificações em zonas mais recuadas relativamente à linha de costa e mais dissimuladas, praticamente impercetíveis a partir do mar.

¹¹⁸ CALLIXTO, Carlos Pereira - Resumo histórico da Torre ou Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: Estado Maior General das Forças Armadas, 1980

¹¹⁹ CALLIXTO, Carlos Pereira - Fortificações marítimas e fluviais do concelho de Oeiras. Oeiras: Câmara Municipal, 1988

¹²⁰ CARITA, Rui; CARDOSO, António Homem - O Escudo do Reino: a Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, D.L. 2007

¹²¹ *Ibidem*

¹²² *Ibidem*

¹²³ CALLIXTO, Carlos Pereira - Resumo histórico da Torre ou Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: Estado Maior General das Forças Armadas, 1980

¹²⁴ CARITA, Rui; CARDOSO, António Homem - O Escudo do Reino: a Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, D.L. 2007

¹²⁵ CALLIXTO, Carlos Pereira - Resumo histórico da Torre ou Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: Estado Maior General das Forças Armadas, 1980

¹²⁶ BORGES, Augusto Moutinho; CARDOSO, António Homem - Azulejaria da Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: By the Book, 2021

¹²⁷ ESAGUY, Augusto Isaac de - S. Julião da Barra. Cascais: Junta de Turismo de Cascais, 1956

Em 1879, na tentativa de instalar novas unidades de tiro na velha Fortaleza de São Julião da Barra, decorreram pequenas obras de adaptação da bateria baixa para a instalação de quatro peças de Krupp de tiro rápido.¹²⁴

Com o passar dos anos, e conseqüente desenvolvimento dos meios de combate, grande parte das fortificações marítimas perdeu significado enquanto pontos estratégicos. Nesse sentido, muitas foram abandonadas, outras vendidas a particulares ou adaptadas a novas funções.

Na Fortaleza de São Julião da Barra foi em 1927 que as posições de artilharia foram desativadas, embora esta fortificação tenha continuado a funcionar como quartel e prisão de Estado até à década de 1930. A partir daí, sem intervenções de conservação ou manutenção, a fortaleza e os seus edifícios foram entrando em degradação. A partir de 1944 surgiu então um plano que viabilizou a intervenção das fortificações marítimas situadas entre Lisboa e Cascais. O processo de recuperação da Fortaleza de São Julião da Barra, que se encontrava bastante degradada, teve início em 1945.¹²⁵

Em meados do século XX a configuração interior do recinto da fortaleza apresentava-se bastante dissonante, principalmente devido às inúmeras construções precárias contruídas nas esplanadas dos baluartes.

A capela atual, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, foi construída entre 1945 e 1949 na sequência da edificação do Palácio.¹²⁶

A partir de 1951, depois de ter perdido o seu papel militar, a Fortaleza de São Julião da Barra passou a ter novas funções. Para além das zonas reservadas ao Serviço de Faróis e de Artilharia da Costa, foi determinado que passasse a servir como cenário de cerimónias e de outros atos representativos de alguns departamentos de Estado e, em algumas situações, como residência oficial do Ministro da Defesa Nacional. Para este fim, a estrutura interior da fortaleza foi profundamente remodelada.¹²⁷

No centro do recinto foram demolidos edifícios setecentistas tais como a casa do Governador, os quartéis dos oficiais ou a igreja, para em seu lugar ser edificada, entre 1945 e 1950, uma residência apalaçada dotada de salões, sala de jantar, quartos, cozinha, biblioteca e capela.



Fig. 26 | Masmorras de São Julião da Barra



Fig. 27 | Vista aérea da fortaleza em 1979

¹²⁸ CARITA, Rui; CARDOSO, António Homem - O Escudo do Reino: a Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, D.L. 2007

Nessa altura, as pouco criteriosas demolições estenderam-se a outros pontos da fortaleza, tendo sido demolidas quase todas as construções existentes sobre as esplanadas. Aí, só permaneceram os dois grandes blocos dos antigos quartéis, ao lado da torre do farol.

No ano de 1957 a fortaleza e o Farol, de São Julião da Barra foram classificados como Imóvel de Interesse Público.

As outras intervenções mais relevantes na fortaleza aconteceram de 1962 a 1966 e de 1968 a 1969.¹²⁸

Fig. 28 | Uma das casernas subterrâneas da fortaleza



Fig. 29 | O corredor subterrâneo





Fig. 30 | Uma das bicas por onde a água escorria para o interior da cisterna



Fig. 31 | Porta de Mar - Vista do interior

Fig. 32 | Pátio da Residência



Fig. 33 | Detalhe da muralha desenhada pelo capitão Fratino

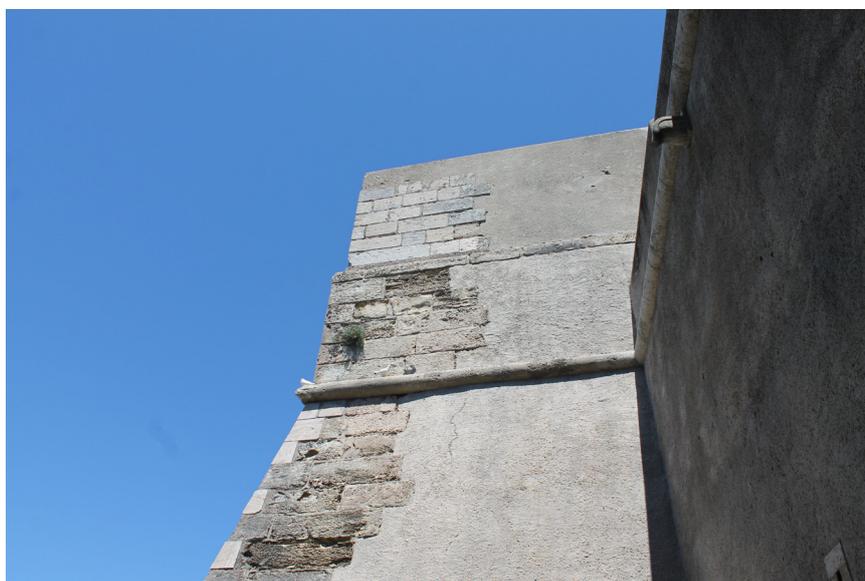




Fig. 34 | Bateria dos Apóstolos



Fig. 35 | Frente voltada ao mar

03 A FORTALEZA DE SÃO JULIÃO DA BARRA Documentos gráficos - Análise e interpretação

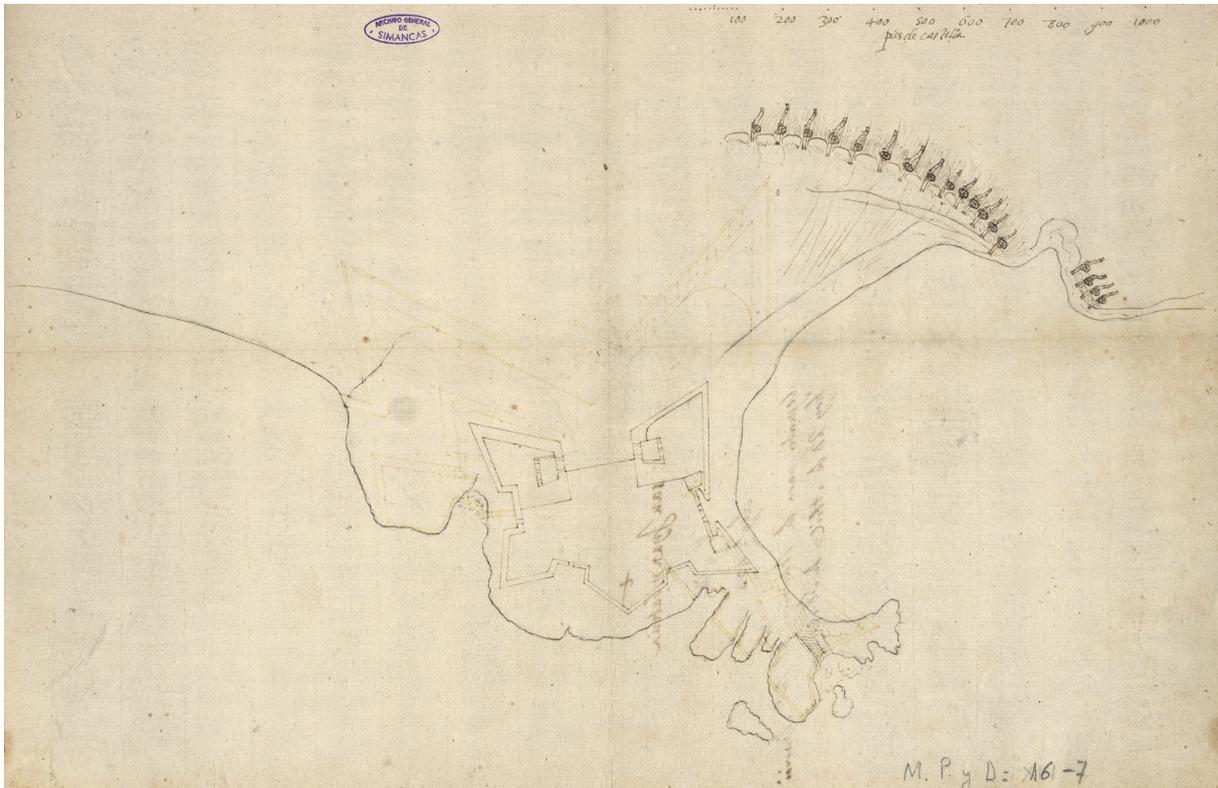


Fig. 36

Título Diseño del emplazamiento del Forte de São Julião da Barra y su batería

Data 1580

Autor Desconhecido

Depósito Arquivo Geral de Simancas, MPD, 16, 007

Comentário Croquis realizado para representar o cerco e o ataque do Duque de Alba ao Forte de São Gião em 1580. Este é o primeiro desenho conhecido desta fortificação e representa a totalidade do perímetro fortificado edificado numa primeira fase, assim como a sua implantação. Possui informações bastante relevantes a respeito da estrutura primitiva da fortaleza, projetada por Miguel de Arruda, nomeadamente na forma e características do conjunto, bem como dos baluartes. Através da comparação entre o elemento representado neste documento e a construção atualmente existente, é possível confirmar, de uma forma geral, o rigor desta traça relativamente ao formato dos cinco baluartes e do conjunto. Porém, a leitura atenta da planta permite identificar algumas incoerências, nomeadamente a existência de orelhões no flanco virado para a atual praia da Torre, na articulação dos dois baluartes voltados sensivelmente a oeste, e que hoje já não se verifica. Com um traçado bastante fino, é possível identificar as ampliações a que o forte foi sujeito durante o domínio filipino. Nesse sentido, presume-se que este desenho tenha servido como base de estudos para a primeira ampliação desta construção.

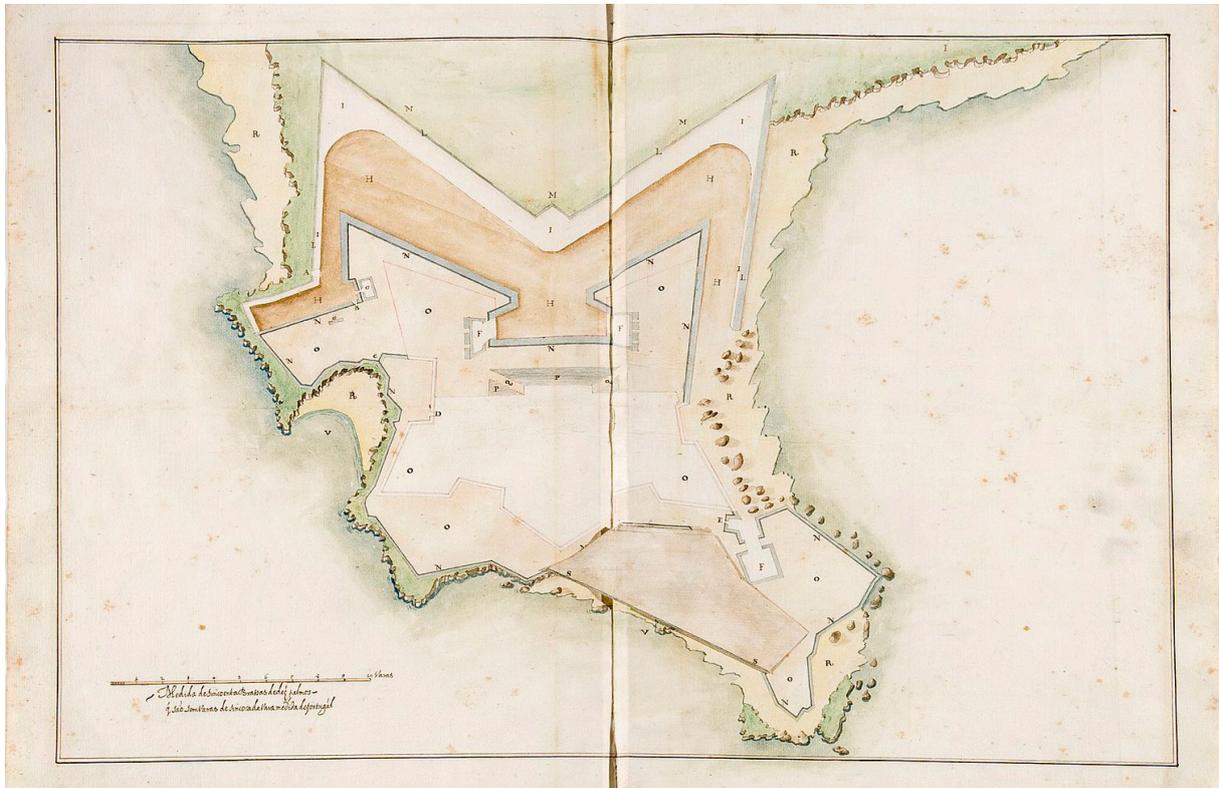


Fig. 37

Título São João e sua traça, relação
 Data 1590-1591 / 1621
 Autor Giovanni Vincenzo Casale, Alexandre Massai
 Depósito In Descrição do Reino de Portugal, pág. 87. Museu da Cidade de Lisboa
 Comentário Planta que pretende apresentar ao rei D. Filipe I soluções para o problema da acumulação de areias em torno da fortaleza, nomeadamente a construção de uma cortina que ligaria a esplanada baixa a um dos baluartes do esporão rochoso. Elaborado após as primeiras obras de ampliação do conjunto fortificado, este desenho já apresenta as alterações propostas no projeto filipino. Ao núcleo renascentista foram acrescentados dois baluartes sobre o esporão rochoso localizado a sudeste, um corpo avançado sobre o mar desenvolvido a partir do baluarte de terra virado a noroeste, uma ampla esplanada baixa sensivelmente a sul e escavado um fosso a norte do conjunto. Analisando este desenho, e comparando-o com a construção que se preserva nos dias de hoje, é possível concluir que muitos dos elementos construtivos se mantiveram sem sofrer alterações significativas, considerando-se assim um documento gráfico fiável, de grande pormenor e rigor.

“A. Porta prim.^{ra} q’ entra na cava ou fosso; B. Segunda porta q’ entra no corpo de guarda; C. Saída do corpo de guarda; D. Porta q’ entra na fortaleza Velha; E. Porta de socorro p.^a o mar; F. Cazas matas altas; G. Cazas matas no chão do fosso; H. Cava ou fosso; I. Estrada cuberta; L. Parapeito ou contra escarpa da estrada cuberta; M. Arge ou espalto; N. Parapeito de toda a muralha do Castello; O. Praça p.^a Artilharia; P. Escada q’ sobe a cortina ou Baluartes altos; Q. Ladeira ou sobida p.^a pessas de Artilharia; R. Aréa e praia; S. praça q’ propom o Pe Frei João Vicencio Casale; V. Aréa defronte das paredes não podendo o mar correr.”

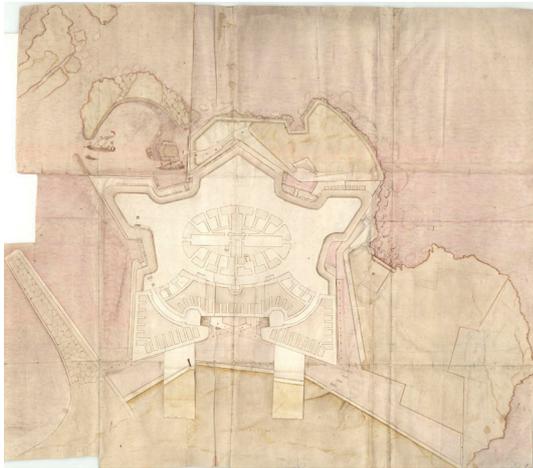


Fig. 38

Título São Julião da Barra. Oeiras, Portugal
 Data ca. 1583-1585
 Autor Giacomo Palearo Frattino (atribuição)
 Depósito Arquivo Militar de Estocolmo
 SE/KrA/0406/18/007/001 b 1
 Comentário Documento algo esquemático que serviu de base a Leonardo de Ferrari para o seu desenho do Forte de São João.



Fig. 39

Título Correção de baluarte de mar
 Data 1607
 Autor Leonardo Turriano
 Depósito Biblioteca Nacional de Portugal, F.R. 193
 Comentário Desenho onde se apresentam soluções para o problema da acumulação de areias à volta da fortaleza, encontrando-se a tracejado as zonas que se propunham alterar.

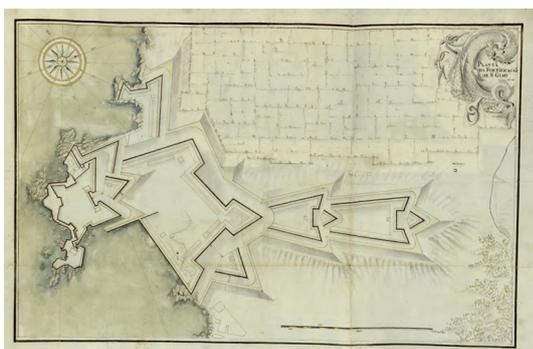


Fig. 40

Título Planta da fortificação de S. João
 Data 1654
 Autor Nicolau de Langres
 Depósito In Desenhos e plantas de todas as praças do reyno de Portugal, Biblioteca Nacional de Portugal, F. 2359
 Comentário Projeto de ampliação da frente de terra que previa a ocupação do outeiro perto da fortaleza através de obras exteriores.

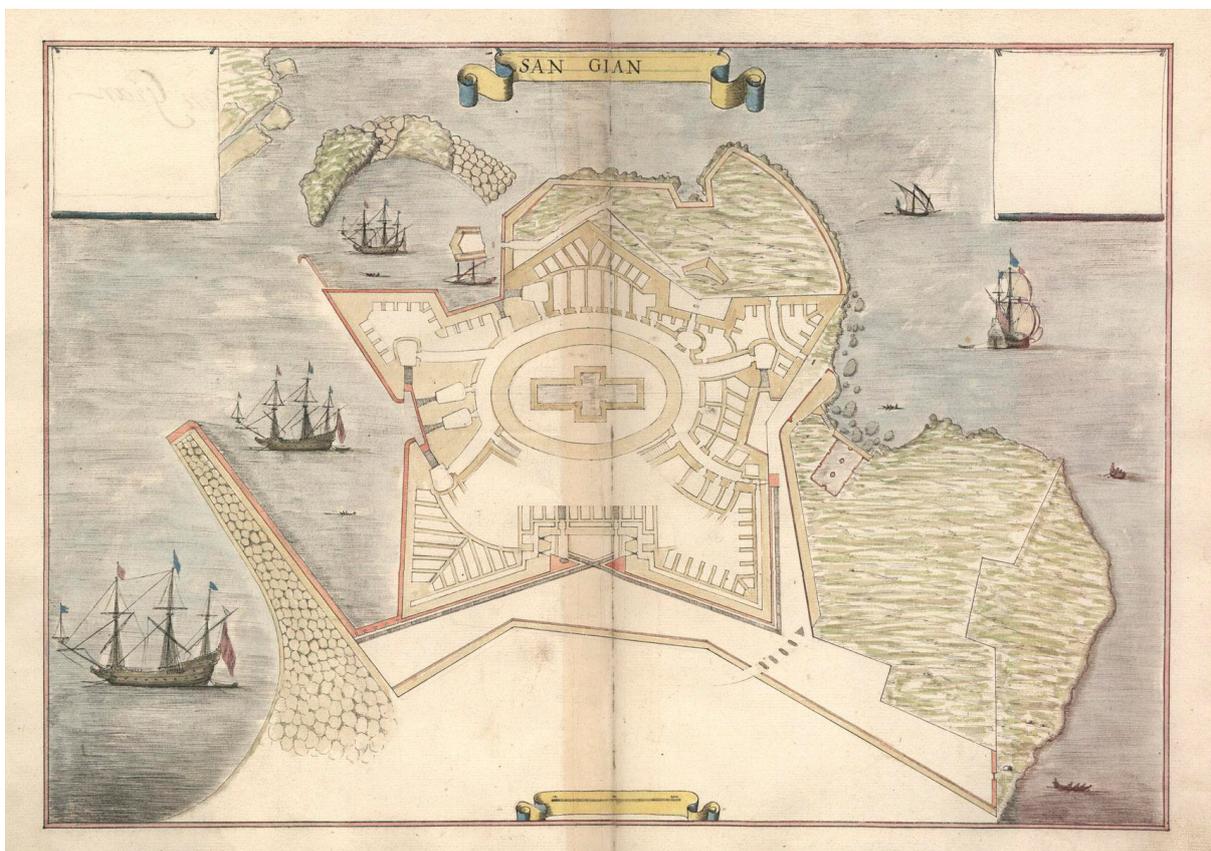


Fig. 41

Título São Julião da Barra. Oeiras, Portugal.

Data ca. 1650-1655

Autor Leonardo de Ferrari

Depósito In Imágenes de un Imperio Perdido. El atlas del Marqués de Heliche, Arquivo Militar de Estocolmo SE/KrA/0414/0025/0010

Comentário Planta aguarelada realizada com base num desenho antigo.

Representa, de forma algo esquemática, a totalidade do perímetro fortificado primitivo, possuindo informações de grande interesse relativas ao suporte estrutural dos baluartes, ao desenho do sistema de corredores e compartimentos subterrâneos e à estrutura do forte.

Comparando este elemento à fortificação atual, identifica-se claramente uma imprecisão no desenho relacionada com a forma dos cinco baluartes. Outro elemento que se destaca é a cisterna, que se apresenta em forma em cruz ao invés de segmento de círculo, como atualmente acontece. Juntamente com o desenho que lhe serviu de base, estes são os únicos documentos conhecidos em que a cisterna está representada com esta configuração.

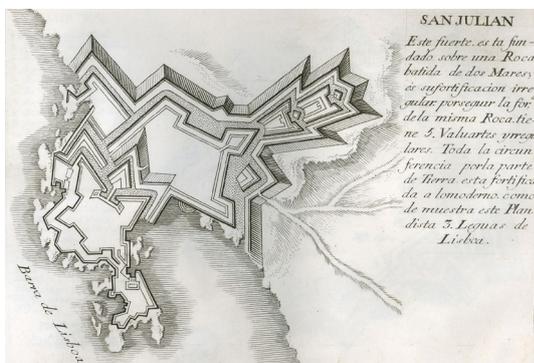


Fig. 42

Título San Julian
 Data ca. 1680-1690
 Autor Desconhecido
 Depósito Biblioteca Nacional de Portugal, E.A. 214 P.
 Comentário Cópia do projeto de Nicolau de Langres.

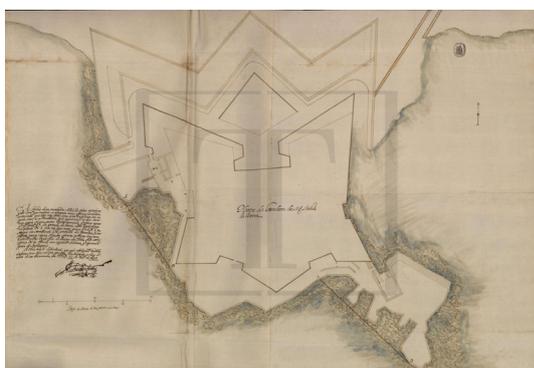


Fig. 43

Título Planta da Fortaleza de São Julião da Barra
 Data 1693
 Autor Mateus do Couto
 Depósito ANTT, PT/TT/CCDV/28
 Comentário Planta onde é possível compreender a frente de mar, zona com várias reentrâncias, antes desta ter sido corrigida devido à acumulação de areias. Está também representado o espaço de entrada (subterrâneo) da fortaleza.

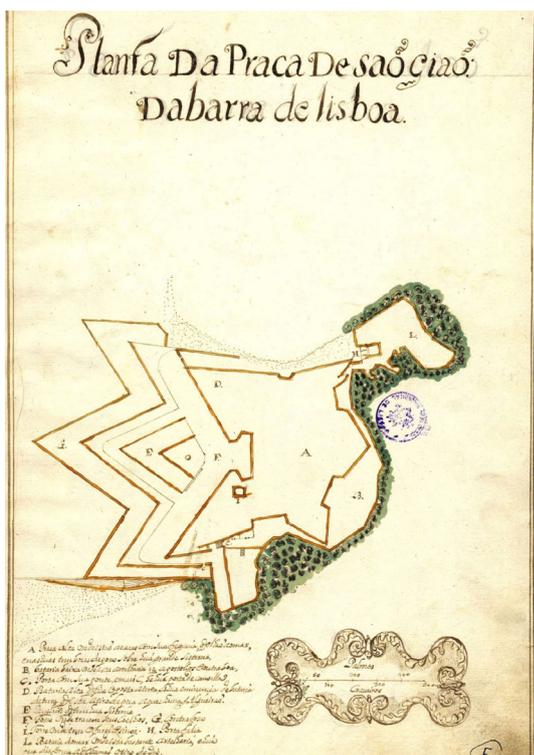


Fig. 44

Título Planta da Praça de São João da Barra de Lisboa
 Data ca.1700
 Autor João Tomás Correia
 Depósito Biblioteca Nacional de Portugal, D.A. 7 A.
 Comentário Planta pouco rigorosa onde estão representadas as obras exteriores do complexo fortificado. De destacar a identificação de uma torre onde estaria o farol (letra i).

Título Forte de S. Julião da Barra
 Data ca. 1700-1900
 Autor E. Ferreira
 Depósito PT-GEAEM/DIE-7816-3-33-45
 Comentário Cópia de uma planta antiga; é possível identificar, no lado direito do desenho, 3 pontes de madeira que atualmente já não existem.

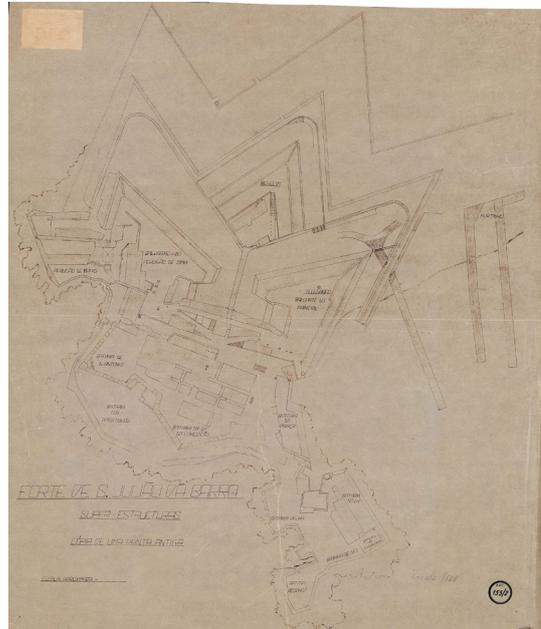


Fig. 45

Título Planta da fortaleza de S. Julião da Barra
 Data Ca. 1700-1900
 Autor Desconhecido
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3498/II-3-33-45
 Comentário Desenho onde se encontram identificados os elementos constituintes e as dependências existentes na fortaleza bem como algumas das portas de acesso ao complexo fortificado.

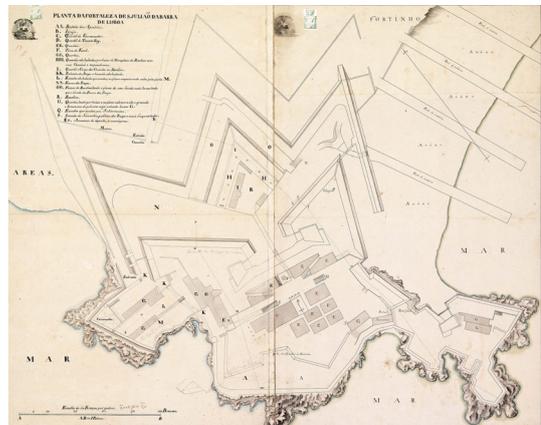


Fig. 46

Título Planta do Campo do Algueirão junto a São Julião da Barra
 Data ca. 1760
 Autor Diogo José Cony
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3502-3-31-43
 Comentário Planta representativa dos terrenos junto à fortaleza.



Fig. 47

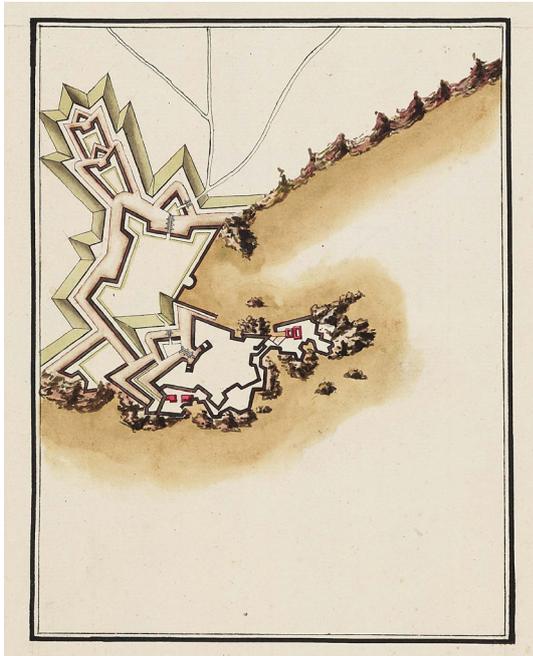


Fig. 48

Título Fort St. Julien
 Data ca. 1750
 Autor João Alexandre de Chermont
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3512-3-33-45
 Comentário Cópia do projecto de ampliação desenhado por Nicolau de Langres e que não veio a ser realizado.

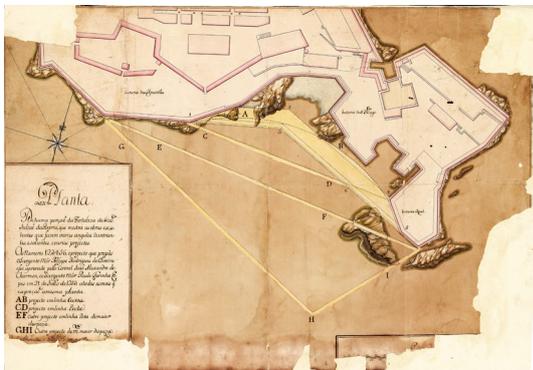


Fig. 49

Título Planta de huma porção da Fortaleza de São Julião da Barra
 Data 1762
 Autor João Alexandre de Chermont
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3510/II-3-33-45
 Comentário Planta que mostra de forma esquemática 4 projetos propostos para ligar a bateria dos Apóstolos à bateria Real.

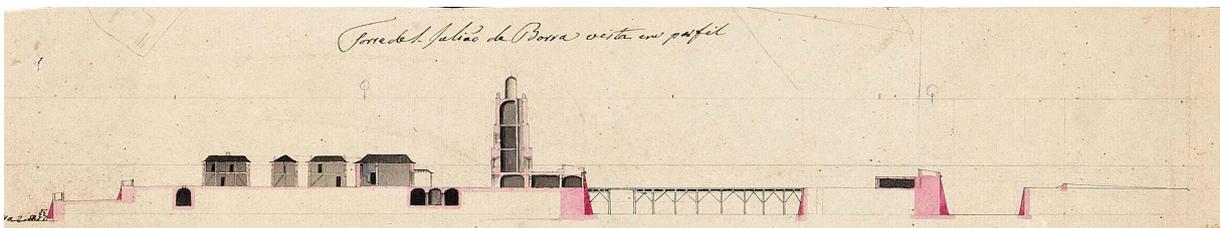


Fig. 50

Título Torre de S. Julião da Barra vista em perfil
 Data Ca. 1790-1820
 Autor Lourenço Homem da Cunha de Eça
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3510/I-3-33-45
 Comentário Perfil da fortaleza onde estão representados os espaços interiores dos edifícios existentes na esplanada, dos subterrâneos, da Torre do Farol e do Revelim.

Título Praça de S. Julião da Barra
 Data ca. 1790-1848
 Autor Pedro Folque
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3490/II-3-33-45
 Comentário Planta bastante completa de todo o conjunto fortificado onde se encontram representadas canhoeriras nos baluartes, o piso subterrâneo (num traço mais fino) e os edifícios construídos no interior da praça. A estrutura da fortaleza ainda se mantém nos dias de hoje.

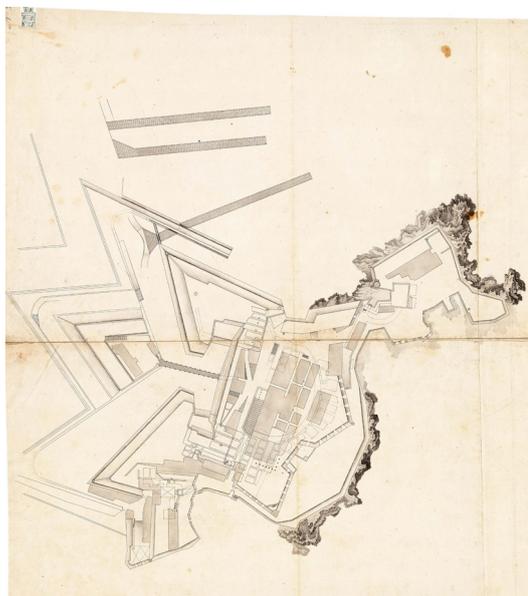


Fig. 51

Título Planta da Torre de S. Julião d. Barra
 Data 1793
 Autor Lourenço Homem da Cunha de Eça
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3494/I-3-33-45
 Comentário Desenho do final do século XVIII que retrata a planta da fortaleza dessa altura. Identificam-se ainda, pelos nomes, todas as obras exteriores presentes no conjunto fortificado.

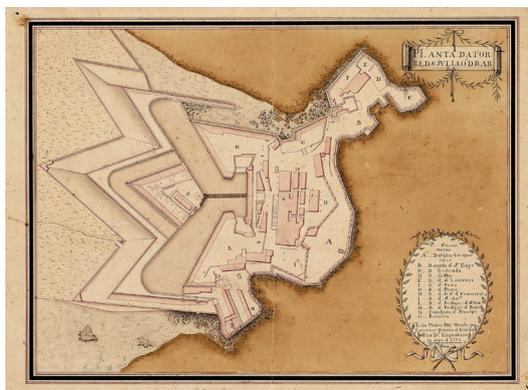


Fig. 52

Título Planta da Fortaleza de S. Julião da Barra de Lisboa
 Data Século XIX
 Autor Carlos José Correia Botelho, Augusto de Mesquita Cabral d'Almeida
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3482-3-31-43
 Comentário Desenho onde se encontram identificadas as vias de acesso à fortaleza, bem como algumas das portas e os edifícios existentes no complexo fortificado



Fig. 53

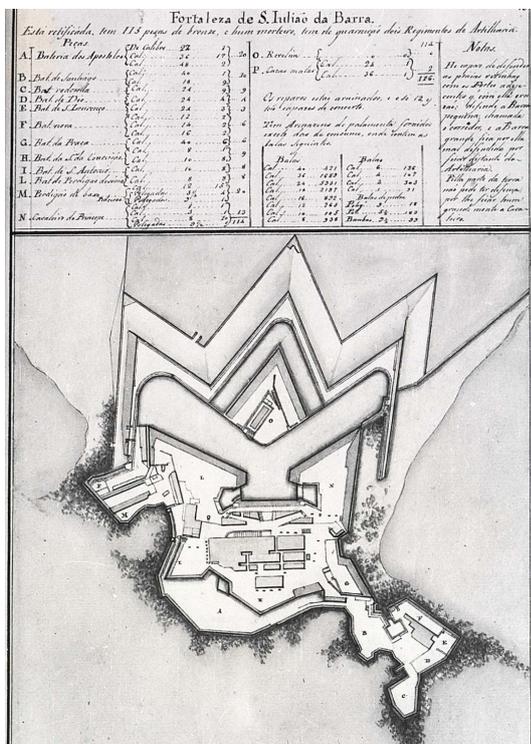


Fig. 54

Título Fortaleza de S. Julião da Barra
 Data 1796
 Autor Maximiano José da Serra
 Depósito PT-GEAEM/DIE-8088-3-43-PP
 Comentário Planta onde estão identificadas as peças de artilharia dispostas na Fortaleza de S. Julião da Barra.

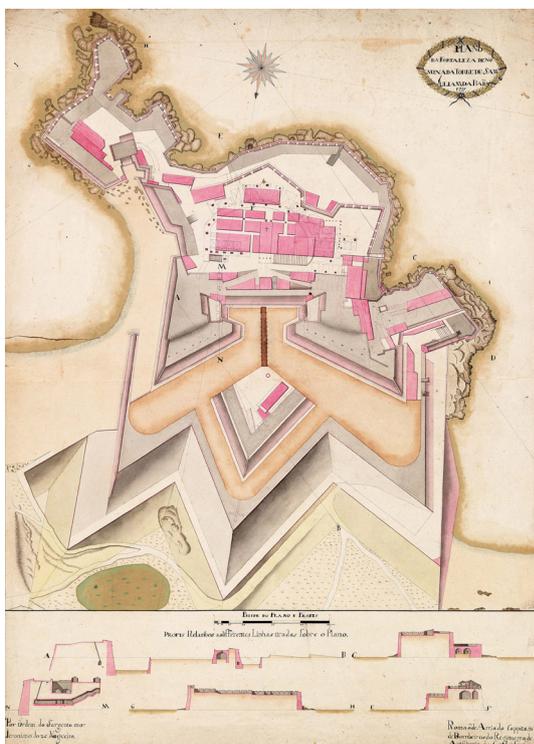


Fig. 55

Título Plano da fortaleza denominada Torre de Sam Juliam da Bara
 Data 1797
 Autor Romão de Arriada
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3493-3-33-45
 Comentário Documento que, por baixo da planta, apresenta cortes que permitem compreender a volumetria da fortaleza no final do século XVIII.

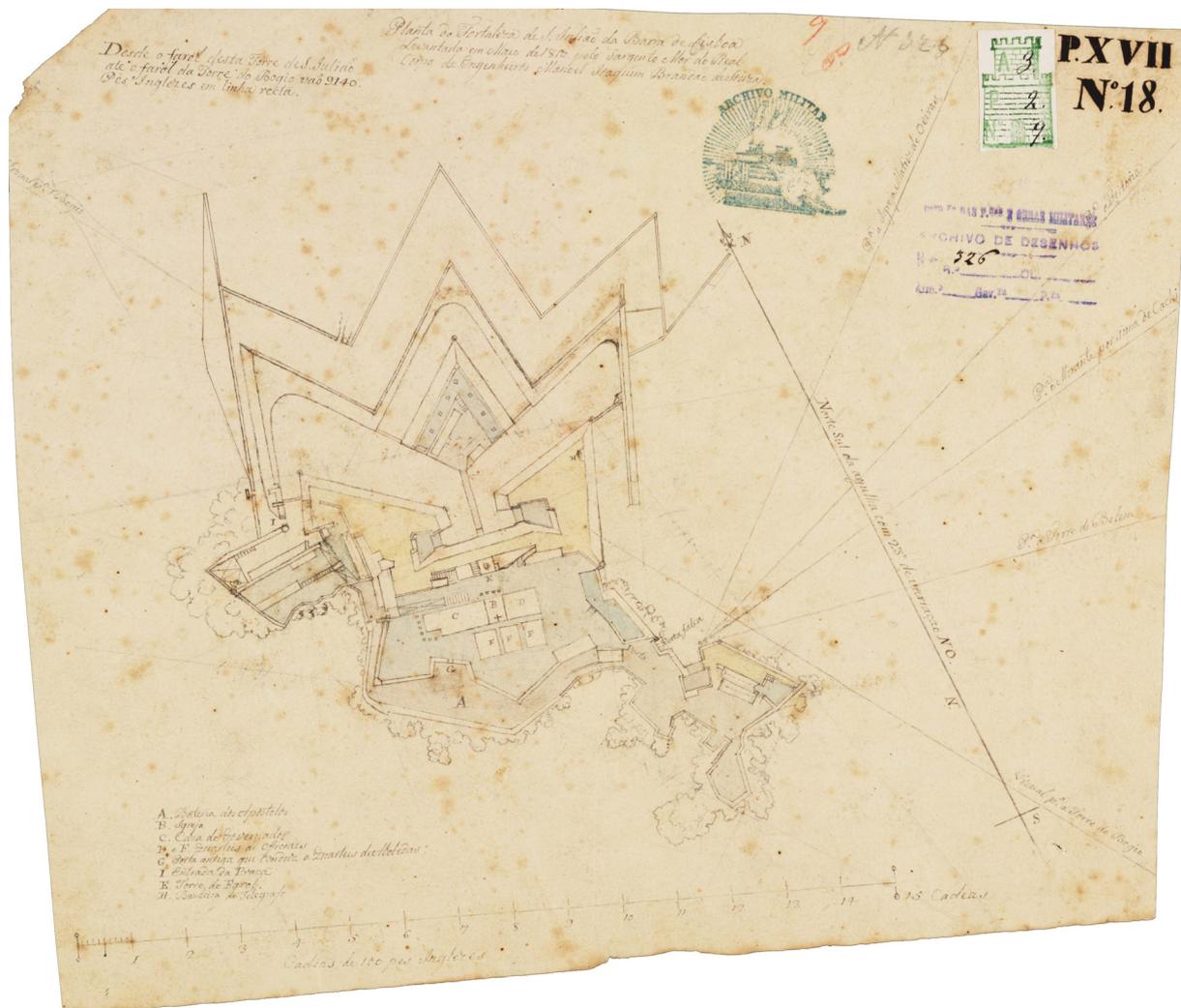


Fig. 56

Título Planta da Fortaleza de S. Julião da Barra de Lisboa

Data 1810

Autor Manuel Joaquim Brandão de Sousa

Depósito PT-GEAEM/DIE-3491/A-3-34-47

Comentário Esta planta, datada do início do século XIX, apresenta o conjunto fortificado construído até então, sendo possível identificar vários elementos tais como a torre do farol ou um conjunto de edifícios no centro da praça, que correspondem à casa do governador, aos quartéis dos oficiais e ainda a uma igreja. Embora não possibilite o conhecimento do interior destas construções, este documento permite saber, de uma forma geral, a implantação e configuração das mesmas. Identifica-se ainda uma quebra num dos muros a norte da fortaleza que serviria como entrada neste complexo. Comparando este desenho à construção hoje existente várias são as semelhanças no que diz respeito às obras exteriores. Relativamente aos edifícios representados no centro do conjunto, em pouco se assemelham aos que nos dias de hoje se erguem nesse local.

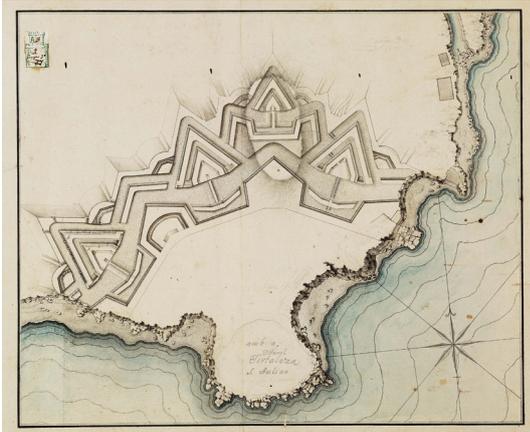


Fig. 57

Título Projecto para a Fortaleza de S. Julião da Barra de Lisboa
 Data 1810
 Autor Manuel Joaquim Brandão de Sousa
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3503-3-34-47
 Comentário Projecto de ampliação da fortaleza pelo lado de terra, que não veio a ser realizado.



Fig. 58

Título Oeiras - Torre de S. Julião e arredores
 Data ca. 1812
 Autor Desconhecido
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3507/I-3-34-47
 Comentário Planta que abrange a Torre de S. Julião, o Cais da Madeira, o Forte do Algueirão, o Forte de Catalazete, o Forte do Areeiro, entre outras estruturas militares.

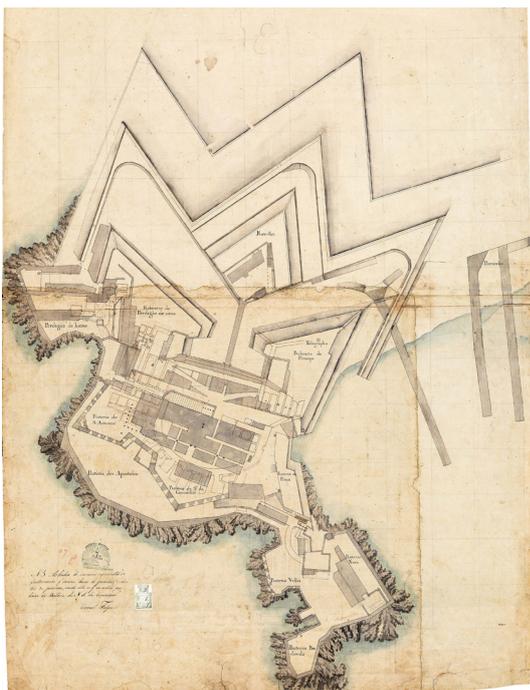


Fig. 59

Título S. Julião
 Data ca. 1815
 Autor Pedro Folque
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3490/I-3-33-45
 Comentário Planta da totalidade da fortaleza onde se identificam as canhoeriras ao longo de alguns troços das muralhas. Replantados a cheio, os edifícios localizados na superfície contrastam com um traçado de cor ligeiramente mais clara que corresponde aos corredores e compartimentos subterrâneos.

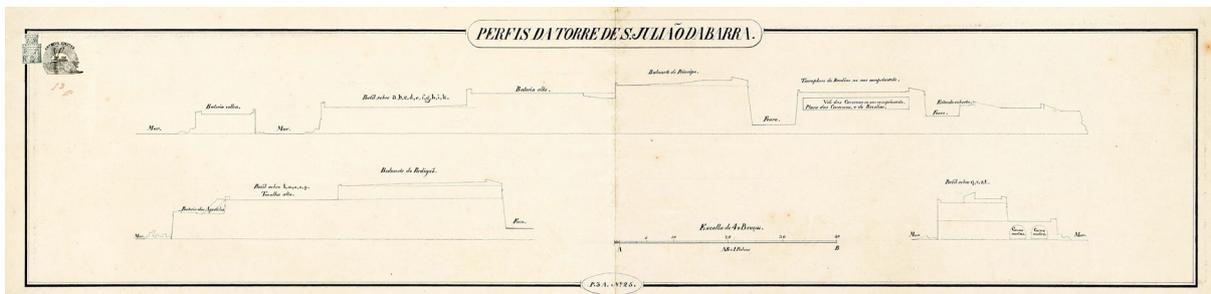


Fig. 60

Título Perfis da Torre de S. Julião da Barra
 Data Ca. 1820
 Autor Desconhecido
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3499/II-3-33-45
 Comentário Perfis que passam pelas obras externas que compõe a fortaleza.

Título Carta topografica zona do Forte de S. Julião
 Data 1815
 Autor Manuel Joaquim Brandão de Sousa
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3250/II-3-34-47
 Comentário Cópia de outro desenho onde se identificam as fortificações provisórias construídas entre 1809 e 1810 e as permanentes desde o Forte das Maias até ao Forte do Junqueiro.



Fig. 61

Título Feitoria em Oeiras
 Data 1822
 Autor Manuel Joaquim Brandão de Sousa, António José da Cunha Salgado, António Paulo Duarte Pereira
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3506-3-33-45
 Comentário Planta dos arredores da Fortaleza onde para além desta se identificam outras estruturas militares: o Portinho, a Feitoria, a Cruz do Algueirão e o Paiol.

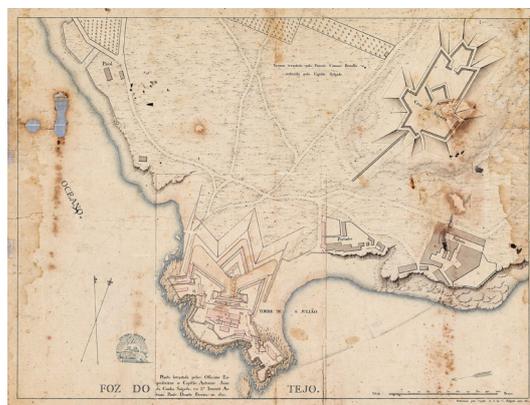


Fig. 62

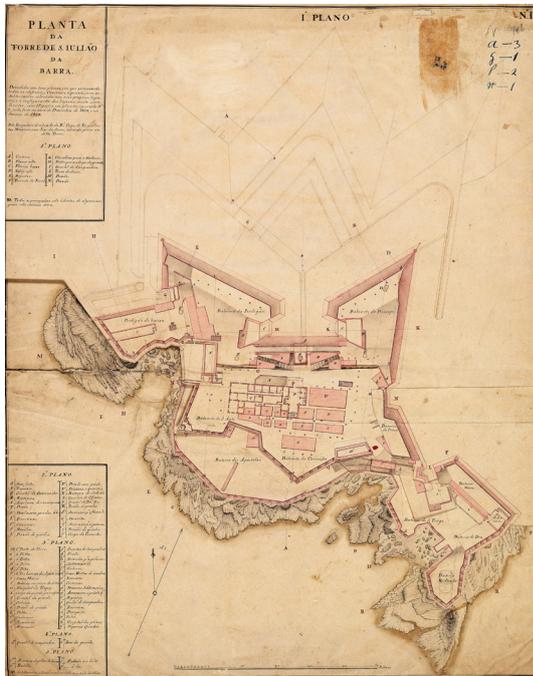


Fig. 63

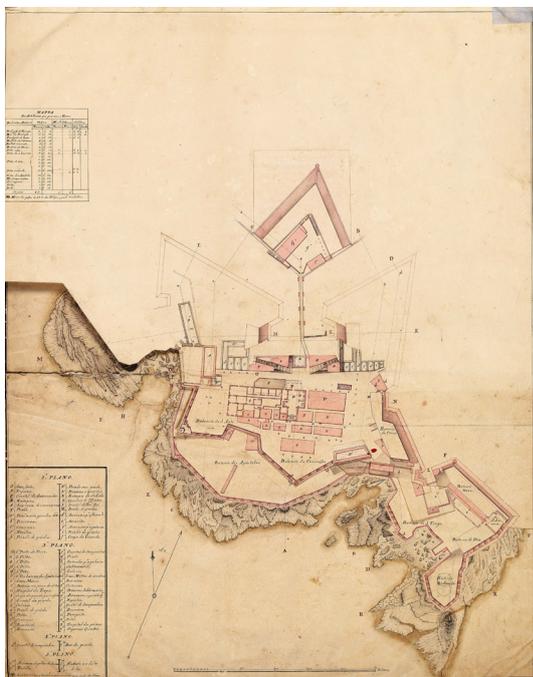


Fig. 64

Legenda

1º Plano

- A. Cortina
- B. Flanco alto
- C. Flanco baixo
- D. Talégrafo
- E. Repóstos
- F. Terrado do Farol
- G. Clarabóia para a Galeria
- H. Ditta para o Corpo da guarda
- I. Quartel de Companhia
- L. Torre de Sinus
- M. Prizão
- N. Prizão

2º Plano

- O. Caza forte
- P. Freguezia
- Q. Quartel do Governador
- R. Rampas
- S. Armazem de muniçoens
- T. Prizão
- U. Prizoens e quarteis
- V. Prizão com grade
- X. Rampa da Sahida
- Y. Quartel do Ten.º Rei
- Z. Quarteis de Officiaes
- a' Prizões com grades
- b' Barracas
- c' Cazernas
- d' Serventia p.ª o flanco b
- e' Guarita
- f' Serventia p.ª a galeria
- g' Revilim
- h' Prizão de grades
- i' Prizão de grades
- l' Corpo da Guarda

3º Plano

- m' 1ª Porta da Torre
- n' 2ª Ditta
- o' 3ª Ditta
- p' 4ª Ditta
- q' 5ª Ditta
- r' 6ª da bateria dos Apóstolos
- s' Cazas Matas
- t' Bateria em sima da ditta
- u' Hospital da Tropa
- x' Corpo da guarda principal
- y' Cabouço
- z' Quartel da guarda
- a'' Prizão de grades
- b'' Ditta
- c'' Cazernas
- d'' Armazem
- e'' Armazem
- f'' Quarteis de companhia
- g'' Prizão
- h'' Entradas p.ª a galeria
- i'' Subterrâneos
- l'' Galerias
- m'' Cazas Mattas de circabuz.
- n'' Barracas
- o'' Cisternas
- p'' Prizoens subterrânêas
- q'' Armazem e prisão
- r'' Repóstos
- s'' Quartel de Companhia
- t'' Barraca
- u'' Parapeito
- x'' Páteo
- y'' Pequenos Quarteis
- z'' Hospital dos prêzos''

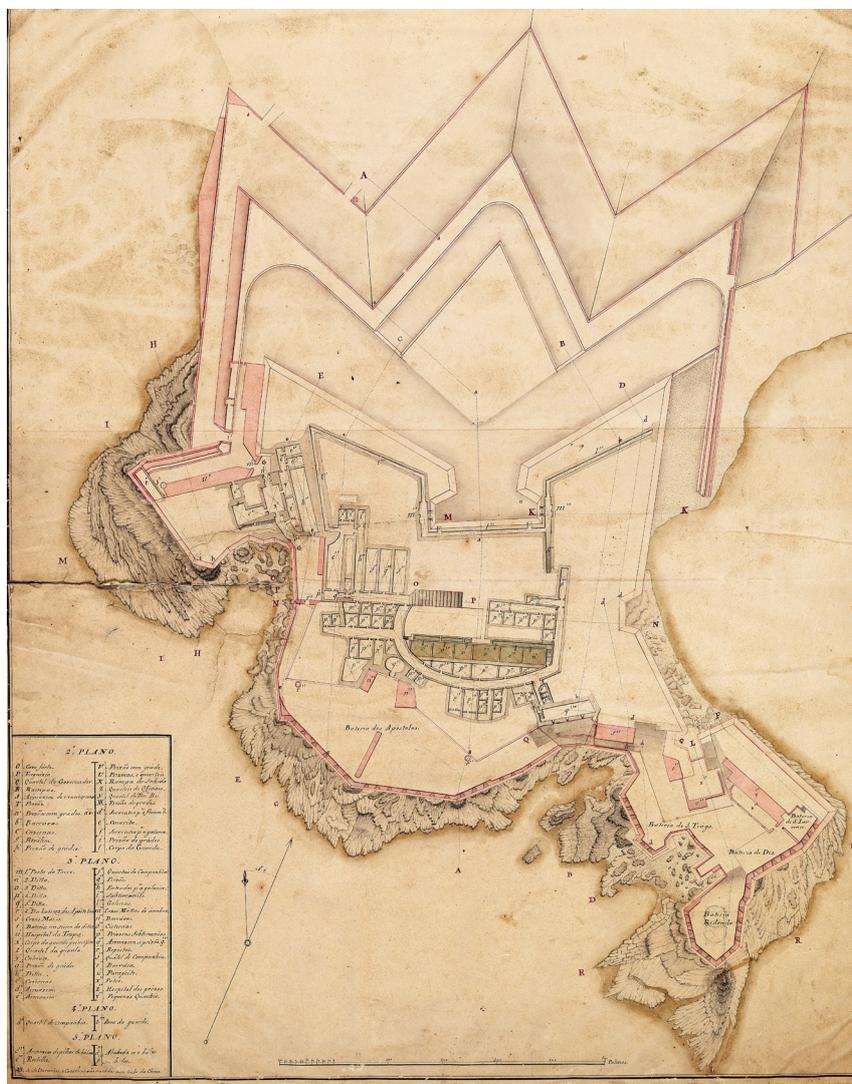


Fig. 65

Título Conjunto de três plantas com elementos desdobráveis que representam os planos existentes
 Data 1828-1829
 Autor Maximiano José da Serra
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3964/I-3-31-43/g
 Comentário Este conjunto de desenhos representam os vários níveis da fortaleza com um de elevado grau de pormenor. Através delas obtemos informações importantes sobre a estrutura e características do complexo fortificado, bem como sobre o conjunto de dependências subterrâneas existentes. Através da leitura atenta deste documento, identificam-se muitas semelhanças entre o conjunto representado e o que atualmente existe, porém a cisterna destaca-se como uma das exceções. De forma retangular, encontra-se envolvida por um conjunto de prisões que, presentemente, compõem uma extensão do reservatório, dispendo este de uma configuração semi-circular.

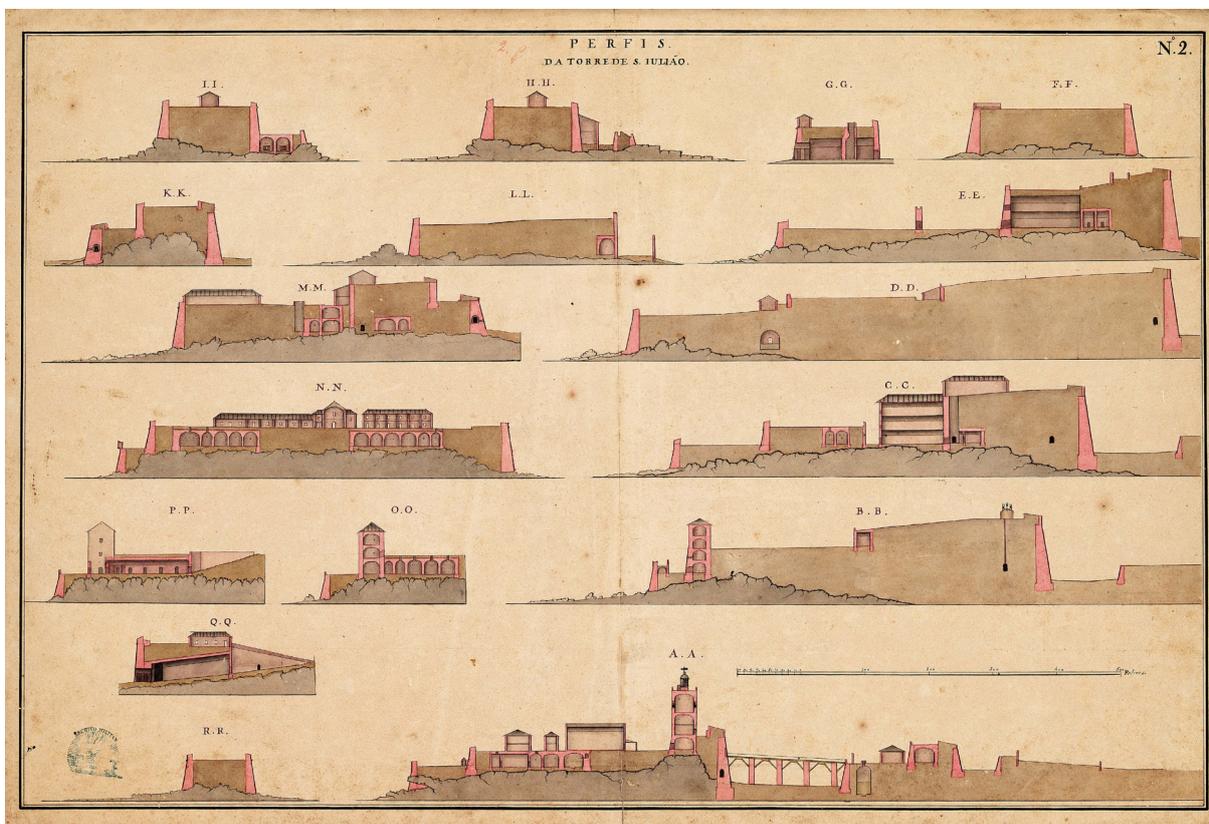


Fig. 66

Título Perfis da Torre de S. Julião

Data 1828-1829

Autor Maximiano José da Serra

Depósito PT-GEAEM/DIE-3964/II-3-31-43

Comentário Documento composto por vários perfis e que faz parte do conjunto apresentado anteriormente, estando todos identificados nas plantas.

Trata-se de um desenho com bastante pormenor que permite o conhecimento do interior das estruturas existentes na fortaleza. Para além disso, permite ainda compreender os elementos construtivos do complexo fortificado, a castanho mais escuro identifica-se o maciço rochoso, a castanho mais claro os terraplenos e a cor de rosa os componentes contruídos em alvenaria.

Título Planta da Torre de S. Julião da Barra e terreno adjacente
 Data 1854
 Autor Valentim Evaristo do Rego
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3500/II-3-33-45
 Comentário Planta que representa os terrenos anexos à fortaleza. É possível constatar que todas as estradas principais convergem até chegarem a São Julião da Barra.

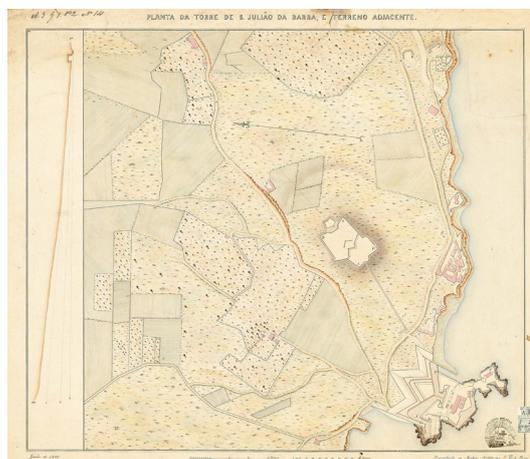


Fig. 67

Título Feitoria em Oeiras
 Data 1875
 Autor Eugénio Rodrigues Severim de Azevedo
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3507/II-3-33-45
 Comentário Cópia de um desenho onde está representada a Feitoria, a Fortaleza de São Julião da Barra, o Forte do Duque de Bragança, o Forte do Catalazete e o Forte do Areeiro.



Fig. 68

Título Forte de S. Julião da Barra
 Data ca. 1800-1900 / Entre o final do século XIX e o início do século XX
 Autor Desconhecido
 Depósito PT-GEAEM/DIE-9558-5-75-75
 Comentário Planta que abrange toda a área de terreno reservada à fortaleza. Verifica-se que na altura em que foi elaborado este desenho a entrada para o conjunto já era feita através do revelim, obra a nordeste do conjunto fortificado.

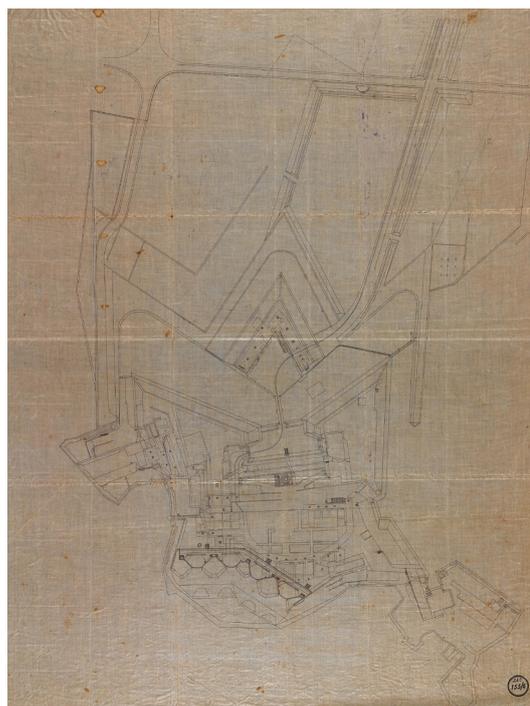


Fig. 69

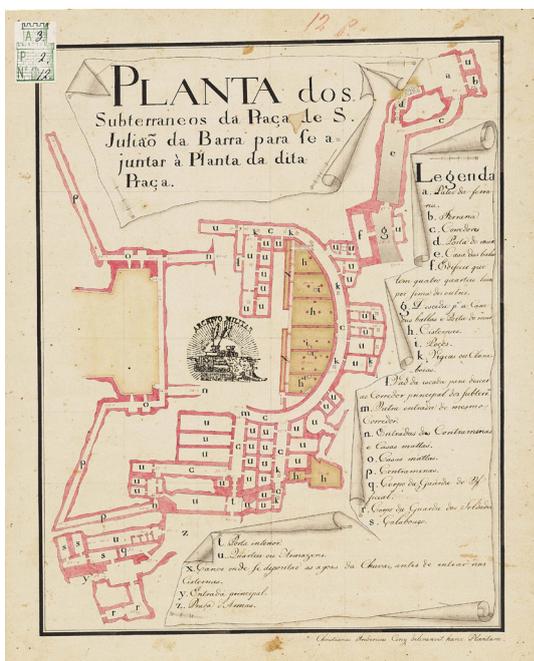


Fig. 70

Título Planta dos subterraneos da praça de S. Julião da Barra
 Data 1825
 Autor Cristiano Frederico Cony
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3497/I-3-33-45
 Comentário Planta dos corredores e compartimentos subterrâneos estando identificadas a cheio as cisternas (letra h) e os depósitos de águas pluviais (letra x). Para além da imponente cisterna que ainda hoje se mantém, encontra-se identificada outra, bastante mais pequena.

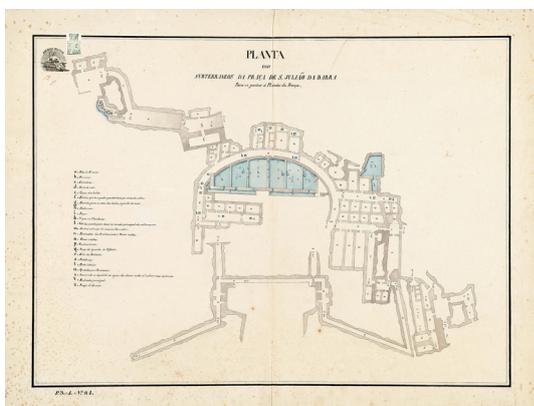


Fig. 71

Título Planta dos subterraneos da praça de S. Julião da Barra
 Data ca. 1825-1835
 Autor José Cândido Correia
 Depósito PT-GEAEM/DIE-3497/III-3-33-45
 Comentário Cópia de outro desenho que representa os corredores e compartimentos subterrâneos.

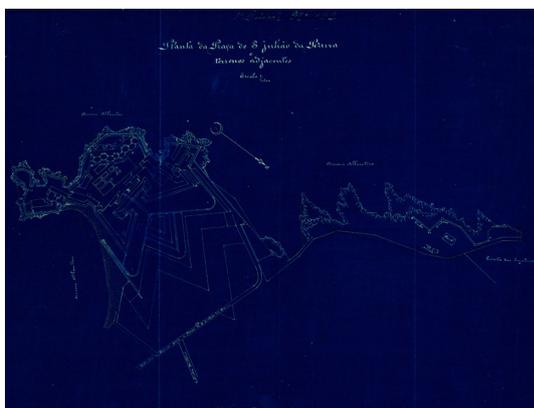
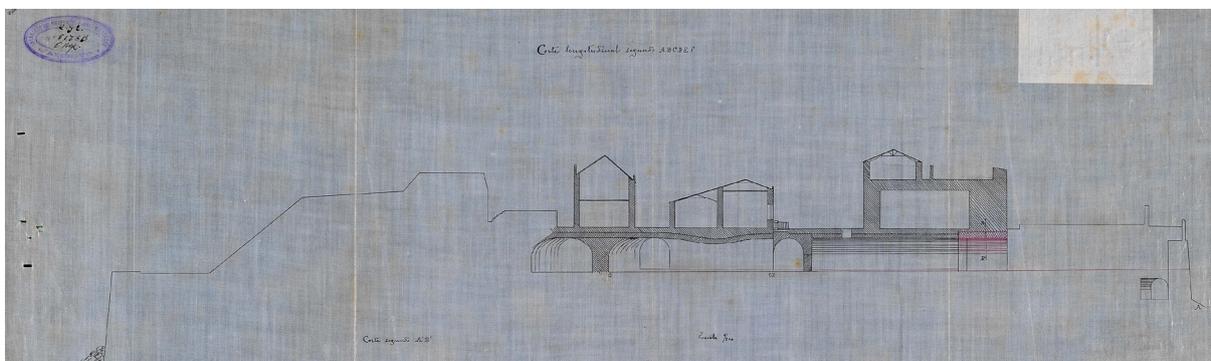


Fig. 72

Título Planta da praça de S. Julião da Barra e terrenos adjacentes
 Data 1895
 Autor Arnaldo Augusto de Sousa Queirós
 Depósito PT-GEAEM/DIE-7414-3-31-43
 Comentário Planta da envolvente da fortaleza onde se identifica a "Estrada de Oeiras para a Praça de S. Julião da Barra". Esta estende-se até à zona oeste do conjunto, local onde se faria a entrada no mesmo.



Título Corte longitudinal do Forte de São Julião da Barra

Fig. 73

Data Ca. 1899

Autor José Roma Machado de Faria e Maia

Depósito PT-GEAEM/DIE-7445-3-31-43

Comentário Perfil da fortaleza onde estão representados os espaços interiores dos edifícios localizados na esplanada, bem como as dependências subterrâneas.

Título Polígono reservado de servidão militar dos fortes de S. Julião da Barra, Duque de Bragança e baterias de S. Gonçalo, Rainha Amelia, Lage, Fontainhas

Data 1909

Autor José Roma Machado, Carlos Joyce Diniz, Antonio dos Santos Viegas

Depósito PT-GEAEM/DIE-10515-3-34-47

Comentário Planta dos arredores da fortaleza com identificação de outras estruturas militares.



Fig. 74

Título Planta geral dos terrenos do Ministério da Guerra situados perto de S. Julião da Barra

Data 1912

Autor Artur Filipe da Costa

Depósito PT-GEAEM/DIE-7431-3-31-43

Comentário Planta do terreno adjacente à fortaleza, onde as faixas de terreno que se propõem serem arborizadas estão identificadas com uma cor mais escura.

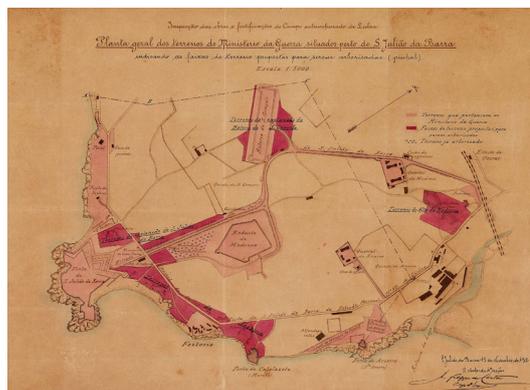


Fig. 75



Fig. 76

Título Forte de S. Julião da Barra
 Data 1946
 Autor J. J. Costa
 Depósito PT-GEAEM/DIE-7817-3-33-45

Comentário Esta planta, de meados do século XX, representa todo o conjunto fortificado possuindo informações importantes sobre a disposição, algo desorganizada, dos edifícios presentes nas diversas zonas da fortificação e fazendo referência a uma “Nova Bateria da Costa” localizada na Bateria dos Apóstolos, entre dois dos baluartes primitivos virados ao mar.

A análise do desenho permite identificar a nova entrada no complexo. Pela primeira vez, o acesso aparece representado como sendo feito por entre os dois baluartes primitivos virados a terra, não sem antes passar pelo revelim e pela ponte sobre o fosso.

Relativamente às obras exteriores do conjunto, comparando-as com as atualmente existentes, pode-se afirmar que estas se mantiveram sem sofrer alterações significativas.

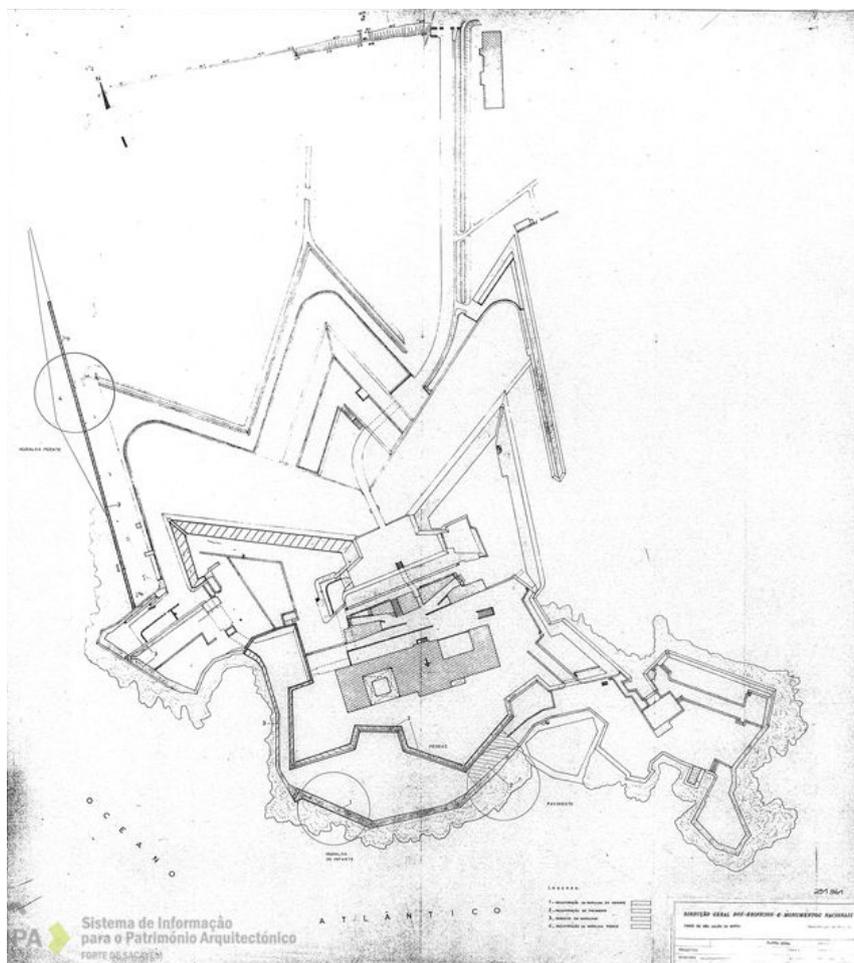


Fig. 77

Título	Identificação das muralhas que devem ser reconstruídas
Data	2000
Autor	Desconhecido
Depósito	SIPA
Comentário	<p>Realizada para representar os trechos de muralhas que precisavam de ser reconstruídos no último ano do século XX, estando estes assinalados com um círculo, esta planta apresenta o conjunto fortificado hoje existente. Após a elaboração deste documento não se registaram obras relevantes no complexo, que alterassem a morfologia do mesmo.</p> <p>O destaque vai para o edifício central da fortaleza, nos dias de hoje uma residência apalaçada. Este apresenta uma configuração diferente das plantas apresentadas anteriormente. Outra modificação evidenciada foi a eliminação de grande parte das estruturas dispersas espalhadas pela praça e pelos baluartes da fortaleza.</p> <p>Conclui-se que a morfologia da fortificação atual se define através de 3 conjuntos: da fortaleza primitiva, ou Núcleo Renascentista, da ampliação do Duque de Alba, ou Núcleo Maneirista, e por fim dos acrescentos realizados em meados do século XVII, ou Núcleo da Restauração.</p>

03 A FORTALEZA DE SÃO JULIÃO DA BARRA

A evolução do conjunto - Análise arquitetónica

A Fortaleza de São Julião da Barra é a maior fortificação marítima portuguesa, sendo o resultado de séculos de história. Construída em três épocas distintas, esta obra foi alvo de várias ampliações tornando-se num imponente complexo fortificado onde é possível identificar a evolução da arquitetura militar entre meados do século XVI e finais do século XIX.

O núcleo central, um pentágono regular com 2 baluartes virados a terra e 3 baluartes virados ao mar, construído a partir de 1553 e desenhado por Miguel de Arruda, foi ampliado primeiramente sob o domínio filipino. Projetada pelo engenheiro italiano Giacomo Palearo Fratino, esta ampliação privilegiou a frente de mar aproveitando o recorte rochoso da linha de costa, resultando no traçado irregular que a fortaleza apresenta nos dias de hoje. Da segunda ampliação, que surgiu após a Restauração da Independência, traçada pelo arquiteto francês Nicolau de Langres, resultou apenas um revelim. Após estas obras, outras de menor dimensão tiveram lugar na fortaleza, algumas com o objetivo de a adaptarem à evolução da artilharia. Em meados do século XX grande parte do conjunto militar erguido nos séculos XVII e XVIII desapareceu aquando das intervenções de adaptação da fortaleza a residência oficial e espaço de receção de eventos diplomáticos.

Para uma melhor compreensão desta estrutura fortificada elaborou-se um conjunto de desenhos que retratam a evolução morfológica da fortaleza ao longo dos séculos. Estes elementos foram produzidos com base na iconografia disponível bem como em monografias sobre esta construção.



Fig. 78 | Vista da fortaleza imediatamente antes de chegar ao Revelim



Fig. 79 | Espaço entre os dois baluartes virados a terra, que outrora foi um fosso



Fig. 80 | Planta das dependências e corredores subterrâneos

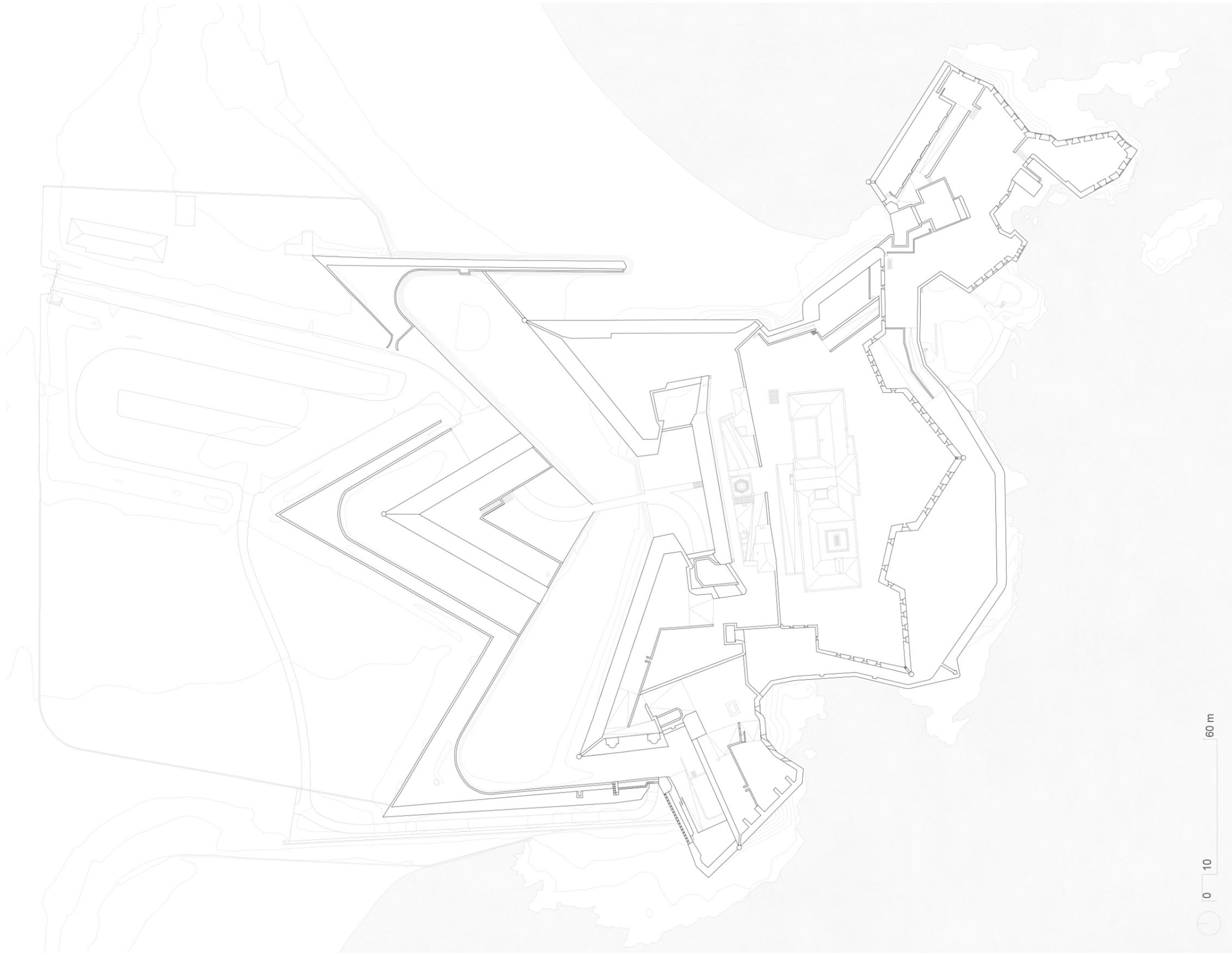


Fig. 81 | Planta de cobertura dos elementos existentes à superfície

- 01 Sala das Colunas (que dá acesso à Bateria dos Apóstolos)
- 02 Sala da Cisterna
- 03 Antigas prisões
- 04 Portas de Mar
- 05 Corredor
- 06 Galerias
- 07 Atual entrada principal para o corredor subterrâneo
- 08 Espaço por onde as águas da chuva passavam antes de seguirem para a cisterna
- 09 Acesso ao interior da fortaleza a partir do fosso



Fig. 82 | Planta das dependências e corredores subterrâneos - Legendada

- 01 Baluarte de São Filipe, Bateria Redonda ou Bateria Real
- 02 Bateria de Dio
- 03 Bateria de São Lourenço
- 04 Baluarte de São Pedro ou Bateria Nova
- 05 Bateria de Santiago ou Bateria Velha
- 06 Baluarte de St.º António ou Bateria dos Apóstolos
- 07 Bateria de St.º António
- 08 Baluarte de N.ª Sr.ª da Conceição
- 09 Bateria da Praça
- 10 Baluarte do Príncipe ou de El-Rei D. Fernando
- 11 Baluarte dos Marechais ou do Perdigão de Cima
- 12 Baluarte do Perdigão de Baixo
- 13 Revelim
- 14 Torre do Farol
- 15 Residência apalaçada e Igreja

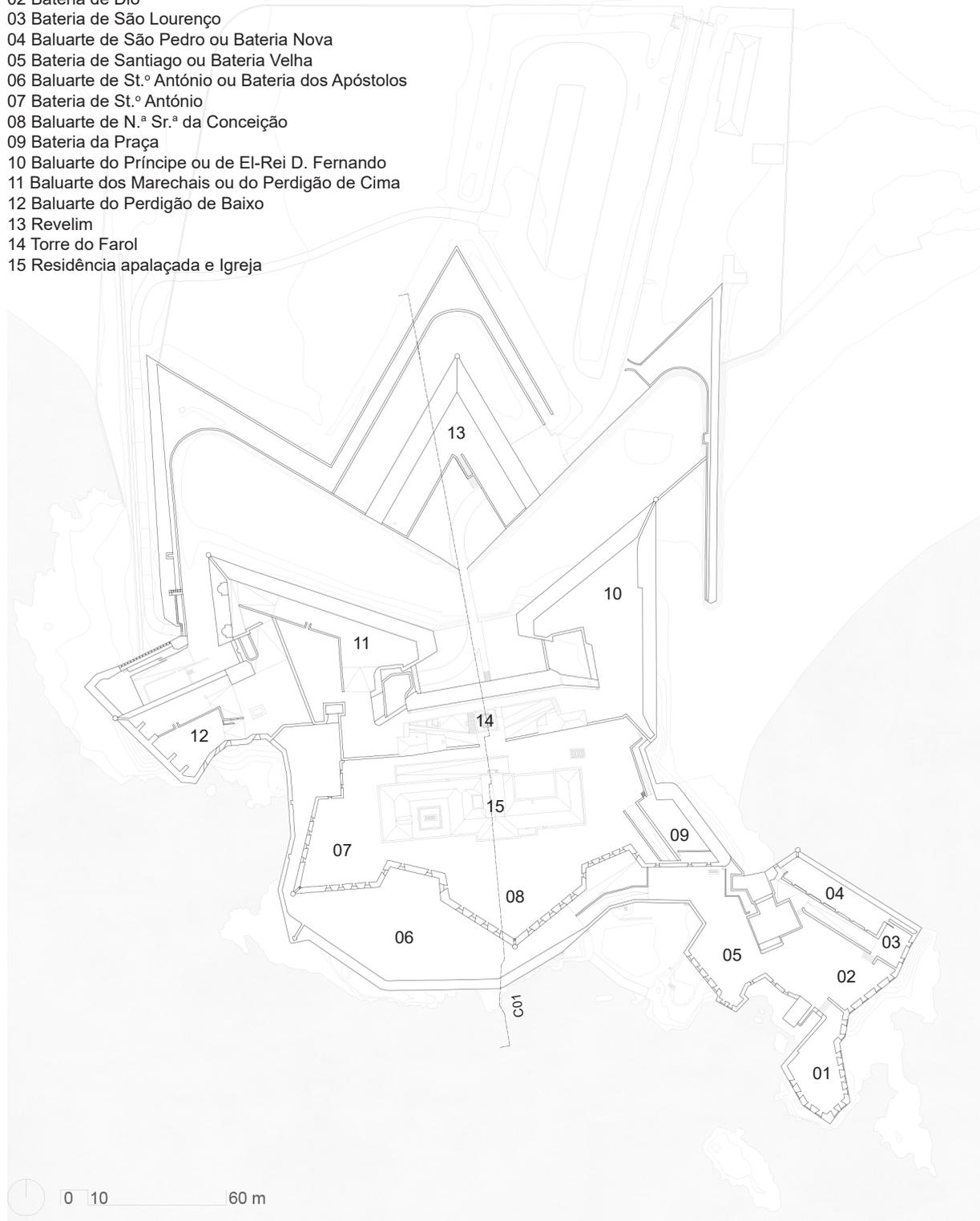
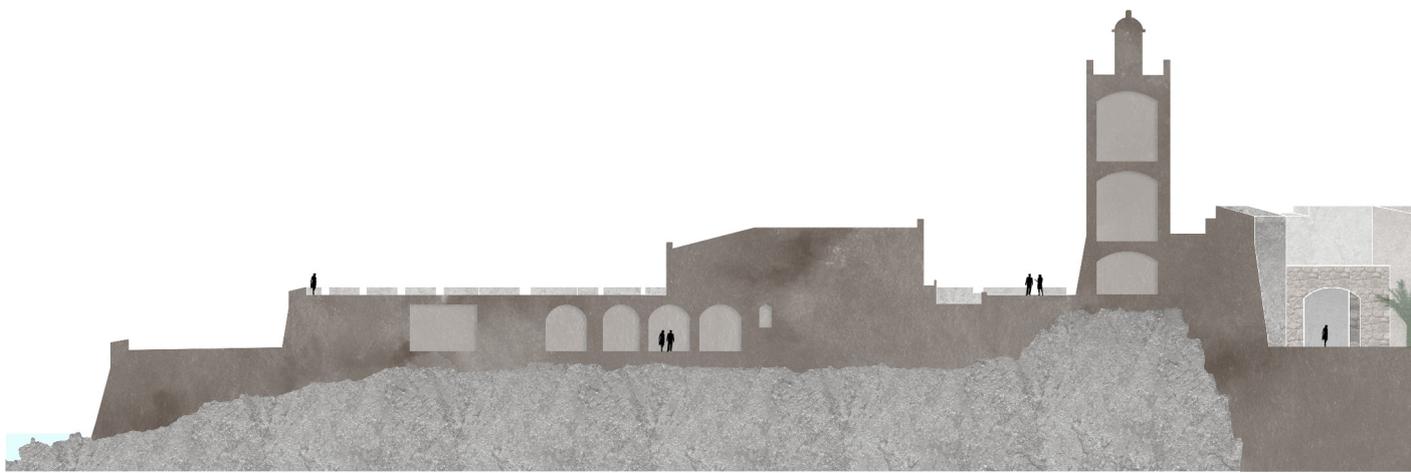


Fig. 83 | Planta de cobertura dos elementos existentes à superfície - Legendada



0 5 20 m



Fig. 84 | Corte 01
119

O FORTE INICIAL

A configuração que o forte apresentava em 1580 pode ser compreendida através de uma planta que se encontra no Arquivo Geral de Simancas (fig. 36). O esqueleto deste núcleo chegou aos dias de hoje praticamente inalterado sendo facilmente identificável o perímetro da estrutura primitiva.

Construído na zona mais larga de um esporão rochoso que se estende para a barra do Tejo, o forte original, composto por cinco baluartes de diferentes dimensões, foi projetado por Miguel de Arruda. Do lado Norte, virados a terra, estabeleceram-se os dois baluartes mais robustos, que defendiam a construção fortificada não só de eventuais ataques provenientes do lado de terra, mas também dos desembarques nas duas baías flanqueantes. Do lado Sul, levantaram-se os outros três baluartes, mais pequenos, virados para a entrada da barra de forma a protegê-la.

O acesso ao recinto fortificado era possível através de duas entradas independentes, a entrada principal, ainda hoje denominada Porta dos Cardeais, localizada entre os baluartes a Noroeste e a Sudoeste e uma outra situada entre os baluartes a Sudoeste e a Sul.

Embora sem qualquer representação ou sinalização na planta, sabe-se que no interior desta construção fortificada se encontravam várias instalações, nomeadamente aquartelamentos, armazéns e uma capela, bem como uma cisterna de grandes dimensões que constituía o núcleo da fortaleza.

Identificam-se ainda, no desenho em questão, orelhões no flanco virado para a atual praia da Torre, na articulação dos dois baluartes voltados sensivelmente a Este, o que hoje já não se verifica. Este detalhe é novamente evidenciado noutro desenho posterior (fig. 41). Nesse sentido, uma vez que este pormenor se verifica em mais do que um documento, considera-se provável a hipótese de que os orelhões que existiram tenham sido incorporados no traçado do forte, não havendo por isso indícios a «olho nú» destes elementos nos dias de hoje. Pelo contrário, atualmente é possível identificar orelhões sobre a entrada central dos baluartes virados a terra, bem como no flanco oposto do baluarte orientado a Noroeste, cuja representação não é apresentada nesse desenho.



Fig. 85 | Identificação do forte inicial no complexo fortificado atual

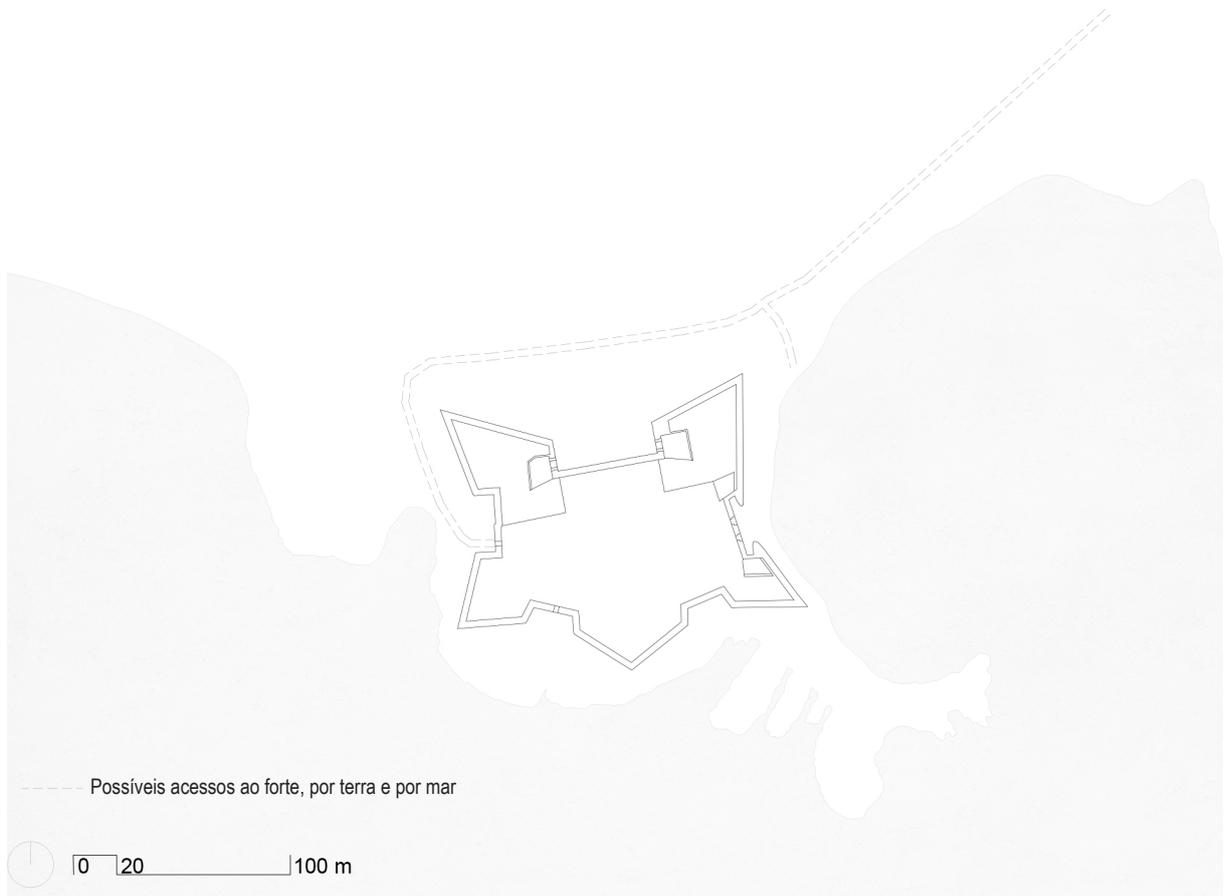


Fig. 86 | O forte inicial
121

A FORTALEZA NA DINASTIA FILIPINA

A primeira ampliação deste conjunto fortificado aconteceu a partir de 1582, durante a Dinastia Filipina. Do projeto executado resultou uma ampla plataforma baixa, dois novos baluartes, um corpo avançado sobre o mar e um fosso. Esta foi a fase construtiva onde mais obras exteriores foram edificadas. O objetivo era simples, o desenvolvimento do forte primitivo de forma que este se transformasse numa estrutura bastante mais competente do ponto de vista ofensivo e defensivo.

Apoiada em vários rochedos a sul do forte foi construída uma larga plataforma que passou a funcionar como bateria baixa, onde assentava toda a frente de mar. Consequentemente, ao envolver parcialmente a fortificação primitiva, tornou-a numa praça alta, intensificando de forma considerável a capacidade ofensiva da fortaleza.

Os dois novos baluartes, acrescentados sobre o esporão rochoso na direção Sudeste, acompanharam o recorte da rocha, resultando daí o seu traçado irregular. Denominados de Baluarte de São Pedro e de Baluarte de São Filipe, estes elementos permitiram aumentar o poder de fogo sobre a entrada da barra. Seria a partir do Baluarte de São Filipe que posteriormente se viriam a cruzar fogos com o Forte do Bugio.

Desenvolvido a partir do baluarte primitivo virado a Noroeste surgiu um corpo avançado, igualmente sobre o afloramento rochoso, por onde se fazia o acesso ao interior do recinto. Esta obra, para além de ter como função tentar impossibilitar possíveis manobras envolventes pelo lado de terra, reforçava a guarda e a defesa da porta da fortaleza.

A entrada no conjunto fortificado realizava-se à cota do fosso, aberto a norte da imponente construção, fazendo-se através deste a comunicação com o exterior. Uma porta aberta no Baluarte dos Marechais, do lado do mar, funcionava como elo de ligação entre o interior e o exterior da fortaleza.

Ainda nesta fase foram alterados os traçados dos baluartes primitivos virados a terra, prolongando-se os seus muros e aumentando-se consideravelmente a sua dimensão. Relativamente ao baluarte orientado a Nordeste, no seu flanco virado para a praia da Torre, onde existiu um orelhão, foi aberta uma porta de mar.

A edificação das várias obras exteriores durante esta dinastia ocasionou a abertura de diversas portas no conjunto, que ligavam toda a construção.



Fig. 87 | Identificação dos elementos construídos durante o Domínio Filipino no complexo fortificado atual

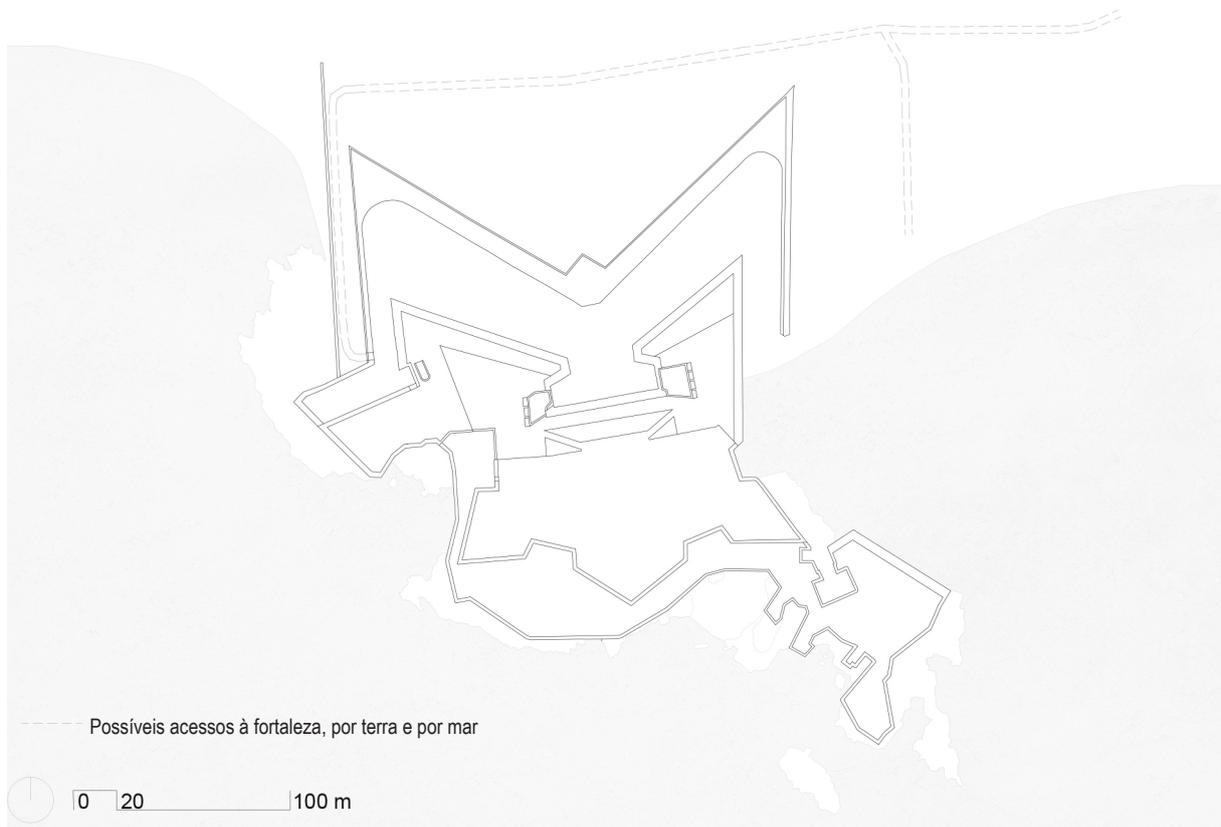


Fig. 88 | A fortaleza no início do século XVII

A FORTALEZA NO PÓS RESTAURAÇÃO

Perante uma evidente vulnerabilidade da frente terrestre da fortaleza, e embora Nicolau de Langres tenha proposto um grandioso projeto de ampliação e de reforço da capacidade ofensiva e defensiva de São Julião da Barra que aumentaria em mais do dobro a área já fortificada, apenas foi concluído o Revelim - também conhecido como Meia-Lua - e o respetivo fosso. A Fortaleza de São Julião da Barra adquiriu assim uma configuração relativamente próxima à que existe atualmente.

A edificação destes elementos foi iniciada em 1650 e no interior do Revelim foram dispostos compartimentos que vieram a servir por vezes como quartéis, prisões ou corpos da guarda. Posteriormente, em 1655, foram iniciadas obras no núcleo já existente para construção, ou nalguns casos ampliação, de quartéis para alojamento dos soldados e armazéns.

Construído com o objetivo de defender com artilharia portátil a totalidade das cortinas defensivas, o Revelim eliminava ângulos mortos e era suportado na sua ação defensiva por dois baluartes, o dos Marechais, orientado sensivelmente a Noroeste, e o do Príncipe, ou de El-Rei D. Fernando, virado aproximadamente a Nordeste, ambos com ângulos praticamente simétricos e edificados segundo os mesmos princípios. A fortaleza apresentava-se assim com uma formação aparentemente regular na sua exposição a terra.

Para possibilitar a comunicação direta entre o Revelim e a Fortaleza foi erguida uma ponte de madeira assente em pilares de alvenaria. Na cortina entre os dois baluartes virados a terra, abriu-se posteriormente uma entrada que, através de um corredor abobadado, termina junto à Torre do Farol.



Fig. 89 | Identificação dos elementos construídos após a Restauração da Independência no complexo fortificado atual



Fig. 90 | A fortaleza no final do século XVII

¹²⁹ BORGES, Augusto Moutinho; CARDOSO, António Homem - Azulejaria da Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: By the Book, 2021

A FORTALEZA CONTEMPORÂNEA

Nos dias de hoje somos confrontados com uma imponente fortaleza de planta irregular composta por uma complexa articulação de diversos elementos defensivos. Poderosos baluartes, altas cortinas e vastas esplanadas de baterias a diferentes alturas, formam, no seu conjunto, uma fascinante composição arquitetónica recortada dos mais diversos ângulos.

A entrada neste complexo fortificado é feita pelo lado norte, onde uma porta dá acesso, através de um túnel, ao recinto do Revelim. Esta seria a primeira obra defensiva, pelo lado de terra, que se opunha ao inimigo. É seguida por um largo fosso praticamente intransponível rematado por altas muralhas nos topos e que isola a fortaleza descrevendo um «V» muito aberto. Este encontra-se ligado a um outro, de menores dimensões, que protege o Revelim.

A única ligação entre o Revelim e o corpo principal é conseguida através de uma ponte fixa localizada no vértice do «V». A partir desse local é possível aceder ao interior da fortaleza de duas formas distintas: através de uma porta rasgada na cortina, em frente da ponte, ou por um arco monumental aberto a oeste. Existe ainda outro acesso ao interior do corpo principal da fortaleza, feito a partir daquela que foi a primeira ligação entre o interior e exterior do conjunto após a primeira ampliação realizada, durante a Dinastia Filipina. Orientada sensivelmente a noroeste, esta entrada encontra-se à cota do fosso, acedendo-se a esta a partir do mesmo.

Do lado voltado ao mar não se verifica a mesma simetria dos baluartes virados a terra, muito por causa de estarem assentes num terreno rochoso e obedecerem ao recorte natural da costa. Nos baluartes virados a oeste, de frente para o mar, multiplicam-se cortinas, reentrâncias e baterias. Na pequena península rochosa orientada a sudoeste, situada a um nível inferior e que avança mar adentro, foi efetuada uma ampliação do forte através da construção de um conjunto de baterias, o que permitiu aumentar o potencial de tiro da fortaleza.

Abaixo do nível do solo, um extenso corredor com cerca de 3,90 metros de largura e 110 metros de comprimento¹²⁹ traça um semi-círculo sob a esplanada da fortaleza. A partir deste surgem radialmente amplos compartimentos, alguns iluminados por claraboias, que em tempos foram o alojamento de grande parte da guarnição.



Fig. 91 | A Fortaleza de São Julião da Barra nos dias de hoje



Fig. 92 | A fortaleza atualmente

¹³⁰ BORGES, Augusto Moutinho; CARDOSO, António Homem - Azulejaria da Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: By the Book, 2021

Ao aceder-se ao corredor, adornado com diversos elementos bélicos, é possível encontrar à direita várias casernas abobadadas que atualmente funcionam como áreas sociais. No lado oposto, à esquerda de quem entra, uma porta leva à deslumbrante cisterna. No final do corredor localiza-se à esquerda a zona da prisão e à direita uma passagem que leva até ao embarcadouro interior, onde se encontra uma Porta de Mar.

A cisterna, situada no coração da fortaleza e de harmoniosa conceção, é um dos elementos que mais se destaca neste complexo fortificado. Constituída por três naves de diferentes tramos, tem tetos com abóbadas de cruzaria que assentam sobre colunas de ordem toscana. Servindo inicialmente com o reservatório de água, funciona atualmente como salão para eventos.

A dominar a fortaleza uma Torre com cerca de 24 metros de altura¹³⁰, atualmente a funcionar como farol, que dispõe de três pisos e guaritas nas esquinas, e que se encontra ladeada por um conjunto de edifícios que serviram para alojamento dos elementos da guarnição. Em frente desta uma capela, bem como o edifício da residência oficial do Ministro da Defesa Nacional.

Esta construção apalaçada é composta pela articulação de um corpo central, onde se encontra a capela, com dois corpos laterais que se abrem para dois pátios. O pátio a Poente - o claustro - destinado a receções, abre-se ao mar e une as dependências sociais às áreas privadas do palácio. Por sua vez, o situado a nascente, que funciona enquanto distribuidor de serviços, abre-se a Norte, aos antigos quartéis. A antiga cisterna, articulada com a residência, funciona atualmente como salão principal na receção a personalidades importantes.

A Fortaleza de São Julião da Barra conta ainda com uma piscina de mar em avançado estado de degradação construída no final dos anos 50, bem como com caminhos de ronda, identificáveis em diversos locais.

Página seguinte:

Fig. 94 | Identificação dos elementos construídos em cada fase



Fig. 93

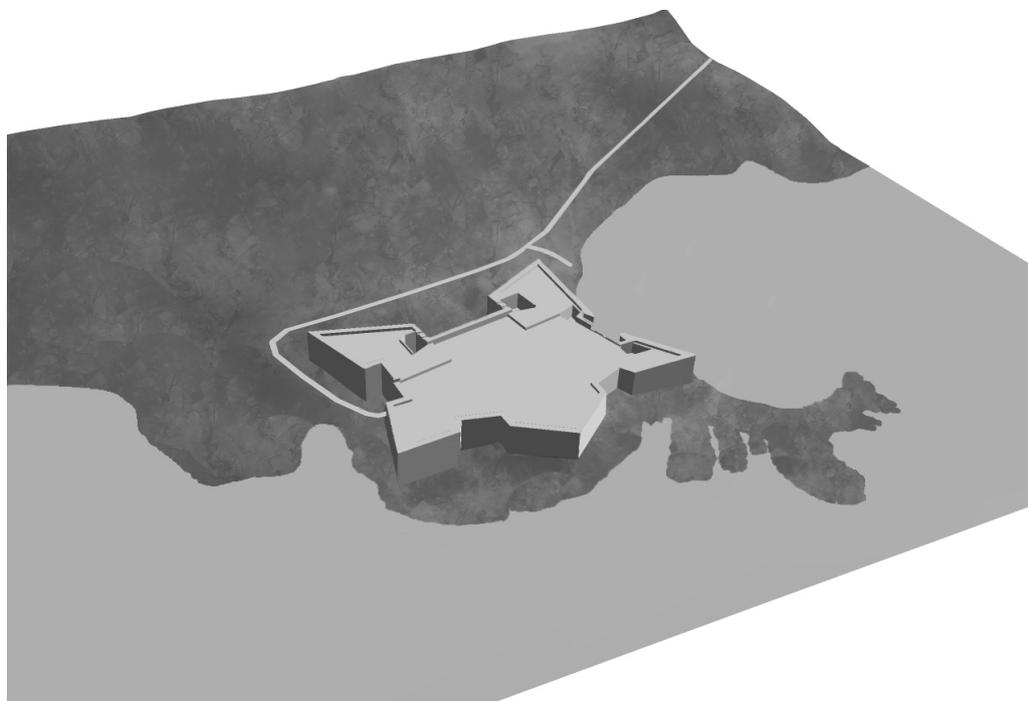


Fig. 94 | Representação esquemática do forte inicial

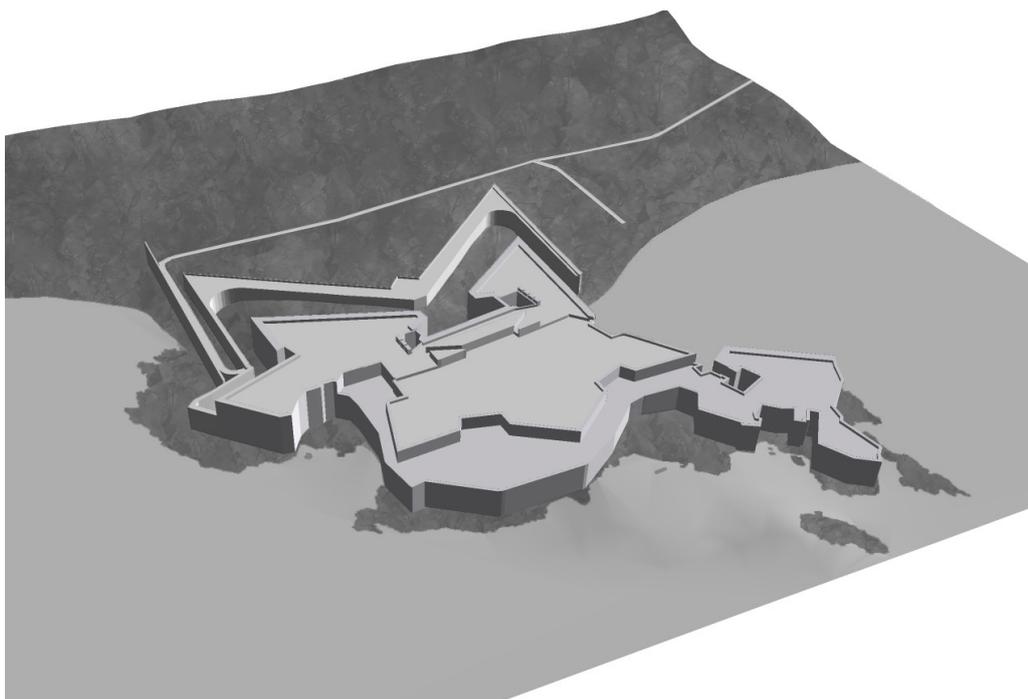


Fig. 95 | Representação esquemática da fortaleza no início do século XVII

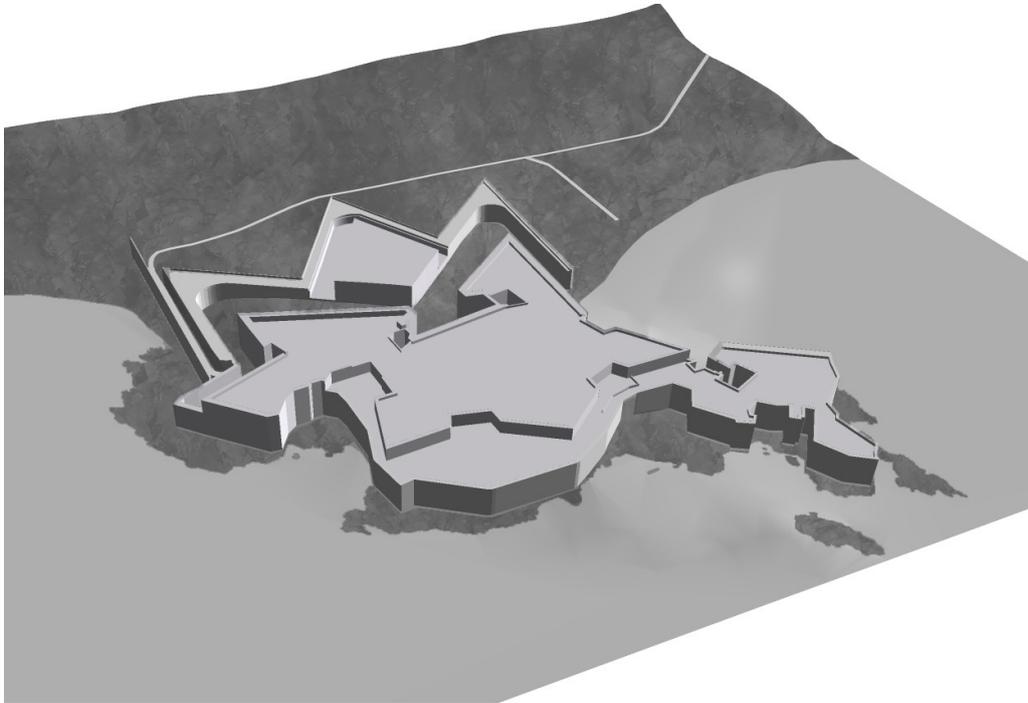


Fig. 96 | Representação esquemática da fortaleza no final do Século XVII

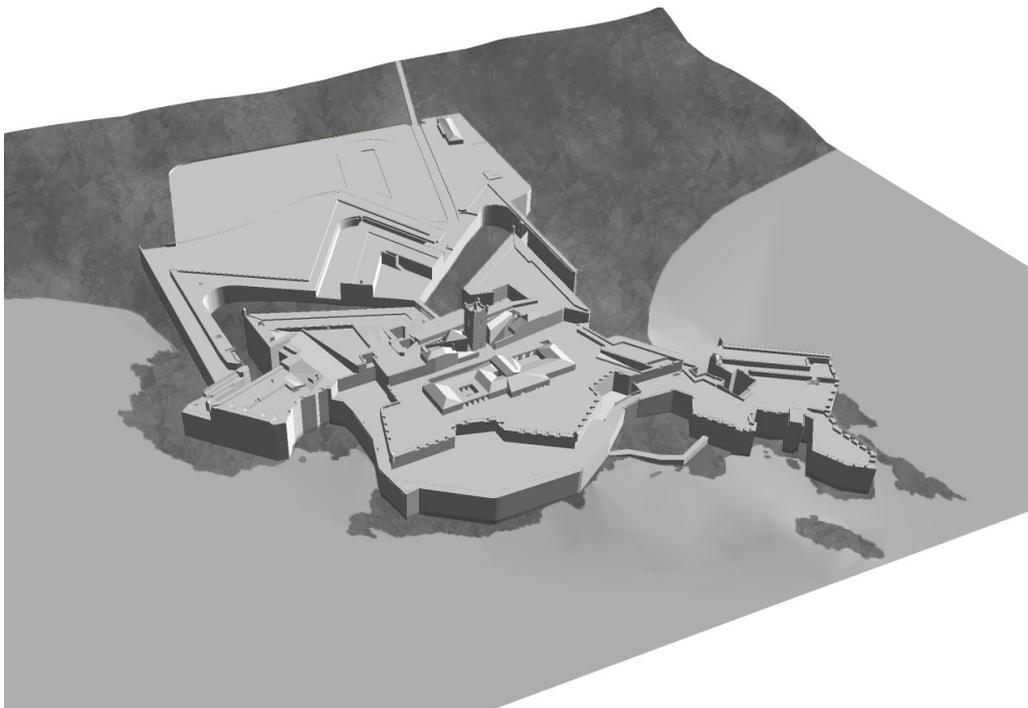


Fig. 97 | Representação esquemática da fortaleza atualmente



Fig. 98 | Frente voltada a terra e ponte de ligação ao Revelim



Fig. 99 | Entrada na fortaleza através do Baluarte dos Marechais



Fig. 100 | Frente voltada à Praia da Torre e Porta de Mar

O acesso ao recinto fortificado (fig. 99) é realizado através da passagem por sucessivas estruturas militares de diferentes épocas, que se distinguem por meio da sua materialidade e ornamentos. Verificam-se claras diferenças entre o elemento do lado direito, o Revelim, e a muralha do lado esquerdo, nomeadamente na textura e acabamentos.

Atualmente, um dos acessos ao interior da Fortaleza é feito através do Baluarte dos Marechais (fig. 100).

O muro onde se rasga um arco contrasta, em termos de materiais e de altura, com os que o rodeiam, de períodos temporais diferentes.

As primeiras ampliações realizadas na fortaleza compreenderam o aumento dos baluartes virados a terra. Nesse sentido, o muro onde se encontra o arco deve corresponder ao forte primitivo e os outros à fortaleza de época filipina.

A existência de uma porta de mar no Baluarte do Príncipe (fig. 101) sugere que as águas marítimas já se encontraram a um nível bastante superior. Assim sendo, é possível que o mar alcançasse o fosso mas que o enchesse apenas parcialmente, uma vez que o acesso ao recinto era feito a partir de uma porta ao nível deste elemento escavado.

A sobreposição de alvenarias é observável em algumas zonas da fortaleza sendo no acesso ao interior da mesma a partir do Baluarte dos Marechais (fig. 102) um dos casos mais perceptíveis.

Com uma clara diferença de texturas e de materiais, identificam-se duas muralhas de diferentes períodos. É bastante provável que a muralha de baixo pertença à 1ª linha de fortificação, ao forte primitivo desenhado por Miguel de Arruda, enquanto que a muralha de cima corresponda à primeira ampliação levada a cabo neste complexo defensivo, traçada pelo Capitão Fratino.



Fig. 101 | Muralha primitiva e muralha desenhada pelo capitão Fratino

Na praça virada a Oeste, local onde se acede à Porta dos Cardeais, é possível identificar facilmente a ampliação a que o baluarte primitivo virado a terra foi sujeito no final do século XVI (fig. 103).

Esta diferenciação é facilitada devido à continuidade da materialidade do elemento mais alto (baluarte primitivo) até à base da esplanada.



Fig. 102 | Esplanada virada a Oeste e túnel que liga o fosso ao interior do complexo fortificado



Fig. 103 | Porta dos Cardeais, entrada principal do núcleo primitivo

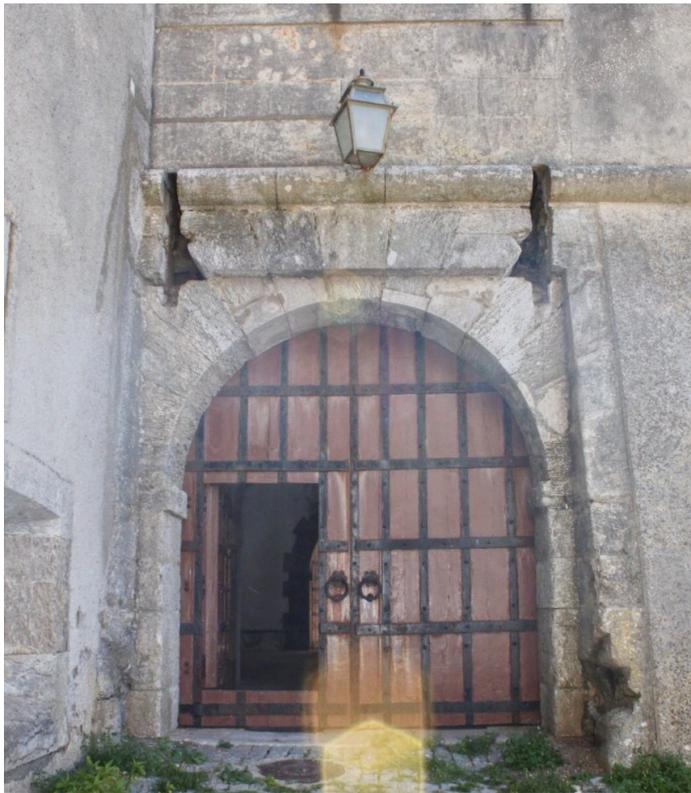


Fig. 104 | Porta de entrada principal do núcleo filipino

São várias as portas existentes neste conjunto fortificado. De várias épocas, diferenciam-se claramente pela sua forma, disposição e elementos que a compõe.

A Porta dos Cardeais (fig. 104), datada de 1575, é um dos dois acessos ao interior do forte primitivo. Dispõe de primorosos trabalhos de cantaria, nomeadamente de um despojado frontão triangular. Este almofadado contrasta com o muro erguido poucos anos mais tarde.

Por outro lado, a porta de acesso à construção executada durante o Domínio Filipino (fig. 105) é bastante menos ornamentada e mais larga.

A partir de uma perspectiva superior do Baluarte dos Marechais (fig. 106) é possível compreender e identificar a ampliação a que o baluarte primitivo virado a noroeste foi submetido durante a Dinastia Filipina. Uma parte deste baluarte primitivo, que faz parte da fortificação da década de 1550, é facilmente identificável por ter no seu perímetro um pequeno muro que muito provavelmente foi erguido posteriormente.



Fig. 105 | Baluarte dos Marechais

O mesmo acontece com o Baluarte do Príncipe, o outro virado a terra. Através de uma vista a partir de um ponto superior a este (fig. 107) é possível compreender e identificar a ampliação a que o baluarte primitivo foi sujeito durante o Domínio Filipino.

Uma pequena reentrância num dos muros do baluarte atual indicia a localização do baluarte primitivo.

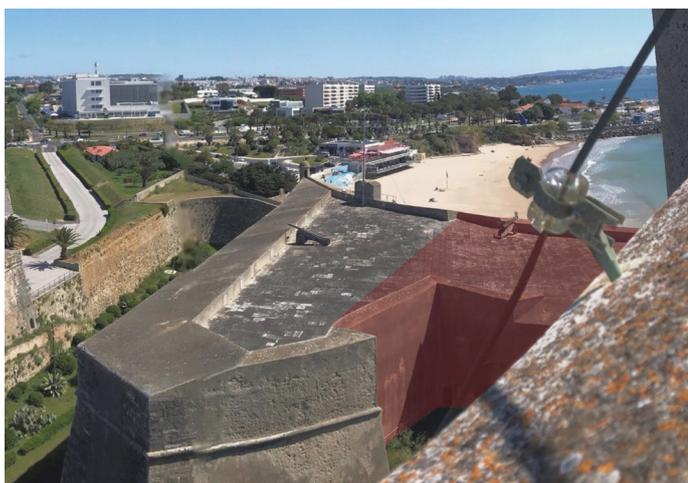


Fig. 106 | Baluarte do Príncipe

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho permitiu-nos aprofundar o conhecimento da Fortaleza de São Julião da Barra, desde a sua origem até à atualidade, reconhecendo as principais fases de construção desta estrutura fortificada e a sua evolução morfológica ao longo dos seus quase 500 anos de história.

A elaboração de um documento com base na análise e interpretação da Fortaleza de São Julião da Barra do ponto de vista e com as ferramentas próprias da Arquitetura foi o objetivo principal deste trabalho. O conjunto de desenhos realizados, fundamentados na iconografia histórica disponível, permitiram a apresentação de simulações gráficas sobre a evolução morfológica e funcional do conjunto construído ao longo do tempo. Através destes é possível concluir que as principais obras de alteração realizadas em diversos momentos corresponderam essencialmente à adição e ampliação de baluartes e esplanadas. A introdução das várias obras exteriores implicou uma alteração no funcionamento do conjunto no seu todo.

A imponente fortaleza que hoje se apresenta tem planta irregular e é composta por uma complexa articulação de diversos elementos defensivos sendo o forte primitivo de São Julião, constituído por cinco baluartes de diferentes dimensões, uma das primeiras fortificações de traçado abaluartado construídas em Portugal. Este elemento, correspondente à génese do conjunto, mantém-se ainda hoje em grande parte e integra a cisterna no seu interior.

Construído com o objetivo de assegurar a defesa do porto e da cidade de Lisboa, controlando os navios que acediam ao rio Tejo a partir do Oceano Atlântico, no “Escudo do Reino” - denominação que foi concedida à Fortaleza de São Julião da Barra aquando da sua idealização como elemento preponderante na defesa do Reino português - desde cedo foram identificadas algumas fragilidades defensivas do conjunto no seu todo, nomeadamente na frente virada a terra, o que contribuiu para que a fortificação não tenha resistido ao ataque das tropas inimigas em duas ocasiões relevantes, na Invasão Castelhana, em 1580, e na Restauração da Independência, em 1640.

As obras de alteração e de ampliação entretanto realizadas vieram permitir o reforço da fortificação no seu todo, nomeadamente melhorando bastante a defesa da frente terrestre. Porém, este progresso pecou por tardio uma vez que a partir dessa altura a sua função foi perdendo fulgor.

Marcando juntamente com o Forte de São Lourenço da Cabeça Seca o final do rio Tejo, a Fortaleza de São Julião da Barra continua a ter um papel preponderante enquanto símbolo nacional, servindo de morada oficial do Ministro da Defesa Nacional e como espaço para atos de representação diplomáticos de Estado.

Este trabalho de investigação visa ainda reconhecer e reafirmar a importância da Fortaleza de São Julião da Barra enquanto património arquitetónico. A sua utilização para atos de representação dos organismos integrados na Defesa Nacional tem possibilitado o bom estado de conservação em que a fortaleza se encontra, não sendo necessária, para já, qualquer requalificação deste complexo dada a sua função.

A classificação da Fortaleza de São Julião da Barra como Imóvel de Interesse Público revela a sua importância para a comunidade, porém, o acesso limitado desta a esta construção identifica-se como um grande inconveniente. A possibilidade de um acesso menos restrito iria, com certeza, permitir não só a valorização do local, mas também um outro reconhecimento por parte da sociedade. Esta questão, relevante e pertinente, acentua-se por se tratar de um exemplar de grande valor histórico, o que suscita interesse não só de especialistas na área, mas também do público em geral. Neste sentido, reconhece-se que esta peça basilar do património arquitetónico militar português mereceria ser dinamizada, que se apostasse em ações, programas e projetos que permitissem um envolvimento da sociedade. Esta dinamização poderia ser encaixada de forma que fosse possível a sua conciliação com a função atual da fortaleza.

BIBLIOGRAFIA

AA. VV. [Câmara Municipal de Oeiras] - 1º Ciclo De Estudos Oeirenses: Oeiras - A Terra e os Homens. Oeiras: Celta, 1998

ANASTÁCIO, Maria Amélia – Território e Identidade: Aspectos Morfológicos da Construção do Território e a Identidade Cultural Saloia no Concelho de Cascais. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. 2008. Dissertação de Mestrado

AZEVEDO, Carlos de; FERRÃO, Julieta; GUSMÃO, Adriano de - Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa: Sintra, Oeiras Cascais. Lisboa: Junta Distrital, 1963

BARROCA, Mário Jorge - Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521). In Portugália, vol. 24, 2003, pp. 95-112

BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira - A Barra do Tejo. O Eixo São Julião/Bugio: Navegabilidade, Defesa e Alumramento. 1ª ed. Oeiras: Câmara Municipal-DASC/DCT-Sector de Ação Cultural, 2000

BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira – A Fortaleza da Luz e a Defesa da Barra. In Oceanos, Lisboa, nº2, p. 68-72, 1989

BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de - O Bugio e São Julião da Barra. In Oceanos, Lisboa, nº11, p. 78-89, 1992

BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de; RAMALHO, Margarida de Magalhães - As fortificações marítimas da costa de Cascais. Cascais: Câmara Municipal, 2001

BOIÇA, Joaquim; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de - O Forte e farol do Bugio: São Lourenço da Cabeça Seca. Linda-a-Velha: Fundação Marquês de Pombal, 2004

BORGES, Augusto Moutinho; CARDOSO, António Homem - Azulejaria da Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: By the Book, 2021

CABRITA, Augusto; GIL, Júlio - Os Mais Belos Castelos e Fortalezas de Portugal. 5ª ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1998

CALLIXTO, Carlos Pereira - Fortificações marítimas do concelho de Oeiras. 2ª ed. Oeiras: Câmara Municipal, 2002

CALLIXTO, Carlos Pereira - Fortificações marítimas e fluviais do concelho de Oeiras. Oeiras: Câmara Municipal, 1988

CALLIXTO, Carlos Pereira - Resumo histórico da Torre ou Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: Estado Maior General das Forças Armadas, 1980

CALLIXTO, Carlos Pereira - São Julião da Barra: os primeiros 100 anos. Oeiras: Câmara Municipal, 1989

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da - A fortificação no contexto da cultura arquitectónica portuguesa entre os séculos XVI e XVIII: uma leitura geral. In História da Arquitectura: Perspectivas temáticas, 2018, pp. 189-212. Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM) - Universidade do Porto

CARITA, Rui; CARDOSO, António Homem - O Escudo do Reino: a Fortaleza de São Julião da Barra. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, D.L. 2007

CID, Pedro de Aboim Inglês - A Torre de São Sebastião da Caparica e a arquitectura militar do tempo de Dom João II. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. 1998. Dissertação de Mestrado

CORREIA, José Eduardo Horta - Arquitectura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão. Lisboa, Editorial Presença, 1991

COSTA, António José Pereira da - A Cidadela de Cascais: Pedras, Homens e Armas. Lisboa: Estado Maior do Exército, 2003

COSTA, Maria José – Estuário do Tejo: onde o rio encontra o mar. Porto: Edições Afrontamento, 2020

DIMAS, Fábio André Mateus – Castelo novo de Évora: análise e interpretação arquitectónica. Évora: Universidade de Évora. 2019. Dissertação de Mestrado

ESAGUY, Augusto Isaac de - S. Julião da Barra. Cascais: Junta de Turismo de Cascais, 1956

FERREIRA, Manuel Marques Ribeiro de - História de Oeiras: uma monografia (1147-2003). Oeiras: Câmara Municipal, D.L. 2003

GONÇALVES, Nuno de Jesus Simão - O projecto para a fortaleza da ilha de Moçambique atribuído a Miguel de Arruda. Coimbra: Universidade de Coimbra. 2011. Dissertação de Mestrado

GUEDES, Lívio da Costa – O Arco de Belém: S. Julião da Barra, contorno da enseada de Paço de Arcos. Lisboa, Câmara Municipal de Oeiras, 1986

LEE, Joseph – Arquitectura e domínio: a fortificação de Juromenha como caso de estudo. Évora: Universidade de Évora. 2018. Dissertação de Mestrado

LOBO, Francisco de Sousa - A defesa de Lisboa - Linhas de Torres Vedras, Lisboa, Oeiras e Sul do Tejo (1809-1814). 1ª ed. Cascais, Tribuna da História, 2015

LOPES, Nuno Miguel de Pinho - O Sistema Defensivo de Goa (1510-1660): Influência na composição do território contemporâneo. Coimbra: Universidade de Coimbra. 2017. Tese de Doutoramento

LOURENÇO, Manuel Acácio Pereira - As fortalezas da costa marítima de Cascais. Cascais: Câmara Municipal, 1964

MATOS, João Manuel Barros - Do Mar contra Terra: Mazagão, Ceuta e Diu, Primeiras fortalezas abaluartadas da expansão portuguesa: estudo arquitetónico. Sevilha: Universidad de Sevilla. 2012. Tese de Doutoramento

MENDES, Ana Carolina Rocha – O Castelo Novo de Tânger: Resgate da arquitetura militar portuguesa entre os séculos XV e XVII. Braga: Universidade do Minho. 2017. Dissertação de Mestrado

MENDONÇA, Rui - A Engenharia Militar e a Construção: 350 anos de história, 1647-1997. Lisboa: Regimento de Engenharia nº 1, 1997

MOREIRA, Rafael - A arquitectura militar. In História da Arte em Portugal - O Maneirismo, vol.7. Lisboa: Alfa, 1986

MOREIRA, Rafael - Arquitectura Militar: História da Arte e Arqueologia. In Oceanos, Lisboa, nº11, 1992

NOÉ, Paula - Guia de Inventário – Fortificações Medievais e Modernas. Sacavém: IHRU, 2014

NUNES, António Lopes Pires - Dicionário de Arquitectura Militar. 1ª ed. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005

PEDREIRINHO, José Manuel - Dicionário dos arquitectos: activos em Portugal do século I à actualidade. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2017

PIEIDADE, Isabel Maria Silva da - Abordagem Histórico-cultural do Património Arquitectónico da Barra de Lisboa - Bateria da Parede. Lisboa: FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. 2011. Dissertação de Mestrado

QUARESMA, António Martins – Alexandre Massai: A “Escola Italiana” de Engenharia Militar no Litoral Alentejano (Séculos XVI e XVII). Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes, 2007

RAMALHO, Margarida de Magalhães – A Barra do Tejo e a defesa de Lisboa. In Oceanos, Lisboa, nº11, p. 71-75, 1992

ROCHA, Filomena Isabel L. C. Serrão - Oeiras, o património - a história. Oeiras: Câmara Municipal, 1996

RUBIO, Rocío Sánchez; NÚÑEZ, Isabel Testón; RUBIO, Carlos M. Sánchez- Imágenes de un imperio perdido; el atlas del Marqués de Heliche: plantas de diferentes plazas de España, Italia, Flandes y Las Indias. Badajoz: 4 Gatos, 2004

SAMPAIO, Augusto Cordeiro Diniz – A Evolução da Engenharia Militar: Principais características da sua atuação em campanha. Lisboa: Tip. Henry Gris, 1940

SANTOS, Cristina Andreia Duarte de Coimbra Neves Próspero dos – Fortificações da foz do Tejo. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa. 2014. Dissertação de Mestrado

SERRÃO, Vítor - História da Arte em Portugal: o Renascimento e o Maneirismo. Lisboa: Editorial Presença, 2002

TEIXEIRA, André; GARCIA, José Manuel - A defesa de Lisboa nos séculos XV e XVI. Lisboa: Ciudad Autonoma de Ceuta – Consejería de Educación y Cultura | Câmara Municipal de Lisboa - Direção Municipal de Cultura, 2015

TRAVASSOS, David; GOMES, João Paulo; LUDOVICE, Nuno; PROENÇA, Vânia - Guia do Rio Tejo: Desde a nascente até à foz. Lisboa: Câmara Municipal, 2013

TÚLIO, Ana – Sistema defensivo de Peniche: o Forte de São João Batista na ilha da Berlenga. Évora: Universidade de Évora. 2015. Dissertação de Mestrado

VIEIRA, Marisa Sofia de Macedo – Roteiro das Fortificações Marítimas de Lisboa a Peniche (séculos XV – XVIII). Lisboa: FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. 2017. Dissertação de Mestrado

WEBGRAFIA

<https://almada-virtual-museum.blogspot.com/2016/07/pequeno-canal-ou-golada-do-tejo.html>

<https://almada-virtual-museum.blogspot.com/2015/05/o-bugio.html>

<https://hap.pt/content/fortaleza-de-sao-juliao-da-barra>

<http://www.internationalfortresscouncil.org/mfd.html>

<https://knoow.net/ciencterravida/geografia/barra-geografia/>

https://repositorio-cientifico.essatla.pt/bitstream/20.500.12253/131/1/20020728_Percepcao_de_Riscos_Ambientais_Um_estudo_na_freguesia_de_Oeiras_e_Sao_Juliao_da_Barra_Oeiras.pdf

<http://www.internationalfortresscouncil.org/mfdpublic/126>

<http://hdl.handle.net/2027/spo.did2222.0001.382>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cyclopaedia>

<http://www.bing.com/maps/>

<http://aminhasantarem.blogspot.com/2011/08/mapa-das-linhas-de-torres-vedras.html>

http://www.4gatos.es/MemoriaAusente/mapas/030_LisboaEspia.htm

<https://websig.cm-lisboa.pt/MuniSIG/visualizador/index.html?viewer=LxInterativa.LXi>

<http://geoportal.cm-oeiras.pt/ver/mapas/epl>

<https://geocascais.cascais.pt/>

<https://www.visitarportugal.pt/lisboa/oeiras/sao-juliao-barra/forte-sao-juliao-barra>

<https://catalogo.bnportugal.gov.pt>

<https://earth.google.com/web/>

<https://link.springer.com/article/10.1007/s00004-014-0205-9>

<https://pedrachave.org/estereotomia-dos-fortes-e-fortalezas/>

<https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/>

<https://bibliotecavirtual.defensa.gob.es/BVMDefensa/i18n/consulta/registro.do?control=BMDB20200360896>

<https://miscastillos.blog/2019/01/30/forte-de-sao-juliao-da-barra-oeiras/>

ÍNDICE DE IMAGENS

Fig. 1 | Troneiras com rasgo em T no castelo do Sabugal

Fonte: <https://earth.google.com/web/> | consult. 10/10/2022

Fig. 2 | Troneira cruzetada no Castelo de Viana do Alentejo

Fonte: <https://earth.google.com/web/> | consult. 10/10/2022

Fig. 3 | Esquema da trajetória de tiro e dos ângulos mortos em 4 tipos de estrutura: estrutura sem baluartes, estrutura com baluartes quadrangulares, estrutura com baluartes semicirculares e estrutura com baluartes pentagonais

Fonte: Imagem trabalhada pela Autora com base em <http://www.internationalfortresscouncil.org/mfdpublic/126> | consult. 10/07/2022

Fig. 4 | Os diversos elementos que compõe a fortificação abaluartada

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cyclopaedia> | consult. 26/06/2022

Fig. 5 | A barra do rio Tejo e sua envoltória em 1807, por John Luffman

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, C.C. 379 P2

Via https://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1E64108171QT5.393187&profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!554991~!3&ri=1&aspect=subtab98&menu=tab20&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=luffman&index=.GW&uindex=&aspect=subtab98&menu=search&ri=1&limitbox_2=BBND01+==BND | consult. 28/06/2022

Fig. 6 | Esquema da defesa da barra do Tejo em 1520

Fonte: Fonte: Esquema elaborado pela autora sobre um ortofotomapa

Via <http://www.bing.com/maps/> | consult. 10/08/2022

Fig. 7 | As Linhas de Torres

Fonte: <http://aminhasantarem.blogspot.com/2011/08/mapa-das-linhas-de-torres-vedras.html> | consult. 01/07/2022

Fig. 8 | Ortofotomapa modificado pela autora

Fonte: <http://www.bing.com/maps/> | consult. 10/07/2022

Fig. 9 | Ortofotomapa modificado pela autora

Fonte: <http://www.bing.com/maps/> | consult. 10/07/2022

Fig. 10 | Ortofotomapa modificado pela autora

Fonte: <http://www.bing.com/maps/> | consult. 10/07/2022

Fig. 11 | Ortofotomapa modificado pela autora

Fonte: <http://www.bing.com/maps/> | consult. 10/07/2022

Fig. 12 | Planta de Localização - 1815

Fonte: Desenho elaborado pela autora com base no documento iconográfico PT-GEAEM/DIE-3250/I-3-34-47

Fig. 13 | Planta de Localização - 2022

Fonte: Desenho elaborado pela autora com base num ortofotomapa

Via <http://www.bing.com/maps/> | consult. 15/08/2022

Fig. 14 | O Forte de São Gião e a Torre de São Lourenço da Cabeça Seca em 1572, por Georg Braun e Frans Hogenberg

Fonte: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?session=Y66X3493922M0.202403&profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!555025~!2&ri=1&aspect=subtab11&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=cascale+1572&index=.GW&uindex=&aspect=subtab11&menu=search&ri=1> | consult. 01/10/2022

Fig. 15 | Perspetiva da Barra do Tejo em 1763, por Bernardo de Caula

Fonte: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?session=G6R53513U9921.205126&menu=search&aspect=subtab15&npp=20&ipp=20&spp=20&profile=bn&ri=&index=.GW&term=barra&oper=AND&x=18&y=11&aspect=subtab15&index=.TW&term=&oper=AND&index=.AW&term=&oper=AND&index=.SW&term=&ultype=PD01&uloper=%3D&ullimit=1763&ultype=&uloper=%3D&ullimit=&sort=> | consult. 01/10/2022

Fig. 16 | Esquema das fortificações existentes na Barra do Tejo em 1590

Fonte: Desenho elaborado pela autora com base no documento iconográfico “Descrição da boqua deste Rio” por Vincenzo Casale (Boiça, 2000 – pág. 17)

Fig. 17 | Esquema das fortificações existentes na Barra do Tejo em 1661

Fonte: Desenho elaborado pela autora com base no documento iconográfico “Ciudad de Lisboa, 1661, a 4 de febrero. Verdadera Relación del porto de Lisboa y sus fortificaciones modernas que aún non están acabadas”

Via: http://www.4gatos.es/MemoriaAusente/mapas/030_LisboaEspia.htm | consult. 18/09/2022

Fig. 18 | Esquema das fortificações existentes na Barra do Tejo em 1812

Fonte: Desenho elaborado pela autora com base no documento iconográfico PT-GEAEM/DIE-3956-2-22A-109

Fig. 19 | Esquema das fortificações existentes na Barra do Tejo em 2022

Fonte: Desenho elaborado pela autora com base nos GeoPortais de Lisboa, Oeiras e Cascais
Via <https://websig.cm-lisboa.pt/MuniSIG/visualizador/index.html?viewer=LxInterativa.LXi>; <http://geoportal.cm-oeiras.pt/ver/mapas/epl>; <https://geocascais.cascais.pt/> | consult. 24/09/2022

Fig. 20 | A cisterna da Fortaleza de São Julião da Barra

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 21 | Uma das duas portas de acesso ao recinto primitivo do Forte de São Gião

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 22 | Baluartes de São Pedro e de São Filipe, que avançam sobre o mar

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 23 | Uma das zonas da fortaleza erguida sobre o afloramento rochoso

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 24 | Frente da fortaleza voltada a Oeste, à Praia de Carcavelos. Baluartes do Perdigão de Cima e Baluarte do Perdigão de Baixo

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 25 | O antigo fosso da fortaleza

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 26 | Masmorras de São Julião da Barra

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 27 | Vista aérea da fortaleza em 1979

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo, PT/TT/SNI/ARQF/DO-011-002/46021 | consult. 04/12/2021

Fig. 28 | Uma das casernas subterrâneas da fortaleza

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 29 | O corredor subterrâneo

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 30 | Uma das bicas por onde a água escorria para o interior da cisterna

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 31 | Porta de Mar - Vista do interior

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 32 | Pátio da Residência

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 33 | Detalhe da muralha desenhada pelo capitão Fratino

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 34 | Bateria dos Apóstolos

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 35 | Frente voltada ao mar

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 36 à Fig. 77 | Documentos iconográficos antigos

Fonte: Arquivo Geral de Simancas, Museu da Cidade de Lisboa, Arquivo Militar de Estocolmo, BNP - Biblioteca Nacional de Portugal, ANTT - Arquivo Nacional Torre do Tombo, GEAEM - Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico.

Fig. 78 | Vista da fortaleza imediatamente antes de chegar ao Revelim

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 79 | Espaço entre os dois baluartes virados a terra, que outrora foi um fosso

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 80 | Planta das dependências e corredores subterrâneos

Fonte: Desenho elaborado pela autora com base nos documentos iconográficos PT-GEAEM/DIE-3497/III-3-33-45 e PT-GEAEM/DIE-9558-5-75-75 e no folheto informativo disponibilizado na visita efetuada à Fortaleza de São Julião da Barra

Fig. 81 | Planta de cobertura dos elementos existentes à superfície

Fonte: Desenho elaborado pela autora com base no documento iconográfico PT-GEAEM/DIE-7817-3-33-45, no folheto informativo disponibilizado na visita efetuada à Fortaleza de São Julião da Barra e num ortofotomapa

Via <http://www.bing.com/maps/> | consult. 03/08/2022

Fig. 82 | Planta das dependências e corredores subterrâneos - Legendada

Fonte: Desenho elaborado pela autora com base nos documentos iconográficos PT-GEAEM/DIE-3497/III-3-33-45 e PT-GEAEM/DIE-9558-5-75-75 e no folheto informativo disponibilizado na visita efetuada à Fortaleza de São Julião da Barra

Fig. 83 | Planta de cobertura dos elementos existentes à superfície - Legendada

Fonte: Desenho elaborado pela autora com base no documento iconográfico PT-GEAEM/DIE-7817-3-33-45, no folheto informativo disponibilizado na visita efetuada à Fortaleza de São Julião da Barra e num ortofotomapa

Via <http://www.bing.com/maps/> | consult. 03/08/2022

Fig. 84 | Corte 01

Fonte: Desenho da situação atual da Fortaleza elaborado pela autora com base no documento iconográfico PT-GEAEM/DIE-3964/II-3-31-43

Fig. 85 | Identificação do forte inicial no complexo fortificado atual

Fonte: Figura elaborada pela autora sobre uma fotografia aérea

Via <https://www.visitarportugal.pt/lisboa/oeiras/sao-juliao-barra/forte-sao-juliao-barra> | consult. 11/08/2022

Fig. 86 | O forte inicial

Fonte: Desenho elaborado pela autora com base no documento iconográfico do Arquivo Geral de Simancas, MPD, 16, 007 e num ortofotomapa

Via <http://www.bing.com/maps/> | consult. 03/08/2022

Fig. 87 | Identificação dos elementos construídos durante o Domínio Filipino no complexo fortificado atual

Fonte: Figura elaborada pela autora sobre uma fotografia aérea

Via <https://www.visitarportugal.pt/lisboa/oeiras/sao-juliao-barra/forte-sao-juliao-barra> | consult. 11/08/2022

Fig. 88 | A fortaleza no início do Século XVII

Fonte: Desenho elaborado pela autora com base nos documentos iconográficos F.R. 193 da Biblioteca Nacional de Portugal, no 87 da "Descrição do Reino de Portugal" e num ortofotomapa

Via <http://www.bing.com/maps/> | consult. 03/08/2022

Fig. 89 | Identificação dos elementos construídos após a Restauração da Independência no complexo fortificado atual

Fonte: Figura elaborada pela autora sobre uma fotografia aérea

Via <https://www.visitarportugal.pt/lisboa/oeiras/sao-juliao-barra/forte-sao-juliao-barra> | consult. 11/08/2022

Fig. 90 | A fortaleza no final do Século XVII

Fonte: Desenho elaborado pela autora com base nos documentos iconográficos PT/TT/CCDV/28 do Arquivo Nacional Torre do Tombo, D.A. 7 A. da Biblioteca Nacional de Portugal e num ortofotomapa
Via <http://www.bing.com/maps/> | consult. 03/08/2022

Fig. 91 | A Fortaleza de São Julião da Barra nos dias de hoje

Fonte: Figura elaborada pela autora sobre uma fotografia aérea

Via <https://www.visitarportugal.pt/lisboa/oeiras/sao-juliao-barra/forte-sao-juliao-barra> | consult. 11/08/2022

Fig. 92 | A fortaleza atualmente

Fonte: Desenho elaborado pela autora com base no documento iconográfico PT-GEAEM/DIE-7817-3-33-45, no folheto informativo disponibilizado na visita efetuada à Fortaleza de São Julião da Barra e num ortofotomapa

Via <http://www.bing.com/maps/> | consult. 03/08/2022

Fig. 93 | Identificação dos elementos construídos em cada fase

Fonte: Esquema elaborado pela autora sobre um ortofotomapa

Via <http://www.bing.com/maps/> | consult. 10/08/2022

Fig. 94 | Representação esquemática do forte inicial

Fonte: Esquema 3D elaborado pela autora com base no documento iconográfico do Arquivo Geral de Simancas, MPD, 16, 007 e num ortofotomapa

Via <http://www.bing.com/maps/> | consult. 03/08/2022

Fig. 95 | Representação esquemática da fortaleza no início do Século XVII

Fonte: Esquema 3D elaborado pela autora com base nos documentos iconográficos F.R. 193 da Biblioteca Nacional de Portugal, no 87 da "Descrição do Reino de Portugal" e num ortofotomapa

Via <http://www.bing.com/maps/> | consult. 03/08/2022

Fig. 96 | Representação esquemática da fortaleza no final do Século XVII

Fonte: Esquema 3D elaborado pela autora com base nos documentos iconográficos PT/TT/CCDV/28 do Arquivo Nacional Torre do Tombo, D.A. 7 A. da Biblioteca Nacional de Portugal e num ortofotomapa

Via <http://www.bing.com/maps/> | consult. 03/08/2022

Fig. 97 | Representação esquemática da fortaleza atualmente

Fonte: Esquema 3D elaborado pela autora com base no documento iconográfico PT-GEAEM/DIE-7817-3-33-45, no folheto informativo disponibilizado na visita efetuada à Fortaleza de São Julião da Barra e num ortofotomapa

Via <http://www.bing.com/maps/> | consult. 03/08/2022

Fig. 98 | Frente voltada a terra e ponte de ligação ao Revelim

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 99 | Entrada na fortaleza através do Baluarte dos Marechais

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 100 | Frente voltada à Praia da Torre e Porta de Mar

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 101 | Muralha primitiva e muralha desenhada pelo Capitão Fratino

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 102 | Esplanada virada a Oeste e túnel que liga o fosso ao interior do complexo fortificado

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 103 | Porta dos Cardeais, entrada principal do núcleo primitivo

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 104 | Porta de entrada principal do núcleo filipino

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 105 | Baluarte dos Marechais

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Fig. 106 | Baluarte do Príncipe

Fonte: Fotografia capturada pela autora

Domínio e defesa da barra do Tejo.
A Fortaleza de São Julião da Barra, estudo arquitetónico.

